



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDRÉ RIBEIRO TOTTI

**O MEDO DOS RETIRANTES: O DISCURSO DO TERROR E AS
NECROPOLITICAS DE SOCORROS EM TEMPOS DE SECA (1877-1915)**

FORTALEZA

2024

ANDRÉ RIBEIRO TOTTI

O MEDO DOS RETIRANTES: O DISCURSO DO TERROR E AS NECROPOLITICAS DE
SOCORROS EM TEMPOS DE SECA (1877-1915)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre em
História.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes
Cândido

FORTALEZA

2024

ANDRÉ RIBEIRO TOTTI

O MEDO DOS RETIRANTES: O DISCURSO DO TERROR E AS NECROPOLITICAS DE
SOCORROS EM TEMPOS DE SECA (1877-1915)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre em
História.

Aprovada em: 25/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em História (UFC)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barbosa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T66m Totti, André Ribeiro.
 O MEDO DOS RETIRANTES: O DISCURSO DO TERROR E AS NECROPOLÍTICAS DE
 SOCORROS EM TEMPOS DE SECA (1877-1915) / André Ribeiro Totti. – 2024.
 149 f.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
 Graduação em História, Fortaleza, 2024.
 Orientação: Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido.

 1. Seca. 2. Retirantes. 3. Necropolítica. 4. Ceará. I. Título.

CDD 900

AGRADECIMENTOS

No decorrer dos caminhos de pesquisa, nunca estive sozinho. Muito pelo contrário, se após muita luta consegui finalizar esta etapa de pesquisa, foi por causa de todos aqueles que me acompanharam até agora.

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, na figura da Sra. Sonia Maria e do Sr. Alceu Totti, que me deram o amparo necessário aos meus estudos durante toda a minha vida.

Agradeço também ao meu orientador, o prof. Tyrone Cândido por ter me dado todo o suporte no empreendimento da pesquisa. Em especial, agradeço pela paciência e pela rigorosidade com a qual ele me guiou nos caminhos de pesquisa. Fico muito feliz por você ter comprado a minha ideia e me encaminhado da melhor forma possível.

Agradeço na sequência ao meu chefe, prof. Jorge Luiz, por ter me dado o apoio para que eu pudesse trabalhar enquanto desenvolvia a minha pesquisa. Desde que eu entrei no Mestrado, os resultados que obtivemos juntos nas olimpíadas fizeram parte da minha trajetória como professor e como pesquisador. Nesse sentido, agradeço pela oportunidade e pela parceria.

Esta pesquisa nasceu durante a etapa final da graduação, em meio à pandemia do covid-19, quando eu atuava como bolsista do Programa de Educação Tutorial. Nesse sentido, agradeço à tutoria dos professores Francisco Régis Lopes Ramos e Kênia Sousa Rios, cujos ensinamentos foram fundamentais em minha formação como historiador. Em particular, agradeço à professora Kênia pela sua orientação na elaboração do projeto de pesquisa submetido à seleção do Mestrado.

Após adentrar a pós-graduação, tive a oportunidade de debater com muitos pesquisadores que, inclusive, serviam de referência à elaboração de minha pesquisa. Agradeço, nesse sentido, ao professor Frederico de Castro Neves e à já citada professora Kênia pelo aceite do convite para participarem de minha banca de qualificação, quando fizeram importantes apontamentos, correções e sugestões em relação a minha investigação.

Em relação à banca de defesa, agradeço ao já citado professor Frederico e ao professor Edson Holanda Lima Barbosa por terem aceitado o convite para comporem a banca. No momento de defesa, considero que fizeram correções e sugestões valiosíssimas. Busquei incorporá-las à versão final do texto.

Além disso, no decorrer das várias disciplinas que participei, obtive importantes ensinamentos por parte dos professores do departamento, que deram valiosíssimas

contribuições. Nessa perspectiva, agradeço aos professores Ana Rita Fonteles Duarte, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi, Darlan de Oliveira Reis Junior, Franck Pierre Gilbert Ribard, Jailson Pereira da Silva e Márcia Maria Menendes Motta, que trouxeram contribuições inestimáveis durante as disciplinas ofertadas.

Agradeço às secretarias do PPGH-UFC, Eliane Barbosa e Nadja Alves, pela sempre solícita e pontual ajuda nos trâmites burocráticos necessários ao Mestrado. Considero também importante reconhecer a importante contribuição de todos os funcionários que sustentam a universidade, desde o restaurante universitário até a manutenção do bloco didático.

Por fim, agradeço aos especiais amigos que sempre me apoiaram: Augusto, David, Helton, Hagy, João, Jeff, Gustavo, Gerard, Lucas, Levi, Marvin, Mariah, Matheus, Mariah, Marietta, Vivi e Yuri.

RESUMO

Na presente pesquisa, propõe-se investigar a experiência histórica das estiagens ocorridas no Ceará entre 1877 e 1915, por intermédio de questões suscitadas a partir do conceito de *Necropolítica* (MBEMBE, 2003/2016), no sentido de entender como foram mobilizadas práticas de genocídio, responsáveis por expor os sertanejos pobres a situações em que eles pudessem morrer. Com a finalidade de refletir sobre essas questões, a investigação seguiu o caminho de analisar como sentimentos de medo em relação às multidões de famintos mobilizaram ações governamentais, expressas no empreendimento de práticas de controle territorial, no caso dos projetos de emigração e na construção dos abarracamentos e do campo de concentração. Por um lado, pretende-se expor como o medo foi produzido discursivamente, por diferentes gêneros discursivos e por diferentes sujeitos. Por outro lado, objetiva-se observar a trajetória das referidas políticas de controle, na busca de situar como elas influenciaram decisivamente a mortalidade de retirantes. Desse modo, diante dos caminhos de análise propostos, deve-se evidenciar a atuação e o funcionamento do necropoder em meio à experiência das estiagens.

Palavras-chave: seca; retirantes; Necropolítica; Ceará.

ABSTRACT

In the present research, we propose to investigate the historical experience of the droughts that occurred in Ceará between 1877 and 1915, through questions raised from the concept of *Necropolitics* (MBEMBE, 2003/2016), in order to understand how genocidal practices were mobilized, responsible for exposing poor rural inhabitants to situations where they could die. To reflect on these issues, the investigation followed the path of analyzing how feelings of fear regarding crowds of the starving mobilized governmental actions, expressed in the undertaking of territorial control practices, in the case of emigration projects and the construction of shelters and concentration camps. On one hand, we aim to expose how fear was produced discursively, through different discursive genres and by different subjects. On the other hand, we seek to observe the trajectory of these control policies, in an effort to situate how they decisively influenced the mortality of the displaced. Thus, in light of the proposed analytical pathways, we should highlight the operation and functioning of necropower amidst the experience of droughts.

Keywords: drought; refugees; Necropolitics; Ceará.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade mensal de mortes em Fortaleza – 1º semestre de 1878	121
Tabela 2 - Quantidade mensal de mortes em Fortaleza – 2º semestre de 1878	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

PARTE I. DISCURSOS DO TERROR E DESEJOS DE CONTROLE (1877-1915).....

1	“Salve-se quem puder”: a imprensa e o medo diante da presença dos famintos.....	28
2.	Seca e crise: o discurso das autoridades e a construção das políticas de socorros (1877-1915).....	45
3.	Rodolfo Teófilo e a construção de um discurso cientificista sobre os retirantes.....	60

PARTE II. É PRECISO EVITAR AS AGLOMERAÇÕES: PRÁTICAS DE ISOLAMENTO E GESTÃO DA MORTE.....

4.	Projetos de emigração forçada e controle territorial (1877-1889).....	77
5.	Mortalidade e Necropolítica: desejo de apartheid na epidemia de varíola de 1878.....	101
6.	Socorro público e gestão da morte: trajetória dos dispositivos de isolamento desde os abarracamentos até o campo de concentração (1877-1915).....	115

CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
----------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	141
------------------	-----

INTRODUÇÃO

“Morreu gente como formiga e não fez falta”
(TEÓFILO, 1890/2001, p. 279).

A frase foi escrita por Rodolfo Teófilo no romance *A Fome* (1890/2001). O autor acusa que a ineficiência do governo provincial não conseguiu impedir o alto índice de mortes de retirantes durante a seca de 1877, pois a vida desses indivíduos “não fez falta”. Durante as secas ocorridas entre 1877 e 1915 (1877-79; 1888-90; 1900; 1915), a enorme mortandade de migrantes se tornou algo comum.

De que maneira a ineficácia e a ausência de ações governamentais resultaram na morte da população retirante? E, ainda, sobre as políticas públicas empregadas, durante as referidas estiagens, como as políticas de emigração e as de alojamento, tal como, inicialmente, os abarracamentos e, posteriormente, o Campo de Concentração, elas foram realizadas com fins humanitários ou contribuíram para a grande quantidade de mortes?

Até então, a historiografia sobre as secas do Ceará analisou as políticas de socorros a partir da perspectiva do poder disciplinar (NEVES, 2000; GARCIA, 2006; RIOS, 2014), no sentido de enfatizar como saberes médico-sanitaristas e sentimentos de repulsa e medo influenciaram medidas de controle para os retirantes. A relevância acadêmica da presente pesquisa reside na pretensão de analisar os discursos sobre os retirantes e as políticas governamentais por intermédio do recorte da *Necropolítica* (MBEMBE, 2003/2016), conceito elaborado pelo filósofo Achille Mbembe para observar como o poder político produz a mortalidade dos corpos colonizados. Portanto, para além de pensar as políticas de socorros somente como formas de controle social, pretende-se refletir como essas práticas atuaram aliadas ao extermínio e ao genocídio da população retirante.

A seca é um fenômeno bastante associado ao imaginário referente à região Nordeste, pelo menos no senso comum. Entretanto, nem sempre as estiagens tiveram tamanha notoriedade. Somente a partir da Grande Seca de 1877, ocorrida numa conjuntura de crise econômica e política, a seca passou a provocar comoção nacional, pois, daquele momento adiante, como muitos milhares de sertanejos passaram a se dirigir às cidades do litoral em busca do socorro público, a crise adquiriu a feição de uma calamidade de largas dimensões.

Após a Grande Seca, a cada experiência de nova estiagem, milhares de sertanejos, impossibilitados de permanecerem nos locais onde viviam, passaram a se dirigir

às cidades em busca dos socorros públicos. No momento em que as multidões de retirantes chegavam aos litorais, os grupos abastados que compunham a “população fixa”¹, residente das cidades, visavam os novos ocupantes por meio de sentimentos que iam desde a comoção caridosa até o horror e o medo diante da presença dos pobres. Desse modo, a ocorrência de cada nova seca se constituía numa experiência conflituosa de contato com as multidões. A convivência forçada entre os habitantes das cidades e os migrantes foi pautada pelo medo, que produziu, em relação aos pobres, desde discursos de subalternização, até práticas de controle e exposição à morte.

De maneira bastante enfática, o temor e a ansiedade fizeram parte do cotidiano daqueles indivíduos que se distinguiram por sua condição de posse, em contraste com os sertanejos empobrecidos e famélicos, que ocupavam as ruas das cidades. No presente trabalho, compreende-se que o medo se fez presente nas atitudes de vários sujeitos, comerciantes, proprietários, profissionais liberais, intelectuais, militares, políticos de carreira, dentre outros, que visavam a presença dos famintos como a causadora de potenciais perigos para a sua sobrevivência.

Com base nos escritos de Achille Mbembe (2017), proponho nesta dissertação definir os indivíduos pertencentes a esses grupos como uma *comunidade de semelhantes*, diante da constatação de que, apesar de distintos, os indivíduos que compunham esses segmentos vivenciaram sentimentos de insegurança similares com relação aos migrantes, em medos motivados por questões de classe, no contexto das relações econômicas baseadas na propriedade privada.

Ao passo em que reconheciam as aglomerações de retirantes como ofensivas para a ordem social e para a saúde pública, esses grupos pediam a sua salvação, diante dos supostos males advindos da presença dos famintos. Evidencia-se, portanto, nos discursos da imprensa e nas práticas das autoridades que o tratamento dado para a referida *comunidade de semelhantes* acontece como se suas vidas tivessem mais importância do que as dos retirantes, que morriam cotidianamente, como se aquele fosse o curso natural das coisas.

Nesse sentido, considera-se que o sentimento de medo em relação aos pobres sedimentou o discurso de subalternização, bem como direcionou as práticas governamentais dos *Socorros Públicos*. A historiografia sobre as secas, ocorridas entre fins do século XIX e início do século XX, abrange uma série de estudos que são concordantes sobre a noção de

¹ O conceito “população fixa” aparece nas letras dos jornais conservadores, como aqueles que devem ser protegidos durante a epidemia de varíola de 1878. O termo aparece para se referir aos moradores de Fortaleza antes da seca, em oposição aos migrantes, nomeados como a “população adventícia”, propagadora do vírus.

que o medo dos pobres legitimou as ações dos governantes.

De acordo com o trabalho de Frederico Neves (2000), a partir da seca de 1877, formaram-se novas atitudes em relação aos pobres: a convivência forçada entre as elites urbanas e os retirantes formou uma nova *estrutura de sentimentos* (WILLIAMS, 1979), na qual o medo construído sobre as aglomerações orientou as práticas das autoridades, no sentido de demandar controle, trabalho e isolamento em relação a esses sujeitos. Segundo o autor, esses sentimentos de medo se perpetuaram no decorrer das secas seguintes, de maneira a influenciar, cada vez mais, as ações governamentais.

O estudo de Kênia Rios (2014), por outro lado, observou como, 55 anos depois, o medo dos retirantes justificou a criação dos Campos de Concentração, durante a seca de 1932, como instituições disciplinares, que objetivaram realizar o isolamento e o controle dos hábitos dos sertanejos. Na trajetória desses dispositivos, deve-se destacar que os sete campos, fundados em 1932, fizeram parte da história de diferentes práticas de contenção, aperfeiçoadas no decorrer das diferentes secas. É preciso partir desde a seca de 1877-79, quando, segundo Garcia (2006), em Fortaleza, a construção de habitações para retirantes, os chamados abarracamentos, seguiu a lógica de afastar as multidões para locais distantes do centro.

Nos 38 anos que se passaram até 1915, até a estiagem em que foi inaugurado o primeiro Campo de Concentração, conforme indica Neves (1995), é evidente uma trajetória de aperfeiçoamento desde os abarracamentos, organizados em 1877, de maneira improvisada, e a criação do Campo de Concentração, em 1915, como um dispositivo de isolamento, responsável por isolar as alegadas barbáries e imoralidades dos famintos. Em suma, ao passo em que o medo influenciou as diretrizes das autoridades, foram aperfeiçoadas, cada vez mais, estratégias disciplinares que tinham como alvo os migrantes.

Na presente pesquisa, objetiva-se investigar como, além de ter almejado o controle territorial, as práticas governamentais produziram a mortalidade de retirantes, mediante a exposição a uma série de situações que propiciaram e contribuíram para a ocorrência dos óbitos. De maneira geral, durante o empreendimento dos projetos de emigração e isolamento, eram amplamente conhecidos os riscos de haver mortes causadas tanto pela fome como pelas doenças. Entretanto, aceitavam-se os riscos, bem como também a enorme mortandade, que passou a fazer parte do cotidiano.

Portanto, consideram-se como propostas fundamentais de pesquisa, por um lado, a hipótese de que as práticas governamentais influenciaram decisivamente no aumento da morte de retirantes e, por outro, a percepção de que o medo foi responsável por permitir

a mortalidade, quando indicava que algumas vidas eram mais importantes do que outras. Nesse viés, apresenta-se uma discussão que envolve problematizar como a violência se fez presente na atuação do Estado nos períodos de estiagem.

A reflexão proposta nasceu a partir do estudo de diferentes tradições filosóficas, que possibilitaram construir um distanciamento e uma crítica em relação às antigas crenças iluministas de que os estados modernos se baseavam em contratos sociais. Diante dos acontecimentos do século XX, podemos situar a experiência de emergência dos estados de exceção na Europa como determinante para que vários autores (AGAMBEN; 2004, 2007; ARENDT, 1951/1989; BENJAMIN, 1921/2013) levantassem questões que construíssem o entendimento de que a soberania se basearia em uma imposição de força, ao invés de ser resultado de um pacto social.

Como referência, nessa perspectiva, são basilares os questionamentos de Walter Benjamin (1921/2013), em seu ensaio *Para uma Crítica da Violência*, sobre a legitimidade do direito ser baseada não somente nas justificativas do Direito Natural e do Direito Positivo, mas na imposição de uma violência (*Gewalt*)² responsável por instaurar e manter o direito, bem como por garantir o exercício de um poder sobre a vida e a morte.

Por outro lado, embora as noções mais conhecidas do que se entende como genocídio sejam costumeiramente associadas ao holocausto nazista, autores que estudaram os processos políticos e econômicos de descolonização na África (CÉSAIRE, 1978; FANON, 1968) indicam a urgência de pensar a violência colonial como precursora dos regimes de exceção do século XX. Para os autores, o colonialismo desencadeia um processo de desumanização do colonizado, no qual o racismo legitima o uso da violência contra corpos colonizados.

Em uma geração posterior, Achille Mbembe, a partir de uma leitura crítica do conceito foucaultiano de *biopoder* (Foucault, 1999), desenvolve o debate sobre a violência com a pretensão de analisar como, no mundo colonial, funcionam as circunstâncias em que os colonizadores matam ou deixam viver os sujeitos colonizados. Diante de tal questão, em seu ensaio *Necropolítica* (MBEMBE, 2003/2016), ele propõe a necessidade de evidenciar a atuação do que chama de necropoder: o poder e a capacidade de “ditar quem pode viver e quem deve morrer”.

Trata-se da percepção de que é possível situar, de maneira recorrente, na

² A expressão alemã *Gewalt*, em suas múltiplas acepções, se refere às noções de poder e violência, de tal maneira que o emprego do termo indica, segundo Gagnebin, “a imbricação entre poder político e violência que constitui o pano de fundo da reflexão de Benjamin” (Nota da editora, nº 51 In: BENJAMIN, 1921/2013, p. 121-122).

experiência colonial, uma atuação radical da soberania política, responsável por “exercer controle sobre a mortalidade”, isto é, por “fazer morrer” os corpos dos colonizados. Nessa perspectiva, o autor afirma a necessidade de investigar as condições práticas em que ocorrem os atos de matar, deixar viver ou expor à morte (MBEMBE, 2003/2016, p. 123).

Diante desse recorte, propõe-se investigar, no presente trabalho, como a produção discursiva do medo e as políticas governamentais criaram condições para que milhares de retirantes fossem expostos a um conjunto de situações que aumentariam o risco de suas mortes.

Certamente, pensar a atuação do necropoder nas grandes estiagens vivenciadas no Ceará, entre o final dos oitocentos e início dos novecentos, é uma tarefa no mínimo desafiadora, já que o foco de análise de Mbembe é bastante distinto do nosso, pois ele formula o conceito a partir de experiências coloniais como o regime de apartheid da África do Sul e a ocupação israelense na Palestina. Ainda assim, é possível estabelecer correspondências entre aspectos da teoria sobre a necropolítica e a situação vivida no Ceará durante as secas, a partir da consideração da herança colonial e escravocrata na formação social brasileira. Nessa perspectiva, apesar dos diferentes contextos, é possível articular o conceito a partir das diferentes noções que o sustentam, como buscaremos demonstrar.

De início, é importante situar que, na reflexão de Mbembe, a produção da morte dos sujeitos colonizados ocorre quando é atribuído um diferente valor a suas vidas. Desse modo, para o autor, o necropoder opera na circunstância da ocupação colonial, responsável por instituir um mundo compartimentado entre diferentes categorias de sujeitos: entre a “cidade do colono”, como uma cidade próspera, saciada, e a “cidade do colonizado”, uma cidade faminta, onde “morre-se não importa onde, não importa de quê” (FANON, 1968, p. 29). Nesse sentido, ao passo em que é definido quem importa e quem não importa, indica-se também “quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2003/2016, p. 135).

De maneira semelhante à relação colonial descrita pelo autor, é possível observar, na experiência de convivência forçada entre as elites urbanas e as multidões de retirantes, que os grupos abastados reivindicavam uma maior valorização de suas vidas, como se fossem outra categoria de humanidade, em sobreposição aos sertanejos empobrecidos, visados pelo prisma racista de subalternização. Afinal, tratava-se aqui de uma sociedade escravocrata, na qual se encontrava sedimentada na cultura a concepção de que alguns indivíduos – escravizados, indígenas, pobres livres – eram de natureza inferior.

Com efeito, nos discursos da imprensa e na prática governamental, são evidentes tendências em favorecer a sobrevivência da comunidade de semelhantes

composta pelos grupos abastados, em detrimento das necessidades de impedir a morte dos famintos. Portanto, tal como na relação colonial descrita, é notório que, no escravismo, algumas vidas eram tratadas como se fossem menos importantes do que outras. Observa-se, nesse sentido, a atribuição de uma posição de subalternidade aos pobres livres.

A ideia de que a mortalidade na época de secas foi decisivamente influenciada por ações governamentais e por práticas colonialistas está presente, sob outro recorte, no estudo de Mike Davis (2002), intitulado *Holocaustos Coloniais*. Para o autor, as causas das três crises de subsistência global, ocorridas nos potentados coloniais ingleses, durante a sucessão de três secas (1876-79, 1889-91 e 1896-1902), precisam ser identificadas não apenas nos fatores naturais, decorrentes da oscilação da temperatura do mar do pacífico, o El Niño; mas devem, sobretudo, ser buscadas nas práticas do imperialismo inglês, responsáveis por gerar crises de fome em massa na Índia, na China e no Brasil.

A tese de Davis (2002) é que milhões morreram no “processo de violenta incorporação” das estruturas econômicas e políticas do “sistema mundial moderno”: “muitos foram assassinados pela aplicação teológica dos princípios sagrados de Smith, Bentham e Mill” (p. 19). Para o autor, as relações macroeconômicas e o domínio colonial produziram o subdesenvolvimento e o aumento da pobreza no “proto-terceiro-mundo”, cuja consequência foi o destino catastrófico das populações por causa do “declínio da capacidade do Estado de garantir a tradicional assistência social” (p. 301).

Em uma abordagem distinta, com foco no processo histórico vivenciado no espaço cearense, a presente pesquisa visa contribuir ao debate sobre a mortalidade, a partir da observação sobre como, na experiência de convivência forçada com as multidões de migrantes, os sentimentos de insegurança atuaram como fatores determinantes para influenciar as mortes dos famintos. Não se deve, nessa perspectiva, subestimar a capacidade de o medo mobilizar processos históricos inteiros.

Considerando os estudos de Jean Delumeau (2009), constata-se que a insegurança diante da ameaça, real ou imaginária, pode influenciar de forma intensa as ações dos sujeitos. Na história do ocidente, o medo do *outro* serviu de justificativa para o empreendimento de inúmeras perseguições religiosas contra os supostos agentes do “mal”. Observando pela perspectiva disciplinar, Delumeau afirma que a inquisição, organizada tanto por igrejas católicas como protestantes, influenciou um processo de normatização, no sentido de disciplinar a sociedade e marginalizar atitudes consideradas contrárias à sociabilidade cristã. Desse modo, no contexto visado pelo autor, o medo foi utilizado de maneira alinhada às práticas de controle.

Para o caso das secas entre 1877 e 1915, é notável que o medo também conformasse práticas disciplinares, em diálogo com os saberes que estruturavam o processo de aburguesamento vivido na cidade. Segundo Ponte (2009), o período assinala um conjunto de transformações, no qual a cidade de Fortaleza passava pelos seus “sonhos de modernidade”, de acordo com o ideal da Belle Époque, em que, gradativamente, enunciava-se um projeto urbano de adequação aos padrões de civilização e progresso que tinham as metrópoles europeias como meta a ser alcançada.

No contexto, tal como já analisou a historiografia, é evidente que o medo mobilizou também, aqui, um processo de disciplinamento do espaço urbano, pois a necessidade de se proteger dos migrantes foi utilizada como argumento para o investimento nas políticas de socorros atreladas ao trabalho, favoráveis ao projeto de modernização, bem como para o aperfeiçoamento de práticas de isolamento, expoentes do projeto de segregação socioespacial no perímetro urbano.

Além de demandar o controle desses sujeitos, deve-se enfatizar como o medo também foi responsável por permitir a mortalidade, quando atribuía à sobrevivência dos abastados uma maior importância do que salvar os retirantes da morte. Na investigação, pretende-se desenvolver a hipótese de que o medo contribuiu para a formação de um discurso necropolítico, responsável por expor esses sujeitos a situações de risco de morte, na medida em que buscava afastar as aglomerações de migrantes.

Com a finalidade de realizar esse debate, a leitura do livro *Políticas da Inimizade* (MBEMBE, 2017) pode auxiliar na tarefa de pensar a insegurança como fator de produção da violência. No estudo, o autor observa como, nas democracias contemporâneas, o recrudescimento dos nacionalismos xenofóbicos e a generalização de inseguranças coletivas tornou comum o estabelecimento de relações de inimizade direcionadas para sujeitos visados por discursos racistas.

Diante dos perigos atribuídos à presença de alguns indivíduos – estrangeiros, refugiados, criminosos, etc – considerados ameaçadores para a sobrevivência de determinada comunidade de semelhantes, são multiplicadas clausuras e erguidos muros para se proteger da ameaça exterior: “é preciso que o *outro* saia irrevogavelmente da minha vida” (MBEMBE, 2017, p. 55).

Pretende-se trazer essas reflexões para auxiliar na análise da experiência histórica da seca, a partir da constatação de algumas correspondências com os fenômenos descritos pelo autor. Em um contexto distinto, na experiência de convivência forçada entre as elites urbanas e as multidões de retirantes, percebe-se que são construídos discursos que

afirmam as suas aglomerações serem potencialmente perigosas para a sobrevivência da comunidade de semelhantes composta pelos abastados.

Desse modo, nos momentos de lotação das cidades, diante da produção discursiva do medo, as práticas de *Socorros Públicos* produziam uma série de enclaves “para resolver o excesso de presença”, de maneira simultânea à submissão desses sujeitos a situações de possíveis riscos de morte. Nesse sentido, propõe-se investigar como se constituíram relações de inimizade na atuação do medo como um discurso necropolítico.

Em quesito metodológico, deve-se observar como o medo em relação ao outro é um sentimento produzido discursivamente. No caso do tratamento dirigido àqueles acometidos pela lepra, Antonio Ferreira (2006) indica que o medo não somente constrói discursos sobre a doença, mas também coloca demandas em relação àqueles considerados como propagadores do vírus. No contexto da seca, compreende-se que diversos discursos criaram o medo em torno da presença dos migrantes como forma de gerar demandas por parte do governo.

Sobretudo, demandas que pautaram a necessidade de controlar os seus hábitos, seja isolando-os na periferia da cidade em abarracamentos, ou utilizando sua mão de obra de forma proveitosa para a urbanização de Fortaleza e a modernização da província. Nesse sentido, o medo do retirante, como será visto, serviu de justificativa para mandá-lo para bem longe, ou, talvez, ocupar o seu tempo de maneira a impedir ações coletivas como os saques.

Para observar analiticamente a formação do medo em torno do retirante e os seus efeitos no debate público, é necessário atentar que esses temas não repercutiram somente no espaço local, mas também passaram a ser debatidos em outras províncias. Dentre o recorte compreendido entre 1877 e 1915, é notável a difusão e o diálogo entre vários discursos sobre a seca, enunciados a partir de diferentes locais de produção. Ela se torna acontecimento com repercussão nacional e suas cenas tristes passam a ser conhecidas nos jornais, nas literaturas, nas assembleias legislativas e nas academias científicas.

Segundo Albuquerque Júnior (1988), a seca de 1877-79, ocorrida numa conjuntura de crise econômica e política, agravada pela crise social desencadeada pela seca, iniciou um novo tratamento à nível nacional para a ocorrência das secas do Norte. A partir de então, as elites nortistas, em sua diversidade espacial e classista, constroem um discurso regional que utiliza os tristes eventos da seca como justificativa para angariar investimentos do Estado para a região, até então em decadência política e econômica.

Observando a experiência histórica vivida no Ceará, é possível observar como a

referida comunidade de semelhantes, composta pelos grupos abastados, construiu discursos que se referiam especificamente sobre os retirantes. Em suas composições, são notáveis atuações de uma série de temores em relação a esses sujeitos, que os colocam como um problema político a ser resolvido por enérgicas ações governamentais.

Compreende-se, nesse sentido, que o medo dos retirantes é um sentimento vivido na *Experiência* (THOMPSON, 1981) dos homens no processo histórico. Para Thompson, o processo histórico é mobilizado pela ação humana dos sujeitos históricos, que agem sob condições sociais específicas, de acordo com os seus valores culturais. Desse modo, na medida em que atuam no processo, os sujeitos vivem sentimentos e constroem discursos na sua experiência histórica.

Apesar de ser uma posição metodológica distinta, penso que é possível associar o foco na experiência social, pautado por Thompson, com a metodologia de análise de discursos de Foucault. Afinal, para o autor (FOUCAULT, 1996), os discursos são práticas difundidas no âmbito da materialidade, que possuem lugar concreto de produção e são constituídas em face de determinados interesses, respectivos aos grupos sociais que o emitem. Portanto, referente aos discursos que propagam o medo em torno dos retirantes, deve-se pensar que eles são elaborados no decorrer da experiência dos sujeitos inseridos no processo histórico da seca.

De tal modo que, em uma experiência marcada pela insegurança, os discursos podem evidenciar esse medo, responsável por categorizar certos indivíduos – os retirantes – como perigosos. Dessa maneira, em uma experiência de conflito, marcada pela convivência forçada com as multidões, os discursos que os habitantes das cidades produzem traduzem seus medos, anseios e interesses.

Sobre o local de produção desses discursos, embora seja notável que exista um diálogo entre as várias produções discursivas sobre a seca, difundidas regionalmente e nacionalmente, por diferentes agentes; pretende-se, no presente trabalho, atentar precisamente aos discursos enunciados no espaço social do Ceará. Considerando que os discursos são emitidos por diferentes grupos, com diferentes interesses, serão observadas, no decorrer da exposição, as permanências e as rupturas discursivas em face de seus respectivos emissores. Deve-se, então, fazer uma genealogia das distintas aparições, apropriações e aprimoramentos do discurso do medo no decorrer das secas.

É possível perceber que o medo dos retirantes é difundido a partir de distintos gêneros, por diferentes sujeitos e grupos sociais. Segundo Bakhtin (2003), os gêneros discursivos são as formas estáveis, padronizantes, que moldam os discursos em uma forma. Desse modo, na pesquisa, dentre outras demandas, serão analisadas como fontes históricas os

diferentes gêneros discursivos envolvidos na construção do medo dos retirantes: o jornalístico (*Cearnense*, *Pedro II* e *Constituição*), o governamental (Relatórios de Presidentes da Província; Mensagens dos Presidentes do Estado), bem como o discurso intelectual de Rodolfo Teófilo (disponível nas crônicas e nos romances do autor).

Portanto, no presente trabalho, são analisados os jornais, os relatórios dos presidentes, os romances e os escritos memorialísticos como o corpus de nossa pesquisa a partir dos quais foi produzida a materialidade discursiva sobre os migrantes. Segundo Benedict Anderson (2008), o fenômeno do “capitalismo editorial” permitiu uma nova forma de representar comunidades imaginadas, como a nação, por exemplo. Desse modo, deve-se salientar que os jornais, os romances e as produções memorialísticas, como produtos editoriais, contribuem para a formação de discursos sobre os migrantes. Além disso, muitos escritores de romances e produções memorialísticas, como o caso de Rodolfo Teófilo, também escreviam para jornais, de modo que circulavam entre os dispositivos discursivos.

Mesmo que sejam propagados por diferentes sujeitos, esses gêneros discursivos se cruzam e colaboram para a formação de um discurso coletivo que cria o medo em relação ao *outro*. Desse modo, é notável que, mesmo que distintos, eles propaguem e façam repercutir inseguranças semelhantes referentes aos retirantes: o medo dos saques, dos contágios, da mendicância e da perversão. Nesse sentido, é possível perceber que esses sentimentos são característicos, de maneira geral, das camadas abastadas que pertencem às cidades, aquelas que sentem a presença incômoda desses migrantes, e veem esses indivíduos como radicalmente diferentes, ofensivos à moral burguesa em construção.

Portanto, mesmo que sejam discursos veiculados por diferentes sujeitos, são notáveis semelhanças discursivas, em um medo coletivo motivado por questões de classe. Por outro lado, esses enunciados devem ser analisados de maneira particular, relativa às especificidades das diferentes fontes históricas e dos gêneros discursivos referidos anteriormente. Pois, na medida em que são emitidos a partir de distintos locais de produção, eles o são com interesses muitas vezes particulares ou característicos de um grupo ou classe social.

Com o intuito de observar a produção discursiva mais imediata aos eventos das estiagens, será feita, no primeiro capítulo, a análise acerca de como os jornais *Constituição*, *Cearnense* e *Pedro II* manifestaram as demandas e os valores de diferentes grupos sociais, desde políticos de carreira, até comerciantes e profissionais liberais, durante o desenrolar das secas. No centro dos acontecimentos, os jornais transmitiam os anseios e os medos desses grupos em torno da presença dos retirantes. Portanto, enunciavam formação de opinião sobre

supostas índoles desses indivíduos, com a pretensão de pressionar os governos, de acordo com as respectivas posições políticas de cada grupo jornalístico.

Por sua vez, no capítulo 2, serão analisados os discursos das autoridades, presentes nos relatórios dos presidentes da província/estado. Esses relatórios são produzidos na ocasião de abertura da assembleia legislativa e nos momentos de troca de presidentes da província/estado. Eles possuem alguns tópicos padronizados como “finanças”, “obras públicas”, “tranquilidade pública”, “saúde pública”, “instrução pública”, etc. De maneira geral, esses relatórios são produzidos pelos presidentes, para que eles possam prestar contas referentes aos avanços alcançados durante as suas gestões, bem como para justificar os erros e os problemas ocorridos no governo.

Durante as épocas de seca, os governantes destacam como atuaram e como construíram diferentes políticas, diante da série de demandas advindas da calamidade. Portanto, o discurso das autoridades presente nesses relatórios é específico ao conjunto de atividades empreendidas durante os respectivos governos. A partir desses documentos, é possível observar como as autoridades governamentais construíram tanto discursos sobre os retirantes, classificando-os como possíveis malfeitores e vetores de doenças em potencial, como também práticas de isolamento, responsáveis por produzir a mortalidade.

No plano da produção intelectual, propõe-se evidenciar, no capítulo 3, como o farmacêutico Rodolfo Teófilo produziu um discurso em torno da seca e dos retirantes. Segundo Neto (2006), Teófilo era um farmacêutico, atuante na segunda metade do século XIX e início do século XX, que objetivava se destacar no meio letrado cearense. Para alcançar tal objetivo, ele buscou se inserir e se consolidar como um intelectual das secas: estudioso, especialista em torno desse fenômeno de impacto nacional e local desde a seca de 1877.

Por um lado, Teófilo tinha o interesse pessoal em se consolidar como intelectual; por outro, o autor exercia uma escrita militante, ou seja, escrevia com o intuito de ser crítico diante das práticas ocorridas durante as secas. Ele militava, por meio da palavra, contra a corrupção dos homens em tempos de seca, objetivando deixar uma memória crítica para as gerações vindouras.

Nas obras de Teófilo³, é possível observar como um intelectual construiu um discursivo cientificista e racista em torno dos retirantes, mesmo que buscasse defendê-los dos crimes cometidos pelas autoridades. Considero muito pertinente analisá-lo, para

³ *A Fome* (1890/2001), *Secas do Ceará* (segunda metade do século XIX) (1901), *Varíola e vacinação no Ceará* (1904/1997), *A Seca de 1915* (1919/1980) e *História da seca do Ceará* (1877-1880) (1922).

perceber indícios significativos em torno dos processos de estigmatização e categorização dos retirantes como indivíduos racializados e inferiorizados, pois, no discurso de Teófilo, isso aparece de maneira explícita, enquanto ocorre, em outros discursos, de maneira omitida, como uma interdição.

Esses três gêneros que constituem o discurso do medo em torno dos retirantes serão analisados Parte 1 desta Dissertação, na qual os três primeiros capítulos farão análises mais detidas em cada um desses eixos discursivos. Desse modo, objetiva-se evidenciar as nuances do discurso do medo, em seus diferentes gêneros, demonstrando como os retirantes são categorizados de maneira estigmatizada, como indivíduos de segunda categoria, propensos à criminalidade, por causa de sua fome e miséria, e, ao mesmo tempo, considerados vetores de doenças em potencial, diante de seus “péssimos hábitos de higiene” e da “falta de pudor” em suas habitações. Em suma, conforme será demonstrado, é possível perceber que há uma suspeição generalizada a respeito da índole dos retirantes pobres, que passam também a ser compreendidos como uma “classe perigosa” (CHALHOUB, 1996).

Situar essas classificações presentes nesses discursos é fundamental para analisar a experiência de atuação das políticas de socorros criadas para ministrar a assistência do estado a esses sujeitos. Desse modo, na Parte 2 do vigente trabalho, composta por três capítulos, pretende-se observar três dessas experiências: as políticas de emigração (capítulo 4), a epidemia de varíola de 1878 (capítulo 5) e, por fim, a trajetória das práticas de isolamento desde os abarracamentos até o campo de concentração (capítulo 6).

Se, na Parte 1, a análise se deteve sobre a construção discursiva do medo; agora, na Parte 2, será observado como, na experiência histórica, as necessidades de afastamento das aglomerações de migrantes se alinharam a um conjunto de práticas de controle territorial: desde os empreendimentos de emigração até a construção dos abarracamentos e do campo de concentração.

Por fim, nas considerações finais, após ter analisado de maneira ampla o processo histórico das secas nos capítulos que compuseram as duas partes da Dissertação, objetiva-se sintetizar como as políticas de socorros públicos foram se constituindo, cada vez mais, no decorrer de sucessivas secas, como necropolíticas, responsáveis por induzir a exposição dos migrantes à morte.

No decorrer da exposição, impõe-se examinar como, além de funcionarem como práticas de socorros, cujos objetivos supostamente seriam atender às necessidades dos famintos, esses projetos se construíram por ações bastante distintas da ideia de caridade aos pobres. Em oposto, de acordo com as necessidades imposta pelo medo, objetiva-se

denunciar como as políticas governamentais se constituíram, sobretudo, como práticas de controle e exposição à morte.

Atentando para o sentido da aplicação dos *socorros públicos*, a proposta de análise por intermédio do conceito da *Necropolítica* (MBEMBE, 2003) implica observá-las não somente como práticas disciplinares e biopolíticas, mas atentar, sobretudo, aos seus efeitos de produzir a mortalidade. Até então, a historiografia trabalhou modelos explicativos que considero estarem associados aos conceitos de Biopolítica (FOUCAULT, 1988) e de Sociedade Disciplinar (FOUCAULT, 2014).

Diante do problema da seca e de seu cortejo de misérias, Neves (1995) afirma que, desde 1877, foram construídos saberes e práticas que buscaram, em relação à estiagem, “evitá-la, impedi-la ou neutralizar seus efeitos” (p. 93). O autor classifica esses saberes de Biopolíticos⁴, pois culminaram, em 1915, na criação do Campo de Concentração, um dispositivo de isolamento responsável por isolar “as categorias sociais consideradas desviantes ou improdutivas em instituições fechadas” (p. 101).

No processo histórico das estiagens, esses poderes se relacionam a um disciplinamento do perímetro urbano, na medida em que, quando os retirantes entram nesses espaços, são criadas instituições para isolá-los e controlar seus movimentos nas cidades. Por outro lado, tal como indica a historiografia (NEVES, 2000; CÂNDIDO, 2014; SILVA, 2003), o uso da mão de obra retirante nas obras públicas teve fortes características moralizantes e disciplinadoras, na medida em que propunham “incutir nos retirantes uma ética de trabalho” (CÂNDIDO, 2014, p. 23), de maneira alinhada ao tempo de produção capitalista.

Parece evidente que existem poderes biopolíticos que são exercidos pela implantação das políticas de socorros, pois, apesar de serem legitimadas discursivamente como políticas para socorrer os retirantes, elas visam ao seu controle: por um lado, o seu afastamento, por meio da saída em vapores para outras províncias, ou por intermédio do isolamento em espaços de confinamento, como os abarracamentos e os campos de concentração, distantes do centro; por outro lado, quando não estão nos perímetros de clausura, na finalidade de realizar vigília sobre seus atos, eles são coagidos ao trabalho para receberem alimento e poderem garantir sua sobrevivência e a de suas famílias.

Contudo, é preciso refletir não somente sobre como os governantes objetivaram a disciplina desses corpos em vida, mas é necessário evidenciar como também exerceram

⁴ Segundo Michel Foucault (1988), o Biopoder consiste na submissão da vida humana ao domínio do cálculo e do saber-poder. Desse modo, o Biopoder investe em mecanismos reguladores e corretivos, com a pretensão de “distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (p. 134). Portanto, “qualificar, medir, avaliar, hierarquizar”.

controle sobre a morte desses sujeitos. Afinal, durante as diferentes práticas de socorros, desde as práticas de isolamento, que compreendem tanto os abarracamentos/campos de concentração como também os projetos de emigração, até os empreendimentos com mão de obra retirante; a morte de migrantes era constante, pois eles estavam submetidos a uma série de condições de risco de morte. Esses riscos eram evidentes, seja no trabalho árduo e na emigração em condições debilitadas de saúde, seja na aglomeração de milhares de retirantes em locais insalubres, propícios para gerar óbitos por doenças.

Nessa perspectiva, propõe-se a hipótese de que as políticas de Socorros Públicos executaram o trabalho de “expor à morte” (MBEMBE, 2016, p. 123), pois aconteceram mediante a aceitação de uma série de riscos de que os migrantes pudessem morrer no processo. Portanto, no recorte proposto, o controle biopolítico dos corpos e da circulação dos retirantes na cidade se relaciona com uma experiência necropolítica, responsável por produzir a morte de milhares de retirantes. Essa é minha hipótese, que buscarei observar empiricamente a partir das fontes históricas, no decorrer dos capítulos.

No plano teórico, fazer uma reflexão sobre o necropoder envolve pensar um uso radical da soberania no exercício da biopolítica⁵. Na Europa, Foucault (1999, p. 286) classifica o direito soberano dos reis como o poder de “fazer morrer ou de deixar viver”, isto é, de instituir a morte dos súditos, por intermédio dos mecanismos de repressão. Nas sociedades de normalização, em uma economia do biopoder, responsável por exercer controle sobre os processos de vitalidade, o direito soberano de matar acontece por intermédio do racismo, que introduz, no domínio da vida, “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (p. 304).

Portanto, a partir de uma cesura biológica, que divide a espécie em subgrupos, Foucault (1999) entende que o racismo é a condição para que se possam ser exercidas as funções assassinas do Estado. No século XX, o nazismo figura a ascensão do “Racismo de Estado”, no qual o poder soberano produz a morte tendo em vistas a purificação da raça, no sentido de que “a morte da raça ruim, da raça inferior [...] é o que vai deixar a vida em geral mais sadia” (p. 305).

Por outro lado, Achille Mbembe (2003/2016) considera que “as premissas materiais do extermínio nazista podem ser encontradas no imperialismo colonial” (p. 129). Ao contrário de Foucault, que vê a emergência do racismo de estado como um momento

⁵Tal como Mbembe, baseamo-nos nas reflexões de Michel Foucault (1999) sobre a soberania e a guerra, cuja hipótese é que “as relações de poder [...] têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra” (p. 23).

específico de expansão do biopoder, Mbembe indica que, nos espaços coloniais, a violência e o direito de matar desde sempre foram a norma⁶. Nesse sentido, observando a dominação e o genocídio vivenciados nas colônias, o autor elabora o conceito de “necropoder” como aquele mais adequado para lidar com a experiência da colonização.

Com efeito, a reflexão sobre a necropolítica parte de um entendimento sobre o biopoder: “aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle”. No entanto, são notórias divergências do filósofo camaronês em relação ao francês, pois, enquanto Foucault percebe, somente no século XIX, o surgimento do biopoder como um poder que visa à regulamentação da vida das populações; para Mbembe (2003/2016), a escravidão no regime de plantation deve ser entendida como “uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica” (p. 130), não no sentido de um poder que tomou conta dos processos de “fazer viver”, tal como sugere Foucault, mas no viés de um poder que fabricava a morte: afinal, “a vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida” (p. 132).

No caso do Ceará, entre fins do século XIX e início do século XX, vários fatores evidenciam um exercício do necropoder, responsável por influenciar o aumento da mortalidade dos sertanejos durante os períodos de secas. Efetivamente, percebe-se que o medo das multidões norteou a produção de discursos que demandavam a salvação dos grupos abastados, em detrimento do impedimento dos óbitos dos retirantes. Desse modo, evidencia-se que, no contexto de crise, as vidas de alguns sujeitos eram classificadas como mais importantes do que outras.

Na consecução dessa hipótese, deve-se entender que tais sentimentos de terror produzem um discurso necropolítico, que diminuía o valor da vida de alguns sujeitos – os retirantes –, ao passo que considera a salvação de outros – os abastados – como prioridade. De maneira alinhada à atuação desse discurso, responsável por demandar o isolamento e o afastamento das aglomerações de famintos, é notório um uso radical da soberania, no empreendimento de práticas de controle territorial que submeteram esses sujeitos a uma série de situações em que eles estiveram, efetivamente, expostos ao risco de morrerem.

Na prioridade de salvar os grupos abastados, procedeu-se à realização de diferentes tentativas de afastar as aglomerações: desde os empreendimentos de emigração para outras províncias, até a construção de abarracamentos e, posteriormente, o campo de concentração, como espaços de confinamento. Com efeito, como reivindicam tanto os

⁶ Nesse entendimento, Mbembe considera que, na colônia, o estado de exceção (ver AGAMBEN, 2004) corresponde à própria configuração do Estado. De tal maneira, para o autor, “a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei” (MBEMBE, 2003/2016 p. 132).

discursos da imprensa como também o das autoridades, impedir o contato com as multidões era fundamental para preservar a ordem social e a saúde pública. Por isso, tornava-se necessário retirar os focos tanto de revoltas quanto de proliferação de doenças.

Entretanto, no decorrer das tentativas de controle, foi comum expor esses indivíduos à fome e ao contágio por doenças. De tal maneira, propõe-se a hipótese de que, junto com um controle territorial, cujo objetivo era isolar as aglomerações no espaço, construiu-se também uma gestão da morte, na medida em que, na tentativa de afastar a morte dos abastados, aumentavam-se potencialmente os riscos de que os retirantes viessem a falecer. Desse modo, evidencia-se a atuação do necropoder, por intermédio de um uso radical da soberania, expresso em dispositivos de isolamento que, nas tentativas de controle, realizaram o exercício de “expor à morte” (MBEMBE, 2003/2016, p. 123).

Com base nos escritos de Mbembe, proponho mobilizar a categoria *Desejo de Apartheid*⁷, sob a hipótese de que, na medida em que se produziu discursivamente o medo em relação aos retirantes, mobilizou-se um desejo de apartheid, responsável por diminuir o valor da vida dos migrantes, quando solicitava o seu afastamento como prioridade em relação ao impedimento de suas mortes. Dessa maneira, ao passo em que se impunham as necessidades de afastar as aglomerações, evidencia-se a atuação de um discurso necropolítico que expunha milhares de sujeitos a várias conhecidas condições de risco de morte. Portanto, nos momentos de superlotação das cidades, quando os grupos abastados sentiram-se ameaçados pela presença do outro, favoreceram-se práticas de controle aliadas à mortalidade.

Penso que o modelo da Biopolítica permite evidenciar, de maneira bastante clara, as práticas disciplinares e de controle que perpassam essas políticas. Entretanto, esse modelo teórico poderá dar conta das mortes de milhares de retirantes? A partir daqui, considero pertinente refletir sobre as possibilidades explicativas do modelo da Necropolítica. Desse modo, será possível pensar duas ordens de poderes envolvidos nas políticas de salvação pública: por um lado, um poder Biopolítico, disciplinador, e, por outro lado, um poder Necropolítico, responsável pela permissividade de sujeitar os retirantes a um potencial risco de morte. Não se pretende, de maneira alguma, desconsiderar as análises feitas anteriormente pela historiografia. Propõe-se, ao contrário, estender o horizonte de análise, considerando a possibilidade de o Biopoder, a partir de certo momento, se aliar com o Necropoder.

⁷Mbembe associa a categoria às práticas das democracias contemporâneas em afastar todos os seus não-semelhantes por meio da construção uma série de entraves para resolver o “excesso de presença, a qual se diz ser a causadora de tantos insustentáveis sofrimentos” (MBEMBE, 2017, p. 73).

Em suma, são essas as hipóteses norteadoras da presente pesquisa, baseadas em uma proposta de leitura do processo histórico a partir da ótica do conceito de Necropolítica. O trabalho visa incorporar essas noções à análise das fontes históricas, compreendendo que os procedimentos empíricos da investigação histórica são os princípios norteadores do trabalho historiográfico, passível de ser sustentado ou falseado de acordo com as potencialidades e os limites heurísticos das fontes, tal como refletiu Thompson (1981) sobre a lógica histórica. Feitas as devidas considerações, cabe, então, dar prosseguimento à exposição, com o intuito de evidenciar a atuação do necropoder na exposição de milhares de retirantes à morte.

PARTE 1. DISCURSOS DO TERROR E DESEJOS DE CONTROLE (1877-1915)

1. “SALVE-SE QUEM PUDE”: A IMPRENSA E O MEDO DIANTE DA PRESENÇA DOS FAMINTOS

De maneira bastante dramática, o préstito dos famintos suscitou uma série de emoções por parte daqueles que foram obrigados a conviver com as suas presenças. Em pouco tempo, a caridade cristã foi rapidamente substituída pelo terror perante as multidões, associadas a uma série de perigos. Nesse viés, propõe-se investigar como o medo, difundido pela imprensa, foi responsável por constituir um discurso necropolítico, responsável não somente por demandar o afastamento desses sujeitos, mas por expô-los à morte.

Com a finalidade de refletir sobre a produção discursiva do medo, é preciso pensar a seca como um fenômeno social, condicionado pela experiência dos sujeitos na realidade socioeconômica e cultural (NEVES, 2000). Em 1877-79, a ampla crise humanitária foi propiciada não somente pela baixa precipitação, mas principalmente pela falta de meios de subsistência, diante da crise da economia algodoeira, responsável por acentuar conflitos já existentes. Desse modo, desde antes da estiagem, já existia “uma massa de homens que não tinham acesso à terra e que migravam pelo interior do Nordeste” (REIS JÚNIOR, 2014, p. 104). Nessa perspectiva, a análise dos discursos sobre os retirantes deve partir da percepção de que a migração dos sertanejos está diretamente associada diretamente com as condições de pobreza no campo.

Nas cidades, quando os retirantes ultrapassavam a *fronteira* (MARTINS, 2009), era o momento de encontro com a alteridade, de desencontro e descoberta do *outro*. Certamente, o encontro não foi pacífico, as elites e as classes médias compreenderam os migrantes como radicalmente diferentes de si, tanto do interior como no litoral. Na capital, em contraste à identidade que as elites urbanas desejavam construir, em buscas do progresso e da inserção nos parâmetros europeus de uma sociedade “civilizada”, os retirantes das secas foram entendidos como “bárbaros”, potencialmente perigosos e destituídos de valores compatíveis com o que se entendia como civilidade nos quadros de uma moralidade burguesa.

Tratou-se, então, de uma experiência caótica de contato dos cidadãos com as multidões em seus mais cruéis quadros de miséria: fome, corpos esqueléticos e famintos a mendigarem pelas ruas da cidade. Nessa situação, como seus habitantes, em especial aqueles que tinham algum tipo de distinção pelo seu grau de condição social, como eles lidaram com a presença de milhares de pobres?

Na experiência histórica de lotação das cidades, a partir de 1877, é notável que a presença dos pobres não somente despertou o temor de uma hostilidade à ordem estabelecida, mas, sobretudo, fez aqueles que se consideravam “civilizados” temerem pela perda de suas vidas. De maneira bastante enfática, eles clamavam pela sua sobrevivência diante da presença dos pobres, à qual se entendia ser a causadora de uma série de perigos. Nesse sentido, é preciso questionar, como, diante do medo, é julgada a vida daquele sujeito visado como a fonte dos problemas? De que maneira a busca pela salvação de si atribui menor importância à vida do outro? Quais atitudes são demandadas para resolver o excesso de presença?

Com a pretensão de iniciar o debate sobre essas questões, o presente tópico se propõe a analisar como o medo foi formulado discursivamente, de maneira a produzir relações de subalternização e a demandar ações por parte do governo provincial/estadual. Dentre os gêneros que expressaram o temor diante da presença das aglomerações, pretende-se discorrer sobre como os jornais construíram e repercutiram discursivamente o medo, a partir de diferentes enunciadores.

A análise da imprensa oitocentista permite observar as demandas e os valores dos diversos grupos partidários, na medida em que os jornais são seus meios de manifestação política (LUCA, 2008). No caso do Ceará, conforme indica o trabalho da professora Ana Carla Sabino Fernandes (2004), os jornais *Cearense*, *Constituição* e *Pedro II* foram os instrumentos técnicos de expressão de ideias e projetos dos grupos políticos liberais e conservadores, de maneira a representar posições não somente para letrados e políticos de carreira, mas também de vários grupos sociais, como comerciantes, proprietários e profissionais liberais, que acompanhavam as notícias.

No centro dos acontecimentos da seca, os jornais transmitiam os anseios e os medos dos partidos em torno da presença dos retirantes: evidenciavam os interesses políticos dos conservadores e liberais no tocante à administração da seca pelo governo. Apesar das diferenças políticas, esses grupos mantinham medos e anseios semelhantes em relação aos retirantes, o que fica expresso na perpetuação e recorrência das mesmas classificações estigmatizantes em relação a esses sujeitos. As diferenças se reduziam, principalmente, às distintas propostas de políticas de socorros e aos respectivos alinhamentos com os governantes, pois, muitas vezes, esses jornais atuavam ora como veículos de oposição ao governo, ora como meios de defesa do governo vigente.

No começo da seca de 1877, o jornal *Cearense*, associado ao Partido Liberal, fazia oposição ao governo conservador do presidente da província Caetano Estelita. Durante o primeiro semestre da seca, quando as multidões vagavam pelo sertão e iam chegando às

cidades interioranas, diversos artigos do jornal evidenciavam a construção de uma retórica que exprimia o medo diante da presença dos sertanejos migrantes. Em carta remetida do município de Sant’anna (atual Santana do Acaraú), é notório o seguinte trecho:

A classe desvalida já nos bate a porta acossada pela fome, que já vai aparecendo em toda sua nudez; as ameaças de saques as nossas propriedades são constantes e vemo-nos forçados a dizer – cada um trate de guardar a sua propriedade, salve-se quem poder. o povo vê-se obrigado a esmolar á caridade publica ou a recorrer a pilhagem, porque tem fome!
(*Cearense*, 13/05/1877, p.2, grifo nosso).

O excerto, bastante comum em outros noticiários do *Cearense*, faz parte das cartas das localidades do interior da província que passaram a ser publicadas pelo jornal. Em muitas delas, fica evidente o medo que os seus correspondentes têm da “população desvalida” que “já ameaça assaltar os que estão em melhores condições” (*Cearense*, 22/04/1877 pp. 3), conforme as letras de carta escrita em Ipú. O temor era que os sertanejos, empobrecidos pela seca, pudessem realizar saques aos grupos abastados, que naquele momento, se distinguiam por sua condição de acesso à propriedade privada. Tratava-se, em seu âmago, de um medo motivado por questões de classe, em receios de que acontecessem violentos ataques às estruturas sociais baseadas na posse da terra e do capital.

No contexto do Ceará oitocentista, segundo indica o professor Francisco Pinheiro (2020), é notória uma formação social baseada no “domínio sobre a propriedade privada”, considerada “central para a organização das relações de trabalho, marcadas pela subordinação da população livre-pobre aos grandes proprietários” (p. 15). Desse modo, quando o *Cearense* falava da defesa da propriedade privada, ele se referia à proteção da própria ordem social, marcada tanto por relações paternalistas entre senhores e desclassificados, como também por práticas de submissão dos pobres ao trabalho, em decorrência das situações de privação da terra, fundamental para a subsistência camponesa.

No discurso do jornal, os retirantes eram tratados como *classe perigosa* (CHALHOUB, 1996), em uma suspeição generalizada acerca da índole dos pobres, que passaram a ser visados como criminosos em potencial, justamente por sua condição de pobreza. Portanto, desde o início, o medo criminalizava a presença das multidões, em defesa da ordem da propriedade privada. Diante da construção de um sentimento de insegurança, quais ações esse discurso demandou por parte do poder público?

No segundo semestre do ano, depois de seguidos meses de seca, é possível vislumbrar uma situação de temor acerca do que poderia acontecer caso o “povo” ficasse “sem trabalho ou sem razão, forçado a talvez morrer de fome”, conforme os receios de carta

remetida de Granja. O documento permite elucidar como o medo solicitava práticas de controle:

Estamos portanto ameaçados de ver paralisadas as poucas obras em andamento, e o povo sem trabalho ou sem ração, forçado a talvez morrer de fome, ou a lançar mão do recurso do desespero, fazendo do proprio instrumento de trabalho a arma do assassinato e do roubo. E' portanto de urgente necessidade que o Exc. Sr. Dezembargador Estellita [...] não nos abandone á mercê d'essa população, que ora alegre pelo recurso do trabalho, póde mais tarde tornar-se terrível pela furia do desespero (Cearense, 19/08/1877, pp.3, grifo nosso).

Diante do conjunto de cartas remetidas dos interiores cearenses, é evidente que o temor de revoltas ocasionadas pela fome poderia figurar nas mentes dos membros das classes senhoriais de diferentes localidades. Na situação descrita, o remetente considerava necessário ocupar os retirantes com trabalhos, a partir da justificativa de que, assim, aqueles que estivessem famintos não precisariam praticar assaltos ao patrimônio dos abastados. O trabalho aparece, portanto, como solução para proteger a propriedade.

Tal como reflete Jeovah Silva (2003), a imprensa liberal instrumentalizou discursivamente o sentimento de insegurança, difundiu o medo em seus noticiários com a pretensão de defender o trabalho como atividade requerida para a distribuição dos socorros públicos. Nesse sentido, o sentimento de terror em relação à presença de retirantes no interior foi utilizado como forma de pressionar o governo, para que este aprovasse a obrigatoriedade do trabalho atrelada ao sistema de socorros. E, de fato, assim ocorrera.

Durante a gestão do presidente Caetano Estellita, no primeiro semestre da seca de 1877, foi acionado o sistema de socorros para as vítimas da seca, utilizando a mão de obra retirante para o estabelecimento de postos de trabalho com vistas ao melhoramento infraestrutural da província, de maneira concomitante à distribuição de alimentos pelo Estado: caso fosse válido ao trabalho, o migrante deveria trabalhar pelo alimento, nomeado como “ração”.

Na segunda metade do século XIX, práticas de coerção ao trabalho não eram novas, já existiam projetos de repressão ao modo de vida dos pobres livres. No contexto de desenvolvimento do algodão, com a finalidade de submeter os sertanejos ao trabalho nas lavouras, exigido pela produção comercial, eram comuns discursos que criminalizavam o ócio característico da economia de aprovisionamento, tratando-o sob a ótica da “vadiagem”, percebida como a origem da criminalidade (PINHEIRO, 2020). Nesse sentido, é evidente que, nos momentos de estiagem, a imprensa liberal também repercutia o discurso de combate à

vadiagem, mas agora a partir da questão sobre como deveriam ser feitos os socorros aos pobres em tempos de calamidade.

Tratava-se de um debate sobre socorros públicos, norteado por discussões liberais sobre o trabalho, com fortes conotações morais, responsáveis por associar o trabalho à virtude e o ócio à vadiagem (CÂNDIDO, 2014; NEVES, 2003). Em um noticiário do *Cearense*, foi publicada uma representação, assinada pela Associação Comercial de Fortaleza, com propostas de soluções para o problema da seca. O documento possibilita demonstrar como a elite comercial da cidade visualizava as diferenças entre a esmola e o trabalho:

A esmola, que humilha o homem valido e consciente do seu vigor, e cabe sómente aos infelizes que renunciarão a toda esperança de haver o pão pelo seu trabalho, não é certamente o que exige a população da província. Reclama o trabalho, mas não mata moralmente o individuo, nem consome inultimente ao Estado. (*Cearense*, 26/04/1877, pp.1, grifo nosso)

Na fala dos comerciantes, é notável a compreensão de que o ócio é nocivo à moralidade, enquanto o trabalho, esse sim, é útil para o indivíduo e para o Estado. Desse modo, percebe-se que o medo se associa a um discurso moralista, com a pretensão de servir, por um lado, para disciplinar os retirantes a determinado ritmo de produção, e, por outro lado, com vistas a utilizar essa mão de obra migrante para modernizar a província.

Na representação da associação comercial, as vantagens de tal sistema são evidentes, pois “o produto dele”, do trabalho, “entrará para o comercio como uma força que se multiplicará, aproveitando”, ao máximo, as “classes pobres”. Afinal, com a verba de socorros, era possível financiar construções públicas, facilitar um alto investimento “que se poderia liberalizar em socorros”, por meio do uso de uma mão de obra praticamente gratuita. No contexto, os comerciantes afirmavam serem várias as obras que, segundo suas palavras, “acham-se em projeto nesta província”:

tais são o prolongamento da via férrea de Baturité, e o melhoramento do porto de Fortaleza, que **podem diretamente subministrar o pão para milhares de famílias, e reanimar o comercio** facilitando a importação de viveres, para as populações esfaimadas, que vem procura-los ao litoral.

[...]

Será d’esta arte que deixará essa província de retrogradar espantosamente

(*Cearense*, 26/04/1877, pp.1, grifo nosso)

Diante do exposto, conclui-se que, nos primeiros meses da seca, o discurso do terror, emanado pela imprensa liberal, teve a pretensão de amedrontar a opinião pública, com o objetivo de justificar o uso da mão de obra retirante em prol da “modernização” da

província. Ao mesmo tempo, para além dos interesses utilitários, como demonstram os dois primeiros noticiários aqui trabalhados, tratava-se de um temor, por parte dos homens de posses, de que a pobreza se revoltasse e atacasse a propriedade privada. Portanto, o medo solicitava o trabalho também como medida de controle, para evitar o ócio, considerado causador dos males. Mas quem são os sujeitos que esse discurso visava controlar?

A partir de um editorial publicado em outubro de 1877, obtivemos indícios que denotem que estamos falando de multidões compostas por mestiços, que poderiam ser visados a partir de critérios raciais. Na referida edição (*Cearense*, 14/10/1877), era criticado que, na distribuição do trabalho, ele era somente para “meia duzia desses infelizes”, enquanto ficava “o grosso, a massa em completa inacção”. Tal situação, para o redator, era bastante preocupante, pois se tratava de “um povo n’estas condições, com disposições naturaes para vadiagem”. Em uma reflexão sobre as causas da vadiagem, os motivos que justificariam essas predisposições seriam “por influencias climatéricas, por educação e por hereditariedade de raça”.

No caso da opinião exposta, o que sustentava o debate era, portanto, compreensões científicas acerca das inferioridades raciais observadas nos mestiços, muitos deles denominados cabras, junto com, provavelmente, negros libertos ou fugidos, que se confundiam as multidões. Desse modo, observa-se que, em uma cultura escravista, na qual alguns sujeitos ocupavam posições de subalternidade, a racialização poderia ser uma das maneiras possíveis de ressaltar a suposta inferioridade atribuída aos pobres.⁸

O referido debate ocorreu no período de montagem do sistema de socorros, quando os retirantes vagavam pelo interior e chegavam, gradativamente, às cidades litorâneas. Era evidente o sentimento de pânico em torno da presença dos famintos: eles poderiam assaltar os mais abastados para matar a fome! Nesse momento, o medo demandava o trabalho para controlar a revolta das multidões de retirantes e garantir o progresso da província. Contudo, no segundo semestre de 1877, o teor da situação muda, pois em algumas cidades, como no caso de Fortaleza, a superlotação dos migrantes adventícios passa a ser exponencialmente maior que a população já residente. Como a chegada dos migrantes às cidades litorâneas repercutiu, modificou e instrumentalizou o sentimento de medo em relação a esses sujeitos?

⁸ Entretanto, deve-se destacar, dentre os noticiários da imprensa oitocentista que tivemos acesso, o referido editorial foi o único que abordou, de maneira explícita, uma percepção racista direcionada aos retirantes. Nos demais, as posições de inferioridade e os maus aspectos atribuídos às multidões de migrantes são apontados sem serem acompanhados de justificativas sobre a condição racial desses sujeitos.

Segundo Frederico Neves (2000), o medo direcionou novas atitudes e saberes em relação à pobreza urbana. Esses saberes esboçavam relações entre a miséria, característica da condição famélica dos retirantes, e a degradação moral, que supostamente incidiria na perversão e na ocorrência de crimes. Nesse sentido, a partir de uma ótica que atribuía a esses sujeitos uma posição de inferioridade, os sertanejos migrantes eram rotulados como bárbaros, diante de supostas degenerações morais consideradas inatas por sua condição de raça e classe. Portanto, o sentimento de insegurança andou alinhado com as práticas de controle: desde a adoção do socorro atrelado ao trabalho, até a construção das habitações como medidas para segregar a pobreza urbana.

Nesse momento, o medo não era somente em relação à proteção da propriedade privada. Muito pelo contrário: o temor era em relação à perda da própria vida. Existia a compreensão de que a presença dos retirantes poderia causar a morte da população das cidades por meio da propagação de doenças. Desse modo, para as elites urbanas, lidar com as multidões envolvia salvar a própria vida, como uma demanda muito mais urgente do que construir os caminhos do progresso. Nesse contexto, além de o medo solicitar práticas de controle que removessem as aglomerações, ele também tratou a sobrevivência dos retirantes como uma questão de menor importância em relação à necessidade de preservação a vida dos abastados.

Em agosto de 1877, quando já existia uma quantidade bastante expressiva de retirantes em Fortaleza, é possível constatar como, diante da convivência forçada, a imprensa definia suas prioridades no que tangia às políticas de socorros. Na ocasião, ocorria a construção de habitações na cidade, chamadas de abarracamentos, para alojar os retirantes e organizar a distribuição de socorros. No dia 10, o *Cearense* publica um artigo de opinião, assinado por M. de F. A., que se autoqualifica como um médico. Na ocasião, o autor expõe sua opinião sobre os problemas envolvidos na construção dos abarracamentos:

A fome, todavia, não é a tinta mais negra desse quadro desolador, porque ella mata por inanição e os seus effeitos são lentos e tardios: ella é a causa remota da calamidade; a peste será sua causa immediata.

A peste! Oh! Palavra horrivel que me parece trazer os ventos desta estação!

O calor excessivo, a chegada dessas legiões de maltrapilhos; um ou outro caso de febre amarella, de typho, de febre perniciosa, de dysenteria dos climas quentes, não serão o grito de espanto para os espiritos desprevenidos?

[...]

O accumulo dos famintos é um agente poderoso para a epidemia, a falta da hygiene e a immundice sua condição necessaria. Remova-se os alojamentos e acei-se a cidade. (*Cearense*, 23/8/1877, grifo nosso)

De acordo com o trecho, é notável o incômodo causado não somente pela mendicância, na exposição das misérias pela cidade, mas predomina, sobretudo, o medo de que as habitações de retirantes, os abarracamentos, se tornem epicentros de propagação de doenças. Observa-se, na fala do autor, que o principal problema não é a fome: “ela não é a tinta mais negra desse quadro desolador”.

Muito pelo contrário, o que aflige o remetente é a possibilidade de as aglomerações de migrantes produzirem epidemias que se propagassem também aos abastados. É evidente um medo guiado pela “percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida” (MBEMBE, 2017, p. 128). Nesse viés, mesmo que os abarracamentos fossem criados para dar habitação e socorros aos retirantes, o redator pedia com urgência: “Remova-se os alojamentos e acei-se a cidade”. Na sequência, o médico solicitava construir os alojamentos fora de Fortaleza:

Má foi, de certo, a ideia de fazer-se abarracamentos de recepção e permanência de retirantes no perímetro a barlavento da cidade. Pajehu e Outeiro virão a ser celebres no morticínio, se por desgraça, tivermos peste.

[...]

O melhor alojamento é o da Lagoa Secca – a sotavento da cidade não só pela sua posição topographica, como também, porque, sendo o mais distante, os retirantes não frequentão muito a cidade e é por isto que elle tem pouca gente

[...] **não quero nem devo querer que se accumule tanta gente aqui na capital, o que quero é que se fação acampamentos fóra d’ella**, por exemplo: em toda a extensão da via-ferrea de baturité – se é que o povo emigrado e para emigrar possa ocupar toda essa extensão

Escolha-se os lugares mais apropriados como Mudubim e Arronches [...] e teremos fóra da cidade o povo, longe da esmola.

[...]

As vantagens que trarão esses alojamentos, fora da cidade poderão ser immensas, taes como a separação desse povo, evitar o habito de pedir, afastal-o do ocio e do vicio, collocal-o longe do mercado [...]

(Cearense, 23/8/1877, grifo nosso).

Na argumentação, é evidente que a pauta do autor não é sobre como os alojamentos poderiam socorrer melhor os migrantes, em péssimas condições de saúde. Com efeito, o objetivo do médico é indicar como proteger os abastados do contato com esses sujeitos. A crítica reside na necessidade de construir os abarracamentos a sotavento⁹ ou fora da cidade, com a pretensão de afastar os migrantes para bem longe, diante da compreensão de

⁹Durante o período, as teorias médicas pensavam a transmissão de doenças por meio do ar, os ditos miasmas. Desse modo, médicos como o autor da fonte citado, e também o farmacêutico Rodolfo Teófilo, ambos argumentavam que as habitações de migrantes deveriam ser construídas a oeste da cidade (sotavento), para não levar os “miasmas” ao centro pela ação do vento. Caso fossem construídas no Leste (a barlavento), os “miasmas” poderiam se espalhar pela cidade.

que suas presenças podem trazer males aos habitantes de Fortaleza. Nesse sentido, o artigo de opinião, publicado no *Cearense*, é um exemplo sobre como o medo foi instrumentalizado com o objetivo de legitimar o isolamento dos retirantes, considerados potencialmente perigosos.

Sobretudo, o documento demonstra como, desde já, o debate construído sobre a questão das habitações não era sobre como melhor socorrer os famintos, propiciar-lhes devida alimentação e amparo médico, para impedir suas mortes. Pelo contrário, o direcionamento da construção dos abarracamentos, como práticas de socorros, estava sendo guiado a partir da satisfação dos interesses dos abastados, no sentido de lhes proteger da presença dos retirantes. Desse modo, a pauta era posta como se as vidas dos migrantes tivessem menor importância, tal como na relação colonial descrita por Frantz Fanon:

A cidade do colonizado [...] é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. [...] A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada (FANON, 1968, p. 29)

Com efeito, quando o médico falava sobre o destino que teriam esses sujeitos, o seu objetivo era pensar a melhor maneira para efetuar o isolamento. Solicitava-se a segregação socioespacial, diante da compreensão de diferenças radicais em relação ao outro: ele é bárbaro, perigoso e pode trazer a morte também aos civilizados moradores da cidade, que deveriam ser preservados dos supostos perigos advinda da presença do outro.

Desse modo, pouco relevante seria o possível destino dos retirantes, se eles iam morrer pela fome, ou pelas epidemias, a necessidade era proteger os habitantes do centro. Portanto, é notória uma inversão do valor da vida: não somente algumas formas de vida valiam mais do que outras, mas eram postulados direitos distintos para sujeitos diferentes. Um mundo compartimentado, entre aqueles que importam e aqueles que não importam.

Se, até então, durante os seis primeiros meses de seca, o discurso do medo teve força para demandar/justificar ações governamentais, como a obrigatoriedade do trabalho para a distribuição de alimentos, ou a criação dos abarracamentos em locais distantes, com pretensões de isolamento, deve-se salientar que, em fins de 1877, Fortaleza viverá momentos de grande tensão, muito maiores do que os vivenciados até então.

O referido período, no tocante à transição entre os anos de 1877 e 1878, foi marcado por sentimentos generalizados de insegurança, relacionados com a crise no sistema de socorros, na qual a disponibilidade de gênero alimentício se tornou insuficiente, diante do aumento exponencial da quantidade de migrantes nas cidades litorâneas, ao ponto de as “elites

urbanas” se sentirem sitiadas pelo flagelo. A situação se relaciona com a conjuntura política vivida a nível provincial e nacional.

Por um lado, as diretrizes políticas do presidente provincial Caetano Estellita, referentes ao emprego de retirantes em obras, estavam sendo duramente criticadas no Senado Imperial, sob acusações de aproveitamento indevido da mão de obra, o que tornou as verbas insuficientes para suprir a demanda famélica dos retirantes de maneira concomitante ao empreendimento de grandes obras. Nesse contexto, o presidente Estellita foi exonerado do cargo, ao passo em que este foi remetido para o conselheiro João José Ferreira de Aguiar, nomeado pelo Império em 13 de outubro de 1877 (THEOPHILO, 1922, p. 127).

Por outro lado, a nova gestão, do presidente Aguiar, contribuiu para o agravamento da crise, pois, ao mesmo tempo em que reduziu as diversas obras até então em andamento, diminuindo a oferta de socorros públicos, fez cessar o envio de socorros ao interior. Essa última medida foi justificada pelas altas dificuldades no transporte de gêneros ao interior, devido às estradas estarem desérticas, sem folhagens ou disponibilidade suficiente de água, bem como pela existência tanto de grupos salteadores, responsáveis por assaltar os comboios, como também de saques mobilizados pelos retirantes.

A decisão foi bastante criticada por Teófilo, já que, segundo ele, incidiu na condição extrema de obrigar os sertanejos, remanescentes no interior, a migrarem para o litoral, aumentando enormemente a hecatombe vivida em cidades como Fortaleza. Como resultado, a população advéncia de sertanejos migrantes em Fortaleza chegou ao número de 83 mil pessoas (THEOPHILO, 1922, p. 134), ao ponto de aumentar, cada vez mais, as diversas inseguranças em relação à presença de retirantes. Concomitantemente ao crescimento populacional, o sistema de socorros entrou em crise, pois não havia alimento para todos. Em um contexto como esse, não tinha como as elites urbanas não ficarem mais amedrontadas ainda.

Segundo os estudos do professor Tyrone Cândido (2005), esse período citado, compreendido entre o fim de 1877 e início de 1878, assinala a ocorrência bastante recorrente de atritos entre os migrantes e as autoridades públicas. Eram comuns desentendimentos entre os retirantes e os responsáveis pela distribuição de socorros, diante da insuficiência de gêneros, o que incidiu tanto na realização de revoltas quanto na mobilização coletiva para realizar saques aos comércios e aos centros de distribuição. Se antes dos migrantes chegarem à Fortaleza, já havia o medo de que os despossuídos pudessem realizar assaltos coletivos à propriedade privada; agora, de fato, esses saques estão acontecendo, desta vez, dentro da capital!

Afinal, esses migrantes já vinham de uma longa viagem, convivendo com a fome pelos interiores, enquanto caminhavam a pé em busca do socorro público. Quando dezenas de milhares de retirantes chegaram a capital e não encontraram disponibilidade suficiente de alimentos para si e para as suas famílias, esses sujeitos fizeram o possível para sobreviverem. Diante da vontade de viver, praticaram tanto a mendicância nas ruas, em apelo à caridade privada, como também se submeteram ao trabalho ofertado pelo Estado. Contudo, ao constatarem que o socorro não poderia atender de maneira satisfatória suas necessidades, faziam a cobrança de maneira enfática, expressa nos saques e nos conflitos com as autoridades.

Diante da insubordinação das multidões de famintos, o sentimento de insegurança foi tão grande, ao ponto de passar a ser utilizado como argumento para o direcionamento de verbas imperiais ao prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité. Em 1877, o senado imperial colocou enormes dificuldades para aprovar a continuidade da obra em Baturité. Os motivos eram diversos: o dinheiro poderia ser utilizado com alimentos, os gastos eram excessivos, a seca poderia acabar... Mas, ao tardar de 1877 e início de 1878, fica evidente a explosão de uma crise social que estava se tornando cada vez mais incontornável.

Por isso, para Cândido (2005), tornou-se irremediável despenderem altas verbas para a construção da Estrada de Ferro de Baturité. Afinal, poder-se-ia ver o desmoronamento da ordem social, mediante uma sublevação dos despossuídos, que estavam no ápice da sua revolta, diante dos maus tratos pelas autoridades. Nesse contexto, o temor dos saques e de um levante geral foi utilizado como pretexto para investir na obra citada, pois ela teria o efeito de deslocar essa população adventícia para longe da cidade, remanejando-a aos locais de trabalho distantes de Fortaleza.

Observa-se, portanto, como, novamente, o temor em relação à presença dos retirantes era usado com um fim utilitário: se, antes, era preciso empregá-los em obras para ocupar seu tempo livre e impedir sua revolta; agora, quando os migrantes lotam as cidades litorâneas, generalizando o sentimento de insegurança, é preciso financiar uma obra em local distante, para mandá-los para longe das cidades e reduzir as revoltas.

Certamente, o interesse não era somente responder ao medo, ao desejo de apartheid que clamava pela preservação da vida das elites, mas, sobretudo, tratava-se do objetivo de investir na melhoria infraestrutural da província, aproveitando a enorme disponibilidade de mão de obra migrante, ao passo em que se utilizava uma verba voltada ao socorro público para garantir uma melhoria tão desejada pela província. Em suma, uma

política que, ao mesmo tempo em que aplacava o medo nas cidades, garantia os caminhos do progresso!

O empreendimento do prolongamento da estrada foi consolidado durante o governo do liberal José Julio de Albuquerque Barros, presidente provincial que governou desde abril de 1878 até o final da seca, em 1879. Ao mesmo tempo em que Barros assumia o governo provincial, subia ao poder o gabinete liberal no Império. Nessa conjuntura política favorável, ele consolidou um sistema de socorros públicos atrelado ao uso da mão de obra migrante em obras públicas, de tal modo que, segundo seu relatório, em todas as localidades onde havia migrantes adventícios, aqueles que fossem válidos ao trabalho passaram a trabalhar no empreendimento de diversas obras, desde pequenas obras até grandes empreendimentos, como o prolongamento de estradas de ferro, como a de Baturité e a de Sobral.

Se o empreendimento das obras serviu para acalmar os ânimos exaltados, ou, pelo menos, deslocar o foco da revolta das cidades para os interiores, ele não causou o fim do sentimento de insegurança vivido na capital. Anteriormente, conforme foi analisado, o jornal *Cearense*, associado ao partido liberal, difundiu o medo em relação à presença dos migrantes em Fortaleza. Nesse momento, em que o governo provincial é dirigido por um liberal, o jornal se torna um órgão de defesa das políticas de José Júlio. Os jornais conservadores, ao contrário, passam a fazer oposição ao governo, de maneira a perpetuar o discurso que propagava o medo em torno dos abarracamentos, como forma de cobrar ações da presidência provincial.

Atentando para esses noticiários, percebe-se que, ao mudar a gestão, alteraram-se também os agentes do discurso do terror: se agora o *Cearense* passou a defender a nova gestão; os jornais de oposição, *Constituição* e *Pedro II*, intensificaram um discurso acusatório ao governo, de maneira a perpetuarem o discurso que veiculava a insegurança e o temor, tal como o *Cearense* fez anteriormente, no momento em que não era o jornal da situação. Portanto, mesmo que houvesse diferenças políticas, tanto conservadores quanto liberais sustentavam um discurso semelhante em relação à índole dos retirantes e aos possíveis perigos causados pela sua presença. Para além dos alinhamentos políticos, liberais e conservadores mantinham demandas semelhantes, diante de suas posições de classe: os retirantes eram perigosos e ofensivos à vida burguesa.

Durante o governo liberal do presidente Barros, a imprensa conservadora fizera feroz oposição ao seu governo. No começo da nova gestão, em abril de 1878, o jornal *Constituição* publicava uma matéria criticando a administração da província por supostamente

ser conivente com a presença dos pobres nas ruas da cidade. É perceptível a permanência discursiva do medo:

Também que **actividade temos visto na remoção dos males que actúam sobre nós**, pestes e epidemias, **que nos vão incautamente dezimando?** Aonde iremos parar si a capital continuar no estado em que está, tomadas as ruas e as praças por esses infelizes retirantes, mendigos, trapilhos, immundos, enfermos, moribundos e mortos á toda hora, a todo momento, sob um céu de foto e sobre um solo de brasas?
(*Constituição*, 23/04/1878, grifo nosso)

Nesse noticiário, é notável que os migrantes fossem encarados como a fonte dos males, de “pestes e epidemias”. Nas palavras do redator, a presença dos retirantes era insuportável, eles eram “mendigos, trapilhos, imundos, enfermos, moribundos”. Ao mesmo tempo, ainda era problemático que eles fossem “mortos a toda hora”, pois o fedor dos cadáveres também causava incômodo. Percebe-se, de tal maneira, que desde a lotação da cidade por milhares de indivíduos inanidos, tornou-se comum a mortalidade desses sujeitos, possível de ser visualizada nos corpos dos mortos pelas ruas da cidade.

Além de gerarem desconforto, as aglomerações de famintos, na construção discursiva do medo, eram consideradas perigosas por poderem levar a morte aos abastados, por meio da propagação de epidemias. Diante disso, o jornal cobrava o poder público: “que atividade temos visto na remoção dos males que atuam sobre nós, [...], que vão nos incautamente dizimando?”.

Desde o começo de 1878, todo mês morriam milhares de retirantes nos abarracamentos de Fortaleza, por causa de febres que, aliadas com a fome, matavam com facilidade e se propagavam com rapidez nos alojamentos apertados e pouco higiênicos. Nos primeiros seis meses do ano, houve 21.583 óbitos em Fortaleza, segundo os dados de Teófilo¹⁰. Já havia se tornado comum a mortalidade de retirantes e suas mortes eram tidas como inevitáveis. Entretanto, para os inúmeros artigos de opinião publicados nos jornais conservadores, salvar os abastados era possível. A partir dos jornais da imprensa opositora, as elites urbanas pediam sua proteção, para que não fossem também atingidos pelas doenças.

Embora a maioria das mortes se restringisse aos migrantes, desde o começo do ano havia casos de membros das classes altas que morriam pela propagação de enfermidades. A situação piorou no segundo semestre, quando Fortaleza viveu um surto epidêmico de

¹⁰ A quantia se trata das mortes ocorridas entre janeiro e junho de 1878, conforme listadas mensalmente no estudo de Teófilo (THEOPHILO, 1922). A tabela completa está contida no Capítulo 6, que trata sobre a trajetória das práticas de alojamento, desde os abarracamentos até o Campo de Concentração.

varíola responsável por ceifar as vidas de 24.489 pessoas entre os meses de outubro e dezembro. Na fase mais aguda da epidemia, morriam centenas todos os dias. Atentando aos números, foram mortas mais pessoas nesses três meses do que no ano inteiro. As mortes não distinguiam classe social, afetavam não somente os retirantes, mas também os grupos sociais abastados. E foi justamente isso que tanto causou temor aos habitantes da cidade!

Nesse contexto, em que as mortes pela varíola atingiam a todos, como a atuação do medo suscitou suas demandas? Com efeito, a imprensa conservadora levou a cabo uma campanha difamatória contra o governo, acusando-o por ter possibilitado as condições de formação da epidemia. Em vários artigos, sob pedidos de “por amor as nossas vidas” (*Pedro II*, 27/10/1878), criticavam a ineficiência do governo em afastar a presença dos retirantes nas ruas e nos abarracamentos situados a barlavento. Enquanto morriam centenas por dia, solicitava-se a proibição do transporte de cadáveres pelas ruas e a remoção do abarracamento do Pajehú, junto com todos os seus doentes, para bem longe.

Diante do exposto, é pertinente concluir que, para os grupos que vivenciaram o medo das multidões, a seca de 1877-79 foi um evento bastante traumático. Ela inaugurou novas experiências em relação às estiagens, pois, agora, as cidades litorâneas ficaram sitiadas pela presença de dezenas de milhares de migrantes adventícios. A experiência de convivência forçada gerou enorme sentimento de insegurança em torno das aglomerações de retirantes. Nesse contexto, foi notável a construção de discursos que veiculam o medo e o terror, ao passo que consideram perigosas as aglomerações, tanto por possibilidades de assaltos às propriedades privadas como também pela potencialidade de contágio epidêmico.

Em três anos de seca, os abastados presenciaram não somente a mendicância em larga escala, mas, sobretudo, conviveram com conflitos entre retirantes e autoridades, saques aos comércios e epidemias devastadoras, responsáveis por dizimar sem distinguir suas vítimas. Diante disso, deve-se considerar que a referida estiagem se consolidou na produção discursiva como uma experiência coletiva traumática, que permaneceu como uma memória horrorosa, de maneira a influenciar ações em secas posteriores.

Entre os anos de 1888 e 1889, aconteceu outra estiagem, a primeira ocorrida após a grande seca. As práticas a serem empreendidas neste momento serão bastante influenciadas pelas memórias do último período de crise climática. Afinal, diante dos saberes já existentes sobre os migrantes e as suas aglomerações, eram considerados vários perigos a respeito do que se poderia esperar da presença de retirantes nas cidades. Nesse sentido, o discurso do medo em torno dos migrantes é reformulado, de maneira a acrescentar a memória traumática da seca de 1877-79 como um fator de mobilização das novas atitudes a serem tomadas para

evitar os males do passado. Portanto, são acrescentados novos argumentos, adquiridos com a seca anterior, para legitimar as políticas públicas propostas.

Em 1888, o eixo do debate público se centrou na proposição de diferentes estratégias para impedir a ocorrência das tristes cenas de 1877. A discussão central girou em torno das propostas de emigração. Na seca anterior, o projeto emigratório fez dezenas de milhares de retirantes embarcarem em vapores com destino a outras províncias. Infelizmente, desde aquela época, eram comuns mortes e violências no decorrer dos processos de embarque, transporte e nos locais de chegada. Apesar disso, a prática teve continuidade, pois era bastante efetiva no objetivo de reduzir as aglomerações na cidade.

Na conjuntura da nova estiagem, durante o governo conservador de Caio da Silva Prado, os liberais fizeram oposição ao governo por meio do jornal *Cearense*. Em vários artigos, criticavam que a emigração traria sérios males à província, pois incidiria na fuga de mão de obra válida para o trabalho. Como solução, o *Cearense* indicava o empreendimento de obras nos interiores e na construção de estradas de ferro para impedir a chegada de retirantes no litoral. O jornal conservador *Constituição*, em contrapartida, trazia uma argumentação bastante distinta, em defesa do presidente Caio Prado e da importância da continuidade do projeto emigratório:

Reunir esse povo em pontos determinados é uma medida inaceitável. São bem conhecidos os resultados desastrosos dessa aglomeração de gente e temerário seria aquelle que a aconselhasse, depois dos espectáculo que nos pungiram doloramente nos anos de 77 a 80. E esta capital foi testemunha dos horrores que então se deram e conserva talvez a impressão lutuosa e sinistra das tragedias espantosas que se representaram naquelle tempo (*Constituição*, 10/01/1889, grifo nosso)

Criticava-se que a aglomeração de retirantes era algo inaceitável, pois eram “conhecidos os resultados desastrosos dessa aglomeração de gente”. Certamente, a referência não era somente aos incômodos causados pela mendicância, mas, sobretudo, às possibilidades de revoltas e da formação de novas epidemias, que atingissem também os abastados, tal como fizera a varíola em 1878. Os conservadores estavam cientes das desvantagens econômicas, mas consideravam que fazer os cearenses emigrarem era “um sacrifício ao paiz, mas sacrificio necessário”, pois pior do que o despovoamento da província seria “a reprodução das scenas de 1877 a 1879, de tristissima recordação” (*Constituição*, 11/01/1889, p. 2).

É notório o uso da memória de 1877-79 para causar o medo coletivo em torno das multidões. Tal como na última estiagem, o medo foi utilizado para legitimar práticas de controle, em vistas dos interesses das elites urbanas em afastar as aglomerações das cidades.

Tratava-se, portanto, de um discurso que visava novamente preservar a vida dos qualificados. Embora liberais e conservadores tivessem distintos posicionamentos quanto à emigração, ambos pretendiam, em suas diferentes propostas, efetuar práticas de isolamento.

Dessa vez, do lado conservador, o medo irá justificar o projeto emigratório de forma muito mais autoritária do que na experiência anterior. Com efeito, o governo de Caio Prado realizou o empreendimento utilizando uma série de mecanismos de controle. Em Fortaleza, foi fundada uma nova instituição, a Hospedaria Geral de Emigrantes, responsável por “acolher” os sertanejos e direcionar seu caminho aos vapores com destino a outras províncias. Na prática, segundo denúncias da imprensa liberal opositora ao governo, o acesso e a saída da Hospedaria eram rigorosamente controlados, mediante escolta policial. Na referida conjuntura, o *Cearense* realizou a oposição ao governo de Caio Prado, mas, a partir da morte prematura do presidente, em maio de 1889, o jornal calara suas críticas, no momento de troca da gestão provincial.

Em suma, na experiência da seca de 1888-89, foi notável a permanência do discurso de inimizade em relação aos retirantes. Houve, portanto, uma reaparição discursiva que utilizou a memória de 1877-79 para embasar o discurso do medo e, novamente, solicitar o controle das aglomerações, agora com um foco em aperfeiçoar a organização da emigração. Em 1915, na ocorrência de nova estiagem, as lembranças aterradoras retornaram, mas, desta vez, se reformularam e contribuíram para a inauguração de uma nova instituição: o Campo de Concentração.

É possível perceber a permanência do discurso do medo a partir de um artigo do jornal *A Lucta* (01/04/1915), intitulado “Socorro!”. No texto, o redator clama por ajuda e salvação. Em determinado momento, por parte daqueles que veem os retirantes chegarem às suas cidades, é dito que tal “platéia [...] fuge espavorida e horrorizada ante tanta miséria, deixando todos esses infelizes só com a sua dor extrema”. Ao contrário do começo da Grande Seca, quando a caridade particular ainda estendia a mão aos migrantes, agora isso não é mais uma opção. Por isso, solicita-se com urgência: “Socorro!”. É, portanto, evidente a consolidação e a perpetuação do medo. Na ocorrência de nova estiagem, permanecem os mesmos anseios: o medo dos saques, o temor do contágio... Diante da possível ocorrência de cenas já tão conhecidas, como o governo do Estado reagiu?

No Relatório do Presidente do Estado (BARROSO, 1916), Cel. Benjamin Barros, é evidente que ele manteve a associação entre a “onda de flagellados” e “um acressimo apavorante na curva da mortalidade humana”. Na decisão de criar o campo, certamente pesou a noção de que as aglomerações estavam associadas com a difusão de epidemias, passíveis de

atingir também os abastados. Nos 38 anos decorridos desde 1877, segundo Neves (1995), foram construídos, sobre os retirantes, inúmeros saberes que culminaram no Campo de concentração como a instituição disciplinar, moderna de acordo com os parâmetros vigentes de urbanismo. Desse modo, a atuação do medo, como um discurso necropolítico, juntamente com a conjunção de saberes biopolíticos e urbanísticos, em uma reformulação discursiva, produziram o Campo como dispositivo de isolamento.

Construiu-se, portanto, um terreno cercado, policiado por guardas armados, para impedir a circulação dos migrantes. Ao contrário do restante da cidade, o espaço era também iluminado por luz elétrica durante a noite, com a pretensão de vigiar e impedir as ações supostamente imorais desses sujeitos. Por um lado, importava produzir corpos dóceis, bem como disciplinar o espaço urbano. Por outro, era necessário atender aos clamores do medo, que visava proteger as elites dos perigos advindos das multidões.

No decorrer das referidas três secas entre 1877 e 1915, a atuação do medo mobilizou discursos e práticas de controle. Na experiência de 1877-79, a crise vivida suscitou o surgimento de sentimento de insegurança e terror em relação às aglomerações de migrantes. Nos momentos de luta pela vida, face às epidemias, o discurso do medo foi responsável por colocar a salvação dos abastados como uma demanda de urgência, enquanto atribuía à vida dos retirantes menor valor. Nesse sentido, desde então, constituíram-se práticas de socorros que privilegiaram os interesses das elites, como se fossem outra categoria de humanidade.

Em 1888, novamente, o sentimento de insegurança mobilizou a emigração com a finalidade de afastar das multidões. Apesar das denunciadas violências, maus tratos e mortes que ocorreram no processo emigratório da seca anterior, o governo provincial intensificou a repressão e o controle, por intermédio da Hospedaria Geral de Emigrantes. Já, em 1915, mesmo diante das conhecidas possibilidades de o confinamento produzir condições para a propagação de doenças entre os migrantes, foi criado o Campo de Concentração, em uma reformulação discursiva legitimada por uma série de saberes.

Portanto, no recorte estudado, o sentimento de medo foi responsável não somente para legitimar as políticas de socorros, mas por sustentar discursos de subalternização, que trataram os migrantes como uma humanidade de segunda categoria. Ao mesmo tempo, conforme será exposto na Parte 2 da Dissertação, as práticas governamentais foram responsáveis por produzir a mortalidade, tanto pela continuidade da fome como pela formação de epidemias. Nesse sentido, o medo foi responsável por legitimar essas práticas, na medida em que, por um lado, tenha reduzido o valor da vida, e, por outro, criado o hábito da perda (MBEMBE, 2017, p. 65).

2. SECA E CRISE: O DISCURSO DAS AUTORIDADES E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SOCORROS (1877-1915)

No processo histórico das secas ocorridas entre 1877 e 1915, de forma simultânea à produção discursiva do medo em torno das aglomerações, os governantes lidaram com as questões suscitadas pela presença de milhares de pobres nos espaços urbanos. Ao considerar a trajetória de construção das políticas de socorros, percebe-se que as autoridades tiveram que justificar publicamente as suas escolhas no que tange à aplicação do assistencialismo do Estado. Desse modo, é notório que os presidentes provinciais também construíram discursos sobre os retirantes.

Diante desse recorte, no presente capítulo, objetiva-se analisar como foram mobilizadas soluções para lidar com o problema das multidões. Propõe-se, nesse sentido, observar duas questões principais: em um primeiro momento, o debate referente à adoção do trabalho atrelado à política de socorros; e, na sequência, a discussão sobre a construção de dispositivos de isolamento para controlar os movimentos das “aglomerações” no território, na finalidade de evitar os seus perigos para a ordem da propriedade privada e para a preservação da vida dos abastados.

Com a pretensão de estudar as ações governamentais, serão observados os discursos das presidentes da província/estado, presentes nos relatórios provinciais/estaduais e nas *falas* à assembleia provincial/estadual. Esses relatórios/falas são de suma importância para compreender como os governantes reagiram diante das demandas públicas criadas em torno da experiência de convivência forçada com milhares de sertanejos maltrapilhos nas cidades. Portanto, convém averiguar como os presidentes construíram seus próprios discursos em relação aos migrantes, no sentido de justificar as políticas de socorros empreendidas durante os períodos de crise e, muitas vezes, de exceção, que foram as secas.

A cada ocorrência de nova estiagem, torna-se evidente a desestruturação do modo de vida do sertanejo, bem como a incorrência de perturbação da ordem social nas cidades. Nesses períodos de crise social e humanitária, ao mesmo tempo em que os governantes se viam no dever moral de socorrer a milhares de migrantes famintos e maltrapilhos, eles tinham que lidar com as demandas advindas da experiência de convivência forçada: os migrantes causavam incômodo aos abastados, despertavam o medo do contágio epidêmico... E, pior, para o terror das elites, poderiam realizar saques às propriedades privadas de fazendeiros e comerciantes.

Nesse sentido, as autoridades tiveram que se responsabilizar tanto com a urgência de suprir a fome dos retirantes, quanto com as necessidades dos grupos sociais abastados em se protegerem da presença desses sujeitos, considerados perigosos e ofensivos à moral civilizada. Essas demandas estão expressas nos referidos documentos, que cumprem a função de fazer um apanhado geral da gestão governamental, numa espécie de prestação de contas no tocante à exaltação dos acertos e à justificativa dos erros cometidos durante as administrações dos presidentes.

Desde antes da estiagem, a economia algodoeira estava em crise, diante da queda dos preços no mercado mundial. Desse modo, a seca agudizou uma crise já existente, o que, certamente, frustrou definitivamente as expectativas de progresso social. De maneira geral, os presidentes lamentavam o fato de que as secas tenham interrompido o progresso, feito cessar a produção agrícola e, o pior, trazido a convivência com indivíduos considerados “indigentes”. Em seus relatórios, os governantes justificavam os altos gastos, os endividamentos e os motivos para o fracasso em relação às expectativas almejadas. Enquanto faziam suas justificativas, acerca de como não era possível alcançar o sucesso em suas gestões, eles enumeravam as políticas realizadas para socorrer a população agredida pela seca.

Durante o ano de 1877, Caetano Estelita era o presidente provincial responsável pelo Ceará. Ao final do primeiro semestre de estiagem, em fala à assembleia legislativa, ele dá um parecer sobre como buscou lidar com os problemas causados pelo flagelo. No referido documento, lamenta que, antes da seca, a província “tinha posto no seu futuro toda confiança de seu progresso e desenvolvimento” (ESTELLITA, 1877a, p. 3). Em seu 2º relatório, publicado em novembro, na ocasião de sua saída do cargo, ele defende que, apesar das dificuldades, dirigiu seus esforços para “alinha-la [o Ceará] na senda dos melhoramentos que reclama o movimento sempre crescente da civilização” (ESTELLITA, 1877b, p. 3).

Entretanto, desde o começo, a província “viu-se de súbito ferida por uma seca dolorosa, que [...] veio impor-lhe [...] os mais pesados sacrificios e a sua população toda sorte de soffrimentos e provações” (ESTELLITA, 1877a, p. 3). Dentre esses sacrificios, ele fala sobre as perdas de “suas fontes de vida, o seu comercio, a sua lavoura” (1877a, p. 36), frente a um cenário de crise financeira e de endividamento dos gastos públicos.

Diante disso, ele afirma que criou as chamadas “commissões de soccorros” como “medidas destinadas a socorrer os indigentes, collocando-os ao abrigo da fome e da miséria” (ESTELLITA, 1877a, p. 37). Essas comissões, presentes tanto no interior como no litoral, seriam responsáveis pela distribuição de alimento e pela organização do trabalho junto aos

retirantes. Elas permaneceram até o final da seca, consolidando-se como uma prática tanto de assistencialismo como de disciplinamento ao trabalho.

Desde o início, portanto, quando os governantes se viam no dever de efetivar a Constituição Imperial em dar socorro aos desamparados em tempos de calamidade, o problema da distribuição de alimentos já era avaliado em termos de uma discussão sobre o trabalho. Com efeito, o debate era sobre os significados atribuídos a respeito do assistencialismo aos pobres. Na perspectiva paternalista, de reciprocidade entre os desiguais, os ricos deveriam realizar a caridade aos desamparados. Nesse entendimento, o Império, personificado na figura de D. Pedro II, ocupava o papel de ministrar a caridade pública. A questão era se o socorro deveria ser feito mediante o trabalho ou pela esmola.

Do lado conservador do debate, o presidente provincial José Ferreira Aguiar não deu grande incentivo ao estabelecimento de obras utilizando a mão de obra retirante, por considerar que adotar o trabalho como obrigatoriedade para a ração seria uma desvirtuação do princípio de socorros:

deixei de autorisar o empreendimento de novas obras; porque, no estado sempre crescente da secca e dos seus fataes resultados, entendi no rigoroso dever applicar todos os recursos fornecidos pelo Estado, de preferencia, a facilitar á população indigente os meios de existencia, parecendo-me que toda e qualquer quantia desviada desse fim, importava verdadeira fraudeção do socorro dado pela lei ao infeliz (AGUIAR, 1878 APUD BARROS, 1879, p. 41)

Os liberais, por outro lado, discordavam veementemente dessa concepção, pois defendiam que a distribuição das verbas de socorros deveria ser feita em troca do trabalho. Dentro do quadro de mudanças da sociedade, no qual a crise do escravismo se relacionava com um recrudescimento do controle direcionado à mão de obra livre, alteravam-se as próprias perspectivas de lidar com a pobreza, em que, cada vez mais, o trabalho ganhava concepção positiva.

Na gestão do presidente liberal José Júlio de Albuquerque Barros, a partir de março de 1878, foi estruturado um sistema de socorros públicos cujo principio fundamental era o trabalho. Em sua argumentação para justificar o uso da mão de obra migrante como condição para distribuir os socorros, a presidência faz duras críticas às noções de esmola:

o simples alimento dado ao faminto, a ração de carne e farinha, para manter-lhe o alento vital, **não passa de um paliativo ineficaz**, e igualmente nocivo ao Estado e às victimas do flagello, **porque não impede o progresso da miseria**, e o definhamento de todas as forças que, no presente e no futuro, possam reagir contra ella, **ao passo que alimenta o ocio, inimigo de todas**

as virtudes, e causa de outras misérias mais lamentáveis do que a fome e a morte (BARROS, 1879, p. 23, grifo nosso)

As premissas da autoridade eram que a esmola, “o simples alimento dado ao faminto”, era dotado de uma série de malefícios. Se o sistema de socorros se pautasse somente pela distribuição de alimentos, seria algo “igualmente nocivo ao Estado e às vítimas do flagelo”. Afinal, não se tratava somente de matar a fome e garantir a sobrevivência dos famintos, mas, sobretudo, combater o “ocio, inimigo de todas as virtudes, e causa de outras misérias mais lamentáveis do que a fome e a morte”.

Em meio à crise do escravismo, ocorrida na segunda metade do século XIX, a condenação ao ócio se relaciona com o problema urgente de substituição da mão de obra escravizada nas *plantations*. Segundo a periodização proposta por Palácios (1987), ocorre um processo de subalternização dos homens pobres livres, no qual os sertanejos, cada vez mais, são submetidos a práticas de coerção ao trabalho. Nesse contexto, ao passo em que são construídos mecanismos legais de privação da terra e de submissão ao trabalho, o discurso de combate ao ócio deve ser enquadrado como uma política de desclassificação desses sujeitos, um ataque aos costumes característicos da agricultura de subsistência, aos quais passa a ser atribuída uma concepção negativa, entendidos como vadiagem.

Diante desse cenário, conforme indicam os estudos do professor Frederico de Castro Neves (NEVES, 2003), o debate sobre os socorros aos pobres suscitou muitas discussões na Corte, tanto no Instituto Politécnico como na imprensa. Para os intelectuais liberais, como José do Patrocínio e André Rebouças, o trabalho poderia edificar o caráter e a moral dos sertanejos empobrecidos. Em meio à necessidade de ministrar alimento aos famintos, vislumbrava-se, portanto, uma oportunidade de “civilizar” esses sujeitos, por meio da prática dignatária e honrosa do trabalho.

Na imprensa do Rio de Janeiro, como sugere Neves (2003, p. 177), o *Jornal do Comércio* (9/1/1878) indicava, sobre o sertanejo que vivia na condição de agregado, que ele era “um elemento quasi bárbaro, que reclama ser civilizado pelo trabalho e encaminhando para novos hábitos e costumes”. A justificava era que esses sujeitos “não vivem”, pelo contrário, “vegetam, num estado de quase barbárie, sem trabalhar”, de tal maneira que eles eram “inúteis, senão prejudiciais ao desenvolvimento da riqueza nacional”. Portanto, o trabalho tinha a função de impor a civilização e a ordem com a pretensão de modificar os costumes primitivos e improdutivos dos sertanejos.

Ainda, como aborda Peter Eisenberg (1989), a questão da substituição da mão de obra escravizada suscitou vários debates nos congressos agrícolas de 1878, ocorridos em

Pernambuco e no Rio de Janeiro. De maneira geral, nas opiniões manifestas dos proprietários de terra que participaram desses congressos, os trabalhadores livres nacionais eram ociosos e pouco interessados em trabalharem nas lavouras. Por isso, os congressistas expressavam a necessidade de que o Estado tomasse medidas que obrigassem esses indivíduos a se submeterem ao trabalho.

Certamente, o presidente provincial José Júlio de Albuquerque Barros dialogava com essas questões. Em sua retórica, ele afirmava ser preciso superar os maus costumes dos sertanejos, inclusive sob uma perspectiva criminal: “são os analfabetos, os proletários, os homens carecidos de todos os benefícios da civilização [aqueles] que cometem a quase totalidade dos crimes” (BARROS, 1880, p. 4-5). Na finalidade de evitar “miserias mais lamentáveis do que a fome e a morte” (BARROS, 1879, p. 23), ele falava sobre a “necessidade de dar ocupação ao povo e evitar os perigos, que da ociosidade resultam para a ordem e costumes publicos” (1879, p. 28). Desse modo, constata-se que, em meio à ordem de uma sociedade escravista, o governante atribui aos pobres livres uma posição de inferioridade, tratando-os como possíveis delinquentes.

O ócio, portanto, era associado aos vários perigos advindos da presença das multidões: desde a prática de crimes e a mendicância, até a prostituição e os assaltos à propriedade privada. Nesse sentido, além de edificar o caráter em longo prazo, o trabalho também tinha a função de impedir as ameaças atribuídas aos pobres. Era fundamental que o socorro fosse atrelado ao trabalho, já que, no caso da simples distribuição de alimento, responsável por matar a fome, mas permitir o ócio, seria algo entendido como prejudicial para a ordem pública.

Além de ser considerado que as multidões eram compostas por malfeitores em potencial, é notório que, no decorrer do primeiro ano da seca de 1877, conforme as caravanas chegam às cidades, são atribuídas, cada vez mais, novas percepções aos famintos. Ao final do ano, em novembro, no último relatório de Estellita, o governante repercute a compreensão de que “a aglomeração do povo [...] parecem haver despertado os focos de infecção” (ESTELLITA, 1877b, p. 12). Em Fortaleza, segundo ele, “a maior afluência de emigrantes fez desenvolver com mais intensidade o mal”.

Essa associação entre a aglomeração de retirantes e “o mal”, no qual se compreende esses sujeitos como possíveis vetores de doenças, ela é bastante recorrente nos relatórios como um todo. De maneira semelhante aos jornais, as autoridades também contribuem para consolidar um discurso que categoriza os migrantes como perigosos para a saúde pública.

Observando os dois documentos assinados pelo presidente Estellita, a *fala*, publicada em julho, e o *relatório*, expedido ao fim do ano, evidencia-se que a retórica sobre os migrantes se altera. Afinal, durante a gestão do presidente, o panorama da seca muda drasticamente. Até o final do ano de 1877, as cidades passam a ser ocupadas por dezenas de milhares de migrantes, que iam a pé dos interiores até o litoral, em busca do socorro. No contexto, é notável a acentuação do sentimento de insegurança referente aos migrantes, diante da experiência de convivência forçada entre migrantes e grupos abastados.

O Conselheiro Aguiar, sucessor de Estelita, assume a presidência da província nessa conjuntura, governando desde novembro de 1877 até fevereiro de 1878. Em sua gestão, ele tomou a decisão de cessar o envio de gêneros alimentícios para serem distribuídos como socorros públicos nas cidades interioranas. Tal medida obrigou milhares de sertanejos a se dirigirem ao litoral em busca da caridade pública. Ao passo em que não havia alimento para todos, aumentaram os atritos nas cidades, expressos nos constantes assaltos às propriedades, nos saques, e nos confrontos violentos entre autoridades e retirantes.

Enquanto a cidade ficava, cada vez mais, rodeada de migrantes nas ruas e nos abarracamentos, alguns deles próximos ao centro, ascendeu o sentimento de pavor diante das aglomerações e das suas habitações, consideradas propagadoras de doenças. Diante da situação, o presidente Aguiar, em seu relatório, mantém a associação, feita por Estellita, entre os retirantes como causadores de males:

não era possível que um tão grande accrescimo de população e acumulação de outras causas susceptíveis de produzirem alteração nas boas condições da salubridade d'esta cidade, deixassem de influir sobre o aumento da mortalidade (AGUIAR, 1878, p. 7).

Atentando ao trecho, é perceptível que o presidente Aguiar mantém o mesmo discurso do seu antecessor: ele expressa novamente a noção de que as aglomerações alteram o estado de saúde da capital e aumentam a mortalidade. No excerto, é evidente uma preocupação sobre o aumento da mortalidade, supostamente causado pelas aglomerações de migrantes que aderiram a cidade.

No momento da publicação do relatório, em fevereiro de 1878, conforme indica Teófilo (THEOPHILO, 1922), as mortes também atingiam membros das classes altas. Portanto, na fala do governante, é notável o receio de que a mortalidade não atingisse somente os retirantes pobres, mas também se propagasse, cada vez mais, por meio de doenças, para os grupos abastados que residiam nas cidades.

Desde o começo do ano de 1878, foi bastante comum a proliferação de doenças nos abarracamentos, pois as habitações criadas pelo governo eram apertadas e com pouco asseio higiênico, de maneira a criar condições propícias para o adoecimento dos migrantes, já em péssimas condições de saúde ao chegar às cidades. Deve-se considerar, nesse sentido, que os abarracamentos tiveram um papel fundamental na produção da mortalidade.

Esses alojamentos foram criados ainda na gestão de Estellita, em 1877, sob a justificativa de distribuírem alimentos, abrigo e cuidado médico aos migrantes. Mas, observando o discurso e a prática governamental, é evidente que o presidente atendia às demandas de afastar os retirantes, na medida em que suas presenças significavam possibilidades de contágio: “n’esta Capital, onde a maior affluencia de emigrantes fez desenvolver com maior intensidade o mal, dividi-a em 5 districtos, compreendendo os abarracamentos dos retirantes” (ESTELLITA, 1877b, p. 12).

Na formação da Comissão de Socorros, a divisão de Fortaleza em distritos objetivava organizar a distribuição de alimentos e de trabalho com a finalidade de desafogar as ruas centrais e espalhar os famintos pela cidade. Portanto, é notável que, desde a primeira gestão da seca, de antemão, há um princípio de controle na construção dos abarracamentos, legitimados discursivamente como destinados para socorrer os retirantes, mas, na prática, coordenados como dispositivos de isolamento, com o objetivo de afastar supostos vetores de contágio.

Foi na situação em que os migrantes morriam cotidianamente nos distritos que o liberal José Júlio de Albuquerque Barros assumiu a presidência da província, desde março de 1878 até julho de 1880. Em sua fala dirigida à assembleia provincial em novembro de 1878, na ocasião de ascensão da varíola em Fortaleza, ele afirma, sobre a propagação de doenças, que “nesta capital, onde a agglomeração era maior, tomaram proporções extraordinárias, elevando enormemente o obituário” (BARROS, 1879, p. 36). Em nomeação das causas das mortes, ele culpa os “péssimos hábitos” dos retirantes: “a agglomeração da população em perimetros acanhados e infectos; a falta de asseio nas classes menos educadas” (p. 37).

Nesse cenário, em que esses sujeitos morriam cotidianamente nos abarracamentos, desde o momento em que o gestor assumiu a presidência, quais foram as ações governamentais direcionadas para reduzir a mortalidade? Ao falar sobre as soluções empreendidas ainda no primeiro semestre, o presidente afirmava a necessidade de retirar para fora da capital os “indigentes”:

O meu primeiro cuidado foi o de remover as causas que maleficamente actuavam no estado sanitario da provincia [...] **Immediatamente tractei de promover** por todos os meios á meu alcance **a limpeza da capital, de retirar para fóra della os indigentes**, e de obter dos profissionaes a indicação das medidas mais convenientes á hygiene publica (BARROS, 1878, p. 36, grifo nosso).

Desse modo, o melhor para o estado de saúde pública seria afastar as aglomerações de retirantes, consideradas os vetores das doenças, para o mais longe possível. Portanto, não se tratava de uma atitude para socorrer os migrantes e impedir suas mortes. Muito pelo contrário, essa medida parece de acordo com a noção de uma política de socorros cuja finalidade era impedir as mortes das elites fortalezenses, em detrimento de fazer sobreviver os retirantes. Na medida em que os possíveis focos de doença eram afastados para longe, pretendia-se proteger esses indivíduos, enquanto se redireciona os retirantes para morrerem em outros locais, e não dentro da cidade, onde potencialmente espalhariam doenças aos grupos de comerciantes, proprietários e profissionais liberais que residiam no centro.

Após ter aplicado essas ações, o governante afirmava, com satisfação, que “os particulares puderam abrir suas portas e transitar nas ruas sem que centenas de famintos o cercassem, pois nos abarracamentos havia comida pronta a toda hora” (BARROS, 1879, p. 50). Embora julgasse as vantagens obtidas com a construção desses alojamentos, os considerava como os motivos derradeiros da propagação das moléstias: eles “eram immundos, e não tinham comodios suficientes, nem enfermarias e tudo fomentava a propagação das epidemias reinantes” (p. 37).

Portanto, estamos diante de uma prática governamental que, mesmo que soubesse dos riscos envolvidos na construção dos abarracamentos, investiu no projeto, com a finalidade de efetivar o controle territorial. De maneira semelhante ao discurso jornalístico, a vida dos retirantes era tratada como se fosse de menor importância em relação à necessidade de fazer sobreviver os abastados. Os riscos eram aceitos, pois, assim, haveria menos chance de a morte chegar também a esses sujeitos. Nesse viés, além da divisão da cidade em distritos, foram organizadas outras medidas para reduzir o contingente de migrantes na cidade.

Diante das demandas suscitadas pelo medo das aglomerações, as autoridades tomaram energéticas ações. O temor respondia a um desejo de apartheid, a uma necessidade de isolar os migrantes, mas não somente a isto, ele foi utilizado, também, como argumento para financiar grandes obras. No relatório de Barros, ele reuniu motivos para justificar o investimento da verba de socorros públicos na construção da via-férrea de Baturité:

Outros motivos poderosos actuaram em meu espirito para indicar a construcção de estradas, e especialmente o prolongamento da via-ferrea de Baturité. **Pareceu-me urgentissimo retirar das cidades para o campo uma parte da população adventicia, afim de manter a ordem, e melhorar o estado sanitario** (BARROS, 1879, p. 44, grifo nosso)

No documento, o governante afirma a urgência de utilizar a mão de obra retirante na construção da Estrada de Ferro de Baturité, para afastar as aglomerações da cidade. Por um lado, era preciso evitar as epidemias – “melhorar o estado sanitário”. Por outro, era necessário “manter a ordem”, isto é, impedir que essas multidões se tornem perturbações à “tranquilidade pública”: evitar, portanto, que os migrantes realizassem desde a mendicância nas ruas até ações coletivas como os saques. Desse modo, o investimento no progresso da província se justificaria, também, como uma prática de controle territorial, com vistas a minorar os supostos perigos advindos da presença do outro.

Além da distribuição de contingentes de migrantes no perímetro de construção da via-férrea, também foi destinada bastante prioridade ao projeto emigratório, como medida efetiva para mandar embora milhares de retirantes. Desde o segundo semestre de 1877, ainda na gestão de Estelita, houvera início a concessão de passagens de vapores aos migrantes, para dar-lhes destino às outras províncias do Império. No governo de Aguiar, quando a lotação de mendigos na cidade passou a exceder o aceitável, a prática teve cada vez mais incentivo. Na conjuntura do final de 1877, como indica Teófilo (THEOPILLO, 1922), a falta de alimento e a fome foram fundamentais para que os sertanejos optassem por buscarem sobrevivência em outras províncias.

No momento de embarque, esses sujeitos estavam em péssimo estado de saúde, famélicos e potencialmente doentes. Entretanto, os riscos de morte durante o processo emigratório foram sumariamente relevados. Mesmo diante das várias denúncias da imprensa, que apontavam desde maus tratos e abusos por autoridades, até a ocorrência de óbitos por causa das péssimas condições dos vapores e das situações de abandono vivenciadas nos locais de chegada, a emigração teve cada vez mais incentivo no governo de Barros. O que justificou a aceitação e a conivência com tamanhas violências?

No relatório de Barros, apesar de o governante entender que “onde quer que o destino levasse 400,000 indigentes [...], pela maior parte enfermos, ou inválidos, eles pereceriam a fome”, ele ainda assim justificava a emigração por causa dos “interesses da ordem e da saúde pública que sofriam com as grandes aglomerações”. Esses motivos, diz a autoridade, “determinaram a facilitar a saída para fora da província” (BARROS, 1878, p. 42).

Era preciso mandar esses indivíduos para bem longe, mesmo que isso significasse as suas mortes pelo caminho...

Portanto, durante a seca de 1877, consolidaram-se várias práticas de controle que visaram controlar a ocupação e os movimentos dos retirantes no território da cidade. Desde os abarracamentos até os projetos emigratórios, eram conhecidos os riscos de morte que poderiam ser causados tanto pelo confinamento em espaços insuficientes e pouco higiênicos, como também pela difícil viagem de indivíduos famélicos e doentes. Nas duas situações, aceitava-se as possibilidades dos migrantes morrerem. Contudo, isso era relevado, pois a prioridade era “deixar viver” os abastados, mesmo que isso significasse “expor à morte” os retirantes¹¹. Portanto, é evidente a conivência governamental com a ocorrência da mortalidade. Em outras estiagens, infelizmente, essas tendências irão continuar, por intermédio de novas práticas de controle.

Na seca seguinte, em 1888, é notável a perpetuação dos preconceitos associados às multidões. O último presidente em gestão, ao final da estiagem, Henrique D’ávila mantinha em seu relatório as concepções negativas em torno dos retirantes: “o exodo origina as aglomerações, e estas as maiores desordens e males de toda a especie”. Afirmava, ainda, a existência da “vida ociosa e pervertida dessas grandes aglomerações”, no sentido de que as “aglomerações de povo eram escolas de todos os vícios imagináveis e a principal origem da profunda depressão moral que se nota na província do Ceará” (D’ÁVILA, 1889, p. 6-7).

Na referida estiagem, apesar das conhecidas violências envolvidas na experiência de 1877-79, o presidente Caio da Silva Prado¹² investe na emigração para o sul para reduzir a ocupação de retirantes na cidade, consideradas causadoras de inúmeros males. No caso de Caio Prado, contudo, o interesse em incentivar a emigração não era somente por questões de classe, mas por benefícios pessoais e familiares, já que o governante era membro de poderosa família de cafeicultores em São Paulo. Nesse sentido, como indica Moraes (2004), a campanha de emigração para o sul se relacionava com a necessidade de substituir o trabalho escravizado nos cafezais, após a abolição da escravatura em 1888.

Com essa dupla finalidade, Caio Prado funda uma nova instituição, a Hospedaria Geral de Emigrantes, responsável por coordenar o processo emigratório. A partir dela, as autoridades irão realizar o controle da chegada e da saída dos retirantes até o embarque nos vapores, mediante o uso de escola policial. Ainda, segundo as denúncias da imprensa, só

¹¹ Em formulação conceitual sobre a Necropolítica, Mbembe questiona: “Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte?” (MBEMBE, 2003/2016, p. 123)

¹² O governante não chegou a escrever relatórios provinciais, pois morreu de forma prematura em 1889, dando lugar ao citado Henrique D’ávila.

poderiam adentrar no estabelecimento e ter acesso ao socorro público aqueles que aceitassem emigrar. Desse modo, aprimorou-se a emigração, agora sob o uso da força e, novamente, utilizando a fome como fator de coerção para a desocupação do espaço da cidade.

Os discursos sobre os retirantes, perpetuados no decorrer do tempo, continuam a influenciar projetos até a seca de 1915. Nela, o presidente do Estado em exercício, Cel. Benjamin Barroso, quando falava sobre a estiagem, após ela ter acabado, culpava os males advindos da presença dos famintos: “nas localidades por onde rebalsou a onda dos flagelados, o estado sanitário soffreu, como nesta capital, um accrescimento apavorante na curva da mortalidade humana” (BARROSO, 1916, p. 7). Desse modo, mantinha uma associação entre as caravanas de retirantes e a ocorrência de mortes: “O phenomeno deu-se mais acentuadamente no littoral, [...] onde se davam maiores agglomerações de pessoas esqueléticas, esfarrapadas, sujas, sem a mínima hygiene” (p. 7). Diante da consideração dos potenciais perigos suscitados pelas multidões, que atitudes realizaram as autoridades?

Novamente, tal como no passado, a diretriz era afastar das elites o “accrescimento apavorante na curva de mortalidade humana” causado pela “onda de flagelados” (BARROSO, 1916, p. 7). Nesse viés, após as multidões lotarem o passeio público, espaço de sociabilidade dos abastados, o governo provincial resolveu criar o campo de concentração, com o objetivo de isolar as aglomerações, para evitar seus supostos vícios e perversões. Tratava-se, agora, de uma reformulação discursiva, legitimada pela referência de práticas coloniais e por uma conjunção de saberes que o professor Frederico de Castro Neves (NEVES, 1995) nomeia como médicos, urbanísticos e biopolíticos. Como um espaço de confinamento, o objetivo do campo era isolar e vigiar os migrantes em um terreno fechado por cercas de arame farpado.

De acordo com as palavras do cel. Barroso, no campo havia instalações de luz elétrica, pois “facilitava a fiscalização á noite”, o que “deu lugar a que não fossem registrados atos de desrespeito ao pudor” (BARROSO, 1916, p. 7). Portanto, uma instituição voltada, principalmente, para o controle dos hábitos e dos movimentos dos retirantes na cidade. Nesse sentido, Neves (1995) classifica o Campo de Concentração como um dispositivo de isolamento, cuja finalidade era disciplinar a partir de padrões biopolíticos.

Além de ter atuado como uma instituição de vigília e controle territorial, o Campo foi também responsável pela produção da mortalidade de migrantes. Apesar de serem amplamente conhecidos os riscos de proliferar doenças no confinamento desses sujeitos, o desejo de afastar o “accrescimento apavorante na curva de mortalidade humana” foi responsável por gerar as mortes de 2727 retirantes, por causa da formação de epidemias nas perfeitas

condições de propagação disponibilizadas pelo espaço do Campo, que concentrou mais de 8 mil migrantes no seu território durante o seu período de funcionamento.

Retornado a 1877, a partir da experiência trágica dos abarracamentos, percebe-se que já existia a noção de que aglomerar os retirantes poderia matá-los pela propagação fácil de doenças. Contudo, nos 38 anos que se passaram até 1915, tornou-se comum levar a cabo práticas de controle territorial, mesmo que elas significassem submeter esses indivíduos às condições que poderiam favorecer suas mortes. Desse modo, desde os abarracamentos até o Campo de Concentração, do início da emigração com a concessão de passagens até a Hospedaria Geral de Emigrantes, perpetuou-se discursivamente a aceitação de relevar os riscos de causar mortes de retirantes, pois, desde já, elas eram tidas como inevitáveis, ao passo que salvar os abastados, por outro lado, poderia ser possível, caso a mortalidade se restringisse aos “indigentes”.

Portanto, em diálogo com as demandas suscitadas pelos jornais, que reivindicavam a salvação dos abastados, como se fossem vidas de maior valor, os governantes construíram políticas de socorros que visaram proteger as classes altas dos perigos advindos das aglomerações. Tratava-se de uma decisão soberana sobre a vida¹³, direcionada à luz da preservação de uma forma de vida considerada mais importante, ao passo em que era abandonada aquela considerada subalterna.

No discurso do Cel. Benjamin Barroso, é bastante evidente a sua destituição de preocupação humanitária. De acordo com suas palavras, o maior peso da seca caiu não sobre as classes desfavorecidas, que sofreram com a fome, com a peste, com a emigração, mas o “maior peso da secca recaiu sobre a população mais favorecida de recursos, que acabou exausta” (BARROSO, 1916, p. 9).

Quando afirma isso, mesmo após o desastre causado pelo Campo, e a enorme mortalidade decorrente não somente deste, mas da seca como um todo, ele quer dizer que as classes abastadas tiveram o peso de ter que conviver diariamente com a mendicância, com as doenças, com a fome, exposta nos seus mais cruéis quadros, nos quais as elites foram obrigadas a dividir o mesmo espaço com os sertanejos migrantes e, ainda, socorrê-los, para salvá-los na medida do possível.

¹³ O filósofo Giorgio Agamben (2007) entende que a soberania não apenas define quem está incluído ou excluído da ordem política, mas também produz uma condição de vulnerabilidade, onde a vida se torna precária e desprotegida. No caso visado na presente pesquisa, embora não possamos aplicar de forma direta o conceito de *Homo Sacer*, entendemos que, na trajetória das políticas de socorros, a vida dos retirantes está exposta em uma condição de vulnerabilidade, a tal ponto que a ocorrência de suas mortes se tornou algo banal, como é percebido no discurso dos governantes.

Desse modo, perante a essa insensibilidade diante das mortes, parece que o governante deixa claro qual é o seu lado: o daquele que sofre com a convivência forçada com a miséria e que, por isso, segura o “maior peso da secca”. Em seção intitulada “Consequências da secca deante do problema econômico”, levando em consideração as perdas de 27 mil mortos pela fome e outros 70 mil que emigraram para fora da província, o presidente faz um lamento pelos prejuízos: “aquelles [os mortos], porém, deixaram com a morte um grande prejuizo, não só ao Estado como á União” (BARROSO, 1916, p. 9). Os problemas econômicos eram vários:

Os 27.000 mortos contribuiriam por anno com 135:000\$ de imposto e nos 30 annos com 3.050:000\$. Não é demasia soppor que dez vezes esta importancia ou 30.500:000\$ é, de facto, o que elles produziram no augmento da riqueza nacional, se a morte pela inanição, fome, os não tivesse roubado. Eis ahi um respeitavel prejuizo tanto para o Estado como para a União, desprezada a feição humanitaria e moral que o nosso grao de civilização não mais permite sem justos protestos (BARROSO, 1916, p. 10, grifo nosso)

Seções desse tipo são bastante comuns nos relatórios presidenciais: eles discorrem boa parte de suas falas para descrever os problemas econômicos, os prejuízos, os endividamentos causados pela seca de maneira geral. Karl Marx (1867/2013), ao abordar o fetichismo da mercadoria, reflete sobre a reificação das relações econômicas na esfera social. Para o filósofo, no capitalismo, a relação entre as pessoas se torna uma relação entre coisas, entre mercadorias.

No discurso governamental, o lamento pela perda de vidas humanas se torna um lamento pelo prejuízo advindo das mortes, pois, para a autoridade, mais do que pessoas, foram perdidos “prestadores de serviços”, cujos impostos se destinariam ao “aumento da riqueza nacional, se a morte pela inanição, fome, os não tivesse roubado”. Em suma, uma preocupação utilitária pela vida, em que esta importa na medida em que produz riqueza, na qual as mortes citadas, ao invés de representarem perdas humanas, figuram como prejuízos às finanças do Estado.

Bastante representativo é o fato de que, no mesmo parágrafo, Barroso continua falando das “outras parcellas da somma de prejuizos”, aqueles relativos à agricultura e a pecuária, cujos dados específicos são expostos nas páginas seguintes do relatório. Desse modo, em sua abordagem sobre os problemas econômicos advindos da seca, as perdas humanas são categorizadas como prejuízo monetário, ao lado das perdas de produção agropecuária.

Com efeito, no período aqui analisado, a preocupação econômica norteou de maneira bastante enfática a ação dos governantes. Desde 1877, o socorro aos famintos foi construído diante da exigência de não se constituir como um prejuízo para o Estado. Quando José Júlio de Albuquerque Barros consolidou definitivamente a iniciativa de atrelar o trabalho à distribuição de alimentos, ele o fez diante da necessidade de “dar uma aplicação aos dinheiros do Estado que redundasse em seu proveito pelo futuro aumento da riqueza publica, e pela prevenção ou atenuação dos efeitos de calamidade” (BARROS, 1879, p. 23).

Afinal, além de minorar o que chama de “efeitos de calamidade”, isto é, os atentados à ordem pública, o uso do trabalho nas obras teria o fim de contribuir para o progresso econômico da província. Ora, certamente, era muito conveniente que as políticas de socorros, supostamente destinadas para garantir a sobrevivência da população exposta ao flagelo da fome, se tornassem políticas destinadas a garantir os interesses do governo e das elites no tocante a inserção do Ceará na modernidade capitalista.

Isso demonstra que, mais uma vez, as políticas de socorros públicos se destinavam ao favorecimento das elites, e não à preservação das vidas dos migrantes, já que, se a prioridade fosse salvar suas vidas, era muito mais fácil e menos custoso ao governo distribuí-lhes o alimento necessário para suprir a fome. Entretanto, a prática foi outra, com vistas a “no futuro reerguer a província”, objetivou-se investir mais dinheiro da verba de socorros públicos em profissionais qualificados e materiais de construção para levar as obras adiante, mesmo que, assim, acabasse restando menos recursos para a aquisição e distribuição de alimentos aos famintos.

Em relação à questão, o argumento de Barros, sobre a necessidade de “retribuir os sacrifícios do Estado”, por um lado, equipara os gastos de socorros com os famintos a um “sacrifício”, um prejuízo para o Estado, e, por outro lado, evidencia uma preocupação utilitária em relação à vida dos retirantes, em que esta é preservada na medida em que é útil e proveitosa para o Estado e para o processo de modernização.

Percebe-se que tanto o governo imperial como o governo provincial pensaram as políticas de socorros públicos como um sistema de coerção ao trabalho, de manutenção da ordem social e de favorecimento ao progresso da província. Mais do que garantir a soberania alimentar dos retirantes, pretendia-se, acima de tudo, coagi-los ao trabalho, para preservar a ordem social. Desse modo, a caridade e a esmola eram substituídas pelas pretensões utilitárias de modernizar a província. Se antes a distribuição de alimentos era o ideal a ser seguido, a obrigatoriedade do trabalho se tornou a regra geral para os socorros aos pobres.

Diante do exposto, é observável que as políticas de socorro quase não tiveram uma preocupação humanitária em socorrer os migrantes, já que elas priorizaram discipliná-los ao trabalho, com justificativas de, por um lado, preservar a ordem pública, mediante a prevenção ao ócio, e, por outro lado, contribuir para o progresso econômico da província, atendendo sobremaneira aos interesses das elites.

No que se refere às políticas teoricamente destinadas à habitação e amparo médico aos migrantes, como no caso dos abarracamentos e do Campo de Concentração, elas também foram direcionadas não à preservação da vida dos retirantes, mas ao seu isolamento para longe dos espaços das elites, com vistas a afastar possíveis epidemias que se consideravam serem decorrentes das aglomerações. Ao invés de socorrer os retirantes, apresentam o objetivo maior de preservar a vida das elites da convivência forçada e supostamente infecciosa com os migrantes. Desse modo, realizaram uma gestão da mortalidade, na medida em que buscaram restringi-las aos migrantes.

Nesse sentido, é pertinente concluir, de acordo com o que foi exposto, que as práticas governamentais foram bastante influenciadas pelos medos e anseios presentes no discurso público sobre os retirantes: o temor diante das aglomerações. Portanto, tal como no discurso jornalístico, os governantes também compreenderam as multidões de retirantes como uma categoria de indivíduos considerados perigosos e propensos aos vícios.

Ao incorporar essas noções às suas práticas, os diferentes governos direcionaram as políticas públicas com o objetivo de favorecer seus interesses de modernizar a província e de isolar os migrantes, considerados causadores de tantos males. Desse modo, realizaram tanto medidas de controle, para direcionar o trabalho e disciplinar os movimentos dos retirantes nas cidades, como também realizaram práticas de gestão da vida e da morte desses indivíduos, cujos efeitos se sintetizaram na exposição à morte de milhares deles.

3. RODOLFO TEÓFILO E A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO CIENTIFICISTA SOBRE OS RETIRANTES

No presente capítulo, será analisado como o farmacêutico e intelectual Rodolfo Teófilo construiu um discurso intelectual e, ao mesmo tempo, militante em relação aos retirantes. Ao observar a posição de Teófilo, pretende-se demonstrar como um cientista, habitante de Fortaleza, reagiu diante da experiência de convivência forçada com milhares de retirantes na cidade. Nesse sentido, propõe-se evidenciar diferentes aspectos do medo coletivo em relação aos retirantes, agora, considerando o ponto de vista de um indivíduo.

Atentar para a trajetória de Teófilo é particularmente interessante, pois, ao mesmo tempo em que ele estigmatizou e concebeu o retirante como alguém perverso e “contrário aos costumes”, ele lutou para que os governos dirigissem melhor tratamento aos sertanejos durante a seca. Ele construiu, em seus escritos, uma memória acerca dos eventos com a pretensão de denunciar os males cometidos durante as secas, incluindo as ineficiências e as conivências dos governos diante dos altos índices de mortandade. Além disso, atuou ativamente em prol da erradicação da varíola no Ceará, por intermédio da organização de uma campanha de vacinação.

Entretanto, mesmo que lutasse por uma melhor condição de vida aos migrantes, ele não abandonava sua posição de classe: compartilhava dos mesmos preconceitos difundidos socialmente em relação aos sertanejos retirantes. Portanto, convém atentar para quais contradições aparecem em seu discurso, de modo a perceber, cada vez mais, aspectos mais profundos do discurso do terror em torno dos retirantes. Afinal, ele não escrevia em uma posição isolada em meio ao debate sobre a seca, mas repercutia questões pertinentes à sua época.

Com efeito, segundo Albuquerque Jr. (1988), a seca de 1877-79 se tornou um problema nacional, debatido em diferentes instâncias, por distintos sujeitos, cada qual responsável por emitir discursos sobre a seca, a partir de seus respectivos interesses. Dentre essas práticas discursivas, qual era o lugar de Teófilo? Segundo a pesquisa de Isac do Vale Neto (2006), Rodolfo Teófilo era um farmacêutico, atuante na segunda metade do século XIX e início do século XX, que objetivava se destacar no meio intelectual cearense. Para alcançar tal objetivo, ele buscou se inserir e se consolidar como um intelectual das secas: estudioso, especialista em torno desse fenômeno de impacto nacional e local desde a seca de 1877.

Por um lado, Teófilo tinha o interesse pessoal em se consolidar como intelectual; por outro, o autor exercia uma escrita militante, ou seja, escrevia com o intuito de criticar os

crimes perpetuados durante as secas. Ele militava, por meio da palavra, contra a corrupção dos homens em tempos de seca, objetivando deixar uma memória crítica para as gerações vindouras.

Desse modo, para Neto (2006), os escritos do farmacêutico devem ser compreendidos como *lugares de memória* (NORA, 1993), pois há uma vontade de memória por parte de Teófilo, no sentido de que ele objetivou registrar os acontecimentos e sua participação neles, resguardando sua memória militante em suas obras. Essa memória militante é presente em diferentes escritos, tais como: *História da seca do Ceará (1877-1880)* (1922), *A Fome* (1890/2001), *Secas do Ceará (segunda metade do século XIX)* (1901), *Varíola e vacinação no Ceará* (1904/1997), *A Seca de 1915* (1919/1980), e ainda sua última obra: *A seca de 1919* (1932).

No presente capítulo, será observada uma continuidade que perpassa essas produções escritas: a perpetuação de um discurso cientificista e racista em relação aos retirantes. Certamente, Teófilo era uma figura um tanto contraditória, pois, mesmo que defendesse a vida dos retirantes diante de práticas autoritárias do governo, ele reiterava os mesmos argumentos que justificam as políticas governamentais de controle: os sertanejos migrantes têm péssimos hábitos/costumes, tornam-se perversos por causa da fome e suas aglomerações são potenciais fontes de epidemias.

De maneira semelhante, quando tratava da índole diversa entre retirantes pobres e ricos, acabava fazendo diferenciação acerca da boa virtude dos migrantes outrora abastados e dos supostos vícios e perversões dos retirantes pobres. A particularidade de Teófilo, em relação a outros discursos, é que em sua fala é possível perceber indícios de um racismo implícito que sustenta as suas acusações acerca da “péssima índole” dos famintos.

Em suma, ele mantinha a posição de um indivíduo letrado, habitante da capital, que via com preconceito e temor a presença forçada de milhares de retirantes nas ruas. Entretanto, mesmo assim, em seus livros, ele argumentava a favor dos migrantes e lutava contra a ineficiência e conivência dos governos em relação aos maus tratos com os sertanejos retirantes, o que demonstra uma preocupação humanitária, ainda que não abandonasse sua posição de classe.

Em início à análise, é pertinente começar atentando ao livro intitulado *Historia da Secca do Ceará (1877 a 1880)* (THEOPHILO, 1922). De acordo com Neto (2006), Teófilo o publicou para ocupar um espaço no meio intelectual referente aos estudos sobre a seca, que se tornaram tão urgentes após a seca de 1877. Desse modo, no referido livro, Teófilo catalogava com muito cuidado e precisão os diferentes eventos ocorridos durante a seca, dividindo cada

capítulo do livro como correspondente a um dos meses da seca, desde janeiro de 1877 até dezembro de 1880. Originalmente, esse conjunto de anotações foi feito com o objetivo de escrever um romance – *A Fome* –, mas acabaram sendo publicadas também no formato de um livro de memórias.

Em seus registros, feitos não somente a partir de suas memórias individuais sobre os eventos, ele incorporava dados detalhados acerca da pluviosidade, das mortes, dos gastos públicos e dos decretos governamentais. Sobretudo, pode-se dizer que, certamente, o livro é um estudo bastante detalhado sobre a seca de 1877, feito de acordo com a sua experiência de testemunha direta dos eventos. Como fonte histórica, para além de tornar possível analisar sua impressão pessoal do autor acerca dos sertanejos migrantes, o livro permite elencar uma série de indícios acerca da experiência de exceção, controle e morte que foi a experiência da seca de 1877-79.

As possibilidades heurísticas do livro vêm de uma intenção bastante peculiar de Teófilo: sua pretensão de denunciar diferentes atrocidades, arbitrariedades e autoritarismos praticados durante as estiagens. Portanto, além de documentar os eventos ocorridos durante a seca, ele objetivava também denunciar os males e os erros cometidos durante a calamidade, cujos efeitos direta ou indiretamente resultaram nas mortes tanto de sertanejos empobrecidos quanto de habitantes abastados das cidades. Acima de tudo, tal como foi posto por Neto (2006), ele é um militante da memória, que busca deixar um posicionamento crítico e um ensinamento para as gerações vindouras, no tocante à gestão governamental durante as secas.

Em meio à sua exposição sobre os eventos da seca, ele constrói também um discurso em relação aos retirantes. De maneira semelhante a como foi feito pela imprensa e pelas autoridades, é construído um discurso de conotação moral sobre os hábitos e a índole dos retirantes pobres:

Entre esta onda maltrapilha vomitada pela miseria, se encontrava em muito pequena escala a pureza de costumes, a honestidade e a gratidão. O vício parecia ter contaminado todos os famintos. Viam-se em todas as idades criaturas pervertidas (THEOPHILO, 1922, p. 125).

Teófilo escreve o trecho se referindo ao momento que chegavam cada vez mais caravanas de retirantes à Fortaleza, no final de 1877. Sua crítica é em relação ao presidente provincial José Ferreira Aguiar, que cessou o envio de socorros para os interiores, resultando na lotação das cidades litorâneas. Vendo o trecho citado, parece evidente o motivo das críticas de Teófilo à Aguiar: este foi responsável por impor aos habitantes da capital a convivência forçada com milhares de retirantes. E o pior, essa “onda maltrapilha vomitada pela miséria”

não tem “a pureza dos costumes, a honestidade e a gratidão”. Ou seja, para Teófilo, as ações de Aguiar resultaram na chegada de milhares de “criaturas pervertidas” às cidades. O motivo de tal perversão, daí, seria a fome, responsável por gerar, nos famintos, “o vício”.

Atentando para o trecho, é notável ser um discurso de conotação moral sobre os retirantes, que coloca, de maneira generalizada, preconceitos em relação a suas supostas índoles: eles são vistos como desonestos, viciados, pervertidos e potencialmente perigosos. Esse discurso considera essas características como inatas à índole desses indivíduos, tratando-os todos eles como perversos em potencial e, ainda, bárbaros, no sentido de que teriam costumes depraváveis dentro do paradigma evolucionista que Teófilo considera “civilizado”.

Dessa maneira, Teófilo constrói, em seu livro, um discurso que será bastante recorrente também no romance *A Fome* (1890/2001) e no livro *A Seca de 1915* (1919/1980): o discurso sobre a perversão e o vício dos retirantes. Em seu estudo a seca de 1877-79, esse discurso aparece de maneira bastante sutil, quase somente na seção indicada, já que ele dedica a maior parte do livro a falar dos diferentes eventos da seca. Mas, tratando-se do romance *A Fome*, em que Teófilo narra a experiência ficcional de um retirante advindo da classe alta, o discurso sobre os retirantes aparece de maneira extremamente explícita.

Façamos, então, a observância de *História da seca do Ceará (1877-1880)* de maneira concomitante com a análise do discurso evidente em *A Fome* (1890/2001). Afinal, tratando-se do mesmo autor, é possível explicitar como ele constrói uma continuidade em suas práticas discursivas. Antes, porém, cabe fazer algumas considerações metodológicas acerca do romance *A Fome*, na medida em que se trata de outro gênero discursivo.

Para Bakhtin (2003), os gêneros discursivos são as formas estáveis, padronizantes, que moldam os discursos de acordo com uma forma específica. Desse modo, no que se refere ao gênero discursivo do romance *A Fome*, é notável que ele faça parte do que Durval Muniz (ALBUQUERQUE, 2017) chama de “Literatura das Secas”, responsável por veicular imagens sobre a seca do Nordeste, oscilando entre a composição literária e o estudo histórico, com pretensão de “figurar o que seria a realidade” (p. 229) e instruir valores morais.

Portanto, o livro de Teófilo busca trazer a verdade das “scenas da seca”, de maneira embasada em seus estudos sobre a seca e na sua legitimidade como intelectual, agora em um gênero de romance naturalista, a partir do qual há uma intenção de retratar a realidade, de maneira a apresentar teses sobre o funcionamento da sociedade e da mente humana (ALMEIDA, 2007). Com efeito, para os intelectuais da época, como reflete Sevcenko (2003), o romance era entendido como uma forma de intervenção social. Nesse sentido, o autor

apresenta um romance-tese sobre a decadência moral diante do flagelo da seca, em que tece críticas tanto aos retirantes quanto aos governantes.

Anteriormente, em seu livro de estudo sobre a seca de 1877, ele considerou os retirantes como indivíduos propensos à perversão e a barbárie. No romance, isso aparece de maneira bastante explícita quando, por exemplo, ele afirma que os retirantes “havia perdido o senso íntimo e deixavam-se dominar pelas necessidades da animalidade” (TEÓFILO, 1890/2001, p. 47), de modo que, por isso, segundo suas palavras, “era grande perigo viver no meio daquela onda de infelizes, que a perversão moral havia reduzido ao instinto da besta” (TEÓFILO, 1890/2001, p. 54).

Ao dizer isso, mesmo que em uma produção ficcional, ele afirma, como um homem da classe letrada, que conviver com os retirantes é algo perigoso, pois estes indivíduos são propensos à perversão causada pela fome. Portanto, é perceptível que os temas presentes no livro *História da seca do Ceará (1877-1880)* se repetem na nova produção escrita do autor, agora podendo acrescentar outros aspectos a esse discurso.

Deve-se, para aprofundar o debate, pensar qual relação entre barbárie e civilização está presente no discurso de Teófilo. Segundo Francis Wolff (2004), uma sociedade se diz civilizada para valorizar sua cultura em detrimento de outra, de acordo com a noção de que a civilização é a cultura que se considera mais elevada, enquanto a barbárie aparece naqueles indivíduos, etnias e sociedades cuja cultura “parece estranha aos valores ao mesmo tempo mais elevados e mais evoluídos” (p. 25). No discurso de Teófilo, dito de modo sutil em *História da seca do Ceará (1877-1880)* (THEOPHILO, 1922), mas de maneira bastante explícita e recorrente em *A Fome* (1890/2001), é evidente que ele trata os retirantes como se fossem “bárbaros”, indivíduos contrários aos preceitos da civilização.

Para Bakhtin, “todo enunciado é um elo na cadeia de comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003, p. 272), isto é, dialoga com outros enunciados, mesmo que seja emitido por um autor. Atentando para o local de Teófilo enquanto intelectual, é notável que ele dialogue com diferentes saberes que perpassam a sociedade de sua época, tanto a nível nacional como a nível local. Sob essa perspectiva, é preciso situar que, no período de sua produção intelectual, acontecia a crise do escravismo.

Com efeito, estamos falando de uma época em que, como propõe Wlamyra Albuquerque (2007), a sociedade brasileira passava por um processo de racialização das relações sociais com a finalidade de garantir as hierarquias sociais no pós-abolição. Em uma abordagem filosófica, poderíamos dizer que acontecia o que Achille Mbembe (2014) chama de devir-negro no mundo, em que, cada vez mais, vários grupos passaram a ser tratados como

negros, dentro de uma visão racializada. Desse modo, em um país em vias de extinguir a escravidão, as noções de cidadania e direitos eram cindidas de acordo com critérios raciais.

No plano da produção intelectual, como indica Schwarcz (1993), os modelos raciais eram gradativamente incorporados às leituras de mundo feitas pelos homens da época¹⁴. Atentando às obras de Teófilo, é notório que ele aparentava incorporar concepções evolucionistas acerca de como compreendia o retirante. Nesse sentido, é pertinente observar que Teófilo compreende os retirantes como indivíduos opostos ao estatuto de um povo civilizado, dentro de uma ótica evolucionista. Ao contrário, eles supostamente se assemelham mais a um povo primitivo.

Além disso, por outro lado, o autor reitera saberes socialmente construídos em torno dos retirantes. Tratando-se dos saberes sobre a seca, é necessário observar que, segundo Frederico Neves (1995), desde a seca de 1877, difunde-se, sobre os retirantes, uma série de saberes que esboçam relações entre a miséria, característica da condição famélica dos retirantes, e a degradação moral, que supostamente incide na perversão e na ocorrência de crimes. Esses saberes passam a rotular os retirantes de bárbaros, seja pelos seus desconhecimentos dos saberes civilizados, seja pelas suas supostas degenerações morais.

Desse modo, é notável que Teófilo perceba os retirantes como se fossem guiados unicamente pela satisfação de seus instintos biológicos. Eles aparecem propensos aos vícios, pois, para suprirem sua fome, considera-se que sejam capazes das maiores atrocidades. Diante do exposto, é possível concluir que Teófilo considera todos os retirantes propensos ao vício? Não! Na verdade, essa predisposição ao crime aparece somente referente à índole dos retirantes pobres e mestiços, em um discurso alinhado à concepção de que os pobres são propensos a se tornarem malfeitores, por causa de suas condições raciais.

Em *A Fome* (1890/2001), Teófilo narra a trajetória ficcional do êxodo do Cel. Manoel Freitas, sujeito advindo da classe abastada, senhor de escravizados, branco, que, ao tardar da seca, se vê sem posses e se integra à multidão de sertanejos maltrapilhos que se dirigem às cidades. Na narrativa, o autor distingue o caráter dos protagonistas descendentes de família outrora abastada, apresentados como se, ao invés de pervertidos pela fome, tal como supostamente o são os demais retirantes, os abastados vivessem conflitos de sustentação da honra, da moral e dos bons costumes. Os outros retirantes – sertanejos pobres e mestiços,

¹⁴ Segundo a autora (SCHWARCZ, 1993), o evolucionismo se trata de um modelo universal de compreensão das sociedades, no qual elas supostamente evoluem de estágios inferiores para estágios superiores, passando de povos primitivos, bárbaros, até o estágio de um povo civilizado, à imagem da sociedade europeia.

diga-se de passagem – não tem face nem história, já aparecem desde o início como degenerados, tal como fica evidente nas seguintes seções:

O préstito dos famintos era agora considerável. Naquela imensa procissão viam-se indivíduos de todas as idades. Acossados pela fome, seguiam caminho da Fortaleza, a reclamar a assistência pública. Indivíduos de todas as castas se confundiam ali. Havia perdido o senso íntimo e deixavam-se dominar pelas necessidades da animalidade (TEÓFILO, 2011, p. 47).

Naquela onda maltrapilha e esfomeada, que se resolvia como os vermes na podridão, havia dores cruciantes, mas que não podiam ser percebidas; não havia mais sensibilidade moral para avaliá-las; pareciam embotadas as faculdades d'alma (p. 85).

Nos trechos, Teófilo afirma novamente a noção de que os retirantes pobres são indivíduos bestializados e sem pudor. Trata-os como se vivessem somente tendo em vista a satisfação de sua fome, de modo que, por isso, tornam-se pessoas desprovidas de moral e virtude. Pois bem, quando, em outras seções, Teófilo fala dos retirantes outrora abastados, a relação é bastante diferente. Observamos que o protagonista de *A Fome*, Manuel de Freitas, oriundo de família abastada, repudia a mendicância e a obtenção de víveres através da esmola. Concomitantemente, Freitas coloca o trabalho como único meio digno para suprir a fome. O mesmo, porém, não acontece em relação aos retirantes pobres, já que são narrados pelo autor como se não somente aceitassem a esmola, mas como se implorassem por ela.

Desse modo, no plano da estrutura literária, segundo Marques (2016), há de se considerar, então, que o romance de Teófilo, ao misturar traços do romantismo e do naturalismo, compõe dois níveis narrativos, cada qual referente às condições de classe específicas atribuídas aos personagens: por um lado, propõe uma estética romântica para a narrativa sobre os retirantes originários de famílias abastadas, em que a honra e a moralidade são idealizadas; por outro lado, constrói uma estética naturalista para o trato narrativo dos retirantes pobres, de modo que o grotesco e a animalização são constantemente postos em evidência.

Mas, deve-se salientar, essa relação entre classe e moralidade não é meramente estética, restrita ao gênero literário naturalista. Refere-se, antes, aos discursos construídos sobre os retirantes, por diferentes enunciadores, desde a imprensa até as autoridades públicas. Na posição de Teófilo, ele aparece como um intelectual, que visa construir um conhecimento científico sobre o assunto. Em *História da seca do Ceará (1877-1880)*, Teófilo também distingue a índole dos retirantes em relação a sua classe social:

Porem ninguém se lembrava que, entre aquella onda que atiravam ao destino, entre aquellos trapos nojentos, iam famílias inteiras criadas na abastança, educadas religiosamente nos princípios do bem e que viveram sempre na mais pura honestidade (THEOPHILO, 1922, p. 134).

Tratando-se de retirantes pobres, o autor afirmava que na “onda maltrapilha e esfomeada, que se resolvia como os vermes na podridão, [...] pareciam embotadas as faculdades d’alma” (TEÓFILO, 1890/2001, p. 85). Mas, no caso dos retirantes advindos de classes abastadas, eles eram famílias “educadas religiosamente no princípio do bem e que viveram sempre na mais pura honestidade” (THEOPHILO, 1922, p. 134).

Diante do exposto, deve-se concluir que o discurso estigmatizante acerca da índole e da moralidade dos retirantes é referido especificamente aos retirantes pobres. Nesse sentido, é pertinente associar a categoria de classes perigosas (CHALHOUB, 1996) acerca da percepção que Teófilo tem sobre os retirantes pobres. Segundo Chalhoub, o sentido da categoria de “Classes Perigosas” se refere à suspeição generalizada, por parte das autoridades repressivas do Estado, de que “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade” (p. 22). De acordo com a categoria, o vício supostamente seria inerente à pobreza. Com efeito, Teófilo incorpora essas percepções, na medida em que seu discurso sobre os retirantes é alinhado à concepção de que os pobres são propensos a se tornarem malfeitores.

Em outro trecho, é notável que esse mesmo discurso de separação também fosse feito numa ótica das relações de gênero. Para Teófilo, as mulheres descendentes de família abastada eram esposas virtuosas, enquanto, para o caso das mulheres advindas da classe baixa, elas eram perdidas e viciadas, que facilmente se entregariam à prostituição para suprir a necessidade famélica, vide trecho a seguir:

na multidão nivelada pela miséria, perdia-se a família, outrora abastada [...]. se nos abarracamentos encontravam-se centenas de mulheres viciadas e perdidas que recebiam ração, havia também esposas virtuosas (THEOPHILO, 1922, p. 269).

Diante do exposto, é notável a manutenção de um preconceito de classe também direcionado aos papéis de gênero atribuídos às mulheres retirantes. A virtude era um atributo das mulheres de classe alta, enquanto as mulheres pobres facilmente se entregariam à “perdição”, diante da fome. Desse modo, na narrativa, é feita uma distinção, de acordo com critérios de classe e raça: por um lado, Carolina, filha do Cel. Freitas, branca e loira, representa a castidade feminina idealizada, e, por outro lado, a personagem Vitorina, retirante

de origem pobre, mestiça, apesar de ter sido alvo dos mais atrozes abusos, aparece como símbolo da prostituição.

O lugar social do autor, como um intelectual fortalezense, fica bastante evidente não somente em relação ao discurso estigmatizante sobre os retirantes pobres, mas, sobretudo, no compartilhamento da insegurança coletiva que percebia as aglomerações de retirantes como potenciais focos de infecções, possíveis de causar perigo à vida dos habitantes das cidades. Em trecho sobre a ocupação de famintos nas ruas, no início de 1878, ele demonstrava seu medo diante da presença desses sujeitos:

Alguns dias depois de os retirantes terem ocupado os edificios publicos, não se podia transitar em sua vizinhança; eram verdadeiros focos de infecção. Não eram somente os trapos nojentos e immundos que tinham sobre o corpo, a falta do menor asseio nas habitações, o despejo das materias feaes á pouca distancia dos dormitorios, que concorriam para viciar a athmosphera, era ainda a grande agglomeração de pessoas em espaços insufficientes ás necessidades essenciaes á vida (THEOPHILO, 1922, p. 158-159).

No excerto, Teófilo demonstra a ojeriza de classe em relação à presença de retirantes nas ruas e nos edifícios públicos. Segundo ele, “não se podia nem transitar em sua vizinhança”, pois as ruas se tornaram “verdadeiros focos de infecção”. Tal concepção de que as aglomerações de retirantes podiam se tornar vetores de epidemias é basilar não somente no relato de Teófilo, mas também nos discursos tanto da imprensa como também dos governantes.

Em suma, tratava-se da noção de que os péssimos hábitos de higiene, supostamente inerentes aos retirantes pobres, poderiam trazer doenças para os abastados. Em diferentes trechos, Teófilo evidenciava a preocupação de que o contágio não se restringisse somente aos retirantes, mas também chegasse ao espaço das elites fortalezenses. Ao narrar detalhadamente o curso da epidemia de varíola, ele enfatizou o momento em que a peste chegou às classes abastadas:

Já não era somente no abarracamento de Pacatuba que ella grassava; havia se desenvolvido em quasi todos os abarracamentos. A capital estava completamente sitiada pelo flagello (THEOPHILO, 1922, p. 223).

o centro da cidade começava a ser invadido pela peste e o panico avassalava todos os espiritos! Nada impedia a marcha da variola. Passara da palhoça do emigrante para a casa do opulento! (p. 229).

Observando os trechos, percebe-se que ele encarava com bastante temor o momento em que o flagelo atingisse as elites. Antes, quando ficara restrito somente aos

retirantes, ele observava com lamento. Mas, agora, ele destaca o medo causado pela presença dos retirantes no espaço das elites. Nesse sentido, preocupa-o não somente as mortes, mas o transporte de cadáveres pela cidade, responsável por aumentar a disseminação da epidemia:

A população da Fortaleza diariamente presenciava cenas de horror. Os cadáveres dos bexigosos eram conduzidos pelas ruas da cidade! A grande inconveniência de tal trajecto não estava somente em aumentar o panico da população, estava em infeccionar a atmosphaera do centro da cidade, ainda respeitado pela epidemia (THEOPHILO, 1922, p. 224).

Portanto, no referido trecho, ele demonstra a inquietação de que o contágio se alastrasse às elites. Clamava, enfim, que as vidas dos fortalezenses sejam preservadas. Afinal, não seria correto que o flagelo, causado pelos supostos péssimos hábitos de higenes dos retirantes, atingisse também a vida das almas caridosas que eram obrigadas a conviver diariamente com milhares de retirantes pelas ruas. Nesse sentido, ele criticava o transporte de cadáveres pelas ruas do centro, pois, assim, aumentaria as chances de contágio para essa camada restrita da população fortalezense.

Com satisfação, afirmava que, em 20 de novembro de 1878, a câmara municipal de Fortaleza pediu a proibição de semelhantes conduções de corpos moribundos pelo centro: “o presidente ordenou que um piquete de cavallaria rondasse em todas as direções com o fim de impedir o trajecto dos enterramentos por dentro da capital” (THEOPHILO, 1922, p. 230). A partir de agora, essa prática seria objeto de controle policial, cujo fim teria “cessado semelhante abuso”, como referiu Teófilo, não ao controle autoritário por parte do governo, mas à condução de corpos passível de transmitir epidemias para as elites.

Diante do exposto, é possível concluir que o discurso de Teófilo sobre os retirantes era característico, sobretudo, da sua experiência como letrado e habitante de uma cidade que foi obrigada a conviver com milhares de retirantes em péssimos estados de saúde e habitação. Nesse sentido, ele dialogava com os discursos socialmente constituídos sobre a índole dos retirantes e sobre as potencialidades epidêmicas de suas aglomerações.

Desse modo, em seu discurso, ele expressava um imaginário sobre a pobreza, característico de sua posição de classe. Portanto, o medo do contágio e o desejo de preservar os fortalezenses da epidemia devem ser vistos sobre esse recorte, de um discurso de separação, que diferenciou a índole de pobres e ricos, ao mesmo tempo em que construiu a figura do retirante como uma categoria distinta das elites.

A vantagem de analisar o discurso de Teófilo, de maneira específica em relação ao emaranhado de discursos constituídos sobre os retirantes, está em poder perceber um ponto

de vista particular a respeito do contexto vivido e, atentado para as especificidades desse sujeito, olhar para diferentes aspectos desse discurso. Deve-se enfatizar, então, mais um desses aspectos: o racismo implícito à estigmatização dos retirantes como indivíduos de segunda categoria.

Foi visto, até então, de que maneiras o autor construiu um discurso que tratou os retirantes como indivíduos de segunda categoria. Atentando para os seus escritos, é notável que exista uma continuidade discursiva até o livro *A Seca de 1915* (TEÓFILO, 1919/1980). No texto em questão, Teófilo segue a mesma linha de raciocínio do livro *História da seca do Ceará (1877-1880)*: faz um apanhado geral dos eventos da seca, tecendo suas considerações e críticas ao governo, inclusive alertando das possíveis mortes que poderiam ocorrer decorrentes da criação do campo de concentração. Contudo, apesar das denúncias dos equívocos dos governantes, Teófilo mantém a ojeriza em relação aos retirantes, e, ainda, evidencia mais aspectos de seu discurso, vide trecho a seguir:

Exigir destes mestiços, - seres inferiores pela raça, pela falta de educação doméstica e cívica, criado na satisfação da sua índole má, na prática de atos reprovados, - ações nobres é a maior das infabilidades (TEÓFILO, 1919/1980, p. 83; grifo nosso.).

No excerto, ele diz que “exigir destes mestiços [...] ações nobres é a maior das infabilidades”, isto é, afirma a impossibilidade de exigir dos retirantes honestidade e moralidade nas suas ações. Segundo suas palavras, o retirante é “criado na satisfação da sua índole má”. Anteriormente, como vimos, a fome era a causa da perversão dos hábitos e costumes do retirante. Agora, no referido trecho, ele pressupõe, de maneira apriorística, que os migrantes têm uma índole má. Qual seria a causa dessa suposta índole? Ora, pois bem, o próprio Teófilo deixa claro: os migrantes são “mestiços”, “seres inferiores pela raça”.

Diante do exposto, é notável que, no discurso de Teófilo, existe um racismo implícito, responsável por construir a figura do retirante como um indivíduo potencialmente perigoso e de segunda categoria. Desse modo, vendo o referido indício, o que sustentaria a estigmatização não seria somente uma posição de classe, por parte de um membro da categoria dos intelectuais, mas um discurso racista, responsável por definir o retirante como um indivíduo bárbaro, não somente pela fome, mas, sobretudo, pela sua inferioridade racial.

Até então, no tocante às diferentes fontes históricas analisadas na presente pesquisa, essa é uma das poucas vezes que aparece um discurso racista de maneira explícita. Atentando ao discurso da imprensa e ao discurso das autoridades, analisados nos últimos dois

capítulos, pouco foi possível evidenciar a atuação de um racismo, senão de maneira extremamente sutil e velada.

Por um lado, atentando à produção discursiva da imprensa, foi encontrada apenas uma edição do *Cearense* (14/10/1877) que justificava as “disposições naturais para a vadiagem” das multidões “por influencias climatéricas, por educação e por hereditariedade de raça”. Por outro lado, no discurso das autoridades, não foram obtidas referências à racialidade dos retirantes, mas se constatou que governantes como José Júlio de Albuquerque Barros pensaram o trabalho nas obras públicas como uma forma de “civilizar” os sertanejos, entendidos como malfeitores em potencial, porém não por causa de critérios de raça.

Nesse sentido, deve-se destacar que, na cultura oriunda da escravidão, responsável por colocar numa posição de inferioridade não somente escravizados, mas também os camponeses pobres livres, a racialização poderia ser uma das formas de ressaltar a suposta inferioridade desses sujeitos, por intermédio de uma leitura da sociedade a partir das teorias raciais. Entretanto, ela não era a única maneira de enfatizar a subalternidade desses sujeitos, na medida em que, na própria cultura, já existia a concepção de que alguns indivíduos ocupavam estratos inferiores na hierarquia social.

Com efeito, no discurso de Teófilo, percebe-se que, de maneira explícita, o autor compreende a figura do retirante a partir de uma ótica racial, que legitima a noção de que eles seriam indivíduos propensos aos vícios e às perversões, de maneira inata. Certamente, essa percepção não deve ser desvinculada da realidade social do Brasil de fins do século XIX e início do século XX, já que, como foi dito, esse é o momento de apropriação dos modelos raciais pelas diversas elites intelectuais brasileiras. Portanto, embora nem todos os enunciadores que manifestaram discursos sobre os retirantes o fizessem a partir de uma ótica racializada, Teófilo incorpora esses saberes, na medida em que, na posição de um cientista, repercutia um saber difundido nos meios intelectuais de sua época.

De acordo com Schwarcz (1993), no referido período, a percepção da sociedade passa a ser orientada conforme a adoção de modelos raciais, responsáveis por legitimar o estabelecimento de hierarquias, atribuindo diferentes horizontes de cidadania para distintos indivíduos. Portanto, os modelos raciais contribuíram para a concepção de alguns sujeitos como indivíduos de segunda categoria, tal como Teófilo discursa sobre os retirantes como sujeitos aprioristicamente degenerados. Tudo isso, embasado por supostas inferioridades raciais desses grupos que passam a ser subalternizados.

Segundo Erika Mendonça (2020), a percepção racial embasa a escrita dos romances naturalistas de Teófilo, no caso de *A Fome*, *Os Brilhantes* e *O Paroara*. Teófilo

compreende a seca como um fator climático responsável por desestruturar o modo de vida sertanejo, mas, tratando-se da degeneração causada pela seca, ela ocorre de acordo com o fator racial respectivo ao personagem.

Nesse sentido, os protagonistas de Teófilo que compõem o tipo racial branco mantêm a honra e a postura diante das agruras da seca, enquanto, no que se refere aos retirantes mestiços, racialmente inferiorizados, eles caem na perversão dos costumes e são reduzidos à condição de animais na narrativa. Desse modo, a autora conclui que Teófilo “estava mais preocupado em mostrar como esse fator climático era capaz de interferir no modo como os diferentes tipos raciais manifestavam seus temperamentos e aptidões de sobrevivência” (MENDONÇA, 2020, p. 119).

Em acréscimo à discussão, é pertinente também indicar como a questão racial se fez presente no livro *Varíola e Vacinação* (THEOPHILO, 1904/1997), em que o autor descreve a trajetória da sua campanha de vacinação contra a varíola, na qual realizara desde a fabricação da vacina até a aplicação do profilático na população de Fortaleza, sem o apoio por parte do governo. Para ele, o seu “sacrifício não era material como [...] supunha, não era de dinheiro, mas de paciência, de abnegação” (p. 106), diante da rejeição do povo fortalezense.

Uma etapa bastante dramática de sua campanha foi o começo dos trabalhos no bairro do Matadouro, quando pôs-se ‘precisamente [...] em contacto com a ralé de Fortaleza’ (THEOPHILO, 1904/1997, p. 106). Na ocasião, já expressava de maneira explícita uma visão embasada por modelos raciais quando criticava os maus costumes da população pobre de Fortaleza. Em meio às dificuldades para vacinar os cinco filhos de uma mulher descrita como “cabra mal encarada e de ruins maneiras” (p. 108), ele lamentava “o longo período de estacionamento que atravessaria o Brasil devido a sua grande população mestiça” (p. 110).

Lembrava-se, “com funda tristeza, que a origem, de oito décimos da população deste grande e opulento paiz fôra a mesma daqueles cinco meninos nús e piolhosos, educados por uma mãe analphabeta e viciosa” (THEOPHILO, 1904/1997, p. 110). Expressava, portanto, uma perspectiva de futuro norteadada pela ideia de que a mestiçagem da população era um empecilho para o progresso da sociedade. Entretanto, mesmo que julgasse a inferioridade racial dos pobres referidos como “mestiços”, as suas reclamações não o impediam de continuar insistindo na campanha de vacinação, em prol da erradicação da varíola.

Feito as devidas considerações sobre como a questão racial mobiliza o discurso de Teófilo, cabe retornar o foco para o restante da sua argumentação presente no livro *A seca de 1915*. O referido livro é uma tentativa de documentar os acontecimentos ocorridos na seca de 1915. Na medida em que destaca os eventos, o autor evidencia sua participação e

protagonismo nos momentos de decisão. Vejamos um desses casos, particularmente interessante para a análise.

No ano de 1915, houve uma enorme tragédia, referente à criação do campo de concentração do Alagadiço, que se tornou um ninho de epidemias, responsável por matar centenas de retirantes. Após a mortandade, o campo foi desativado. Segundo o relato de Teófilo, ele se reuniu com o coronel Benjamin Barroso, Presidente do Estado, no momento em que este esboçava a criação do campo, e ainda o alertou acerca dos problemas que poderiam ser causados pela criação do mesmo. Observemos o seguinte trecho:

No dia seguinte ao da minha visita ao Passeio Público, fui visitar o Presidente do Estado.
Encontrei-o apreensivo com a seca.
Procurei levantar-lhe o ânimo, dizendo-lhe que não tínhamos uma seca e sim um repiquete de seca.
Nessa ocasião ele esboçava a planta de um abarracamento que ia mandar construir para os retirantes. Pedi licença para discordar da sua opinião. Aglomerar os retirantes era matá-los. Relatei-lhe os exemplos de 1877, 1888, 1900, sendo este o mais frisante.
(TEÓFILO, 1980, p. 52)

O trecho é evidente para demonstrar que existe uma preocupação humanitária no discurso de Teófilo. Afinal, mesmo que ele construísse discursivamente o retirante como uma figura racialmente inferior e potencialmente perigosa, ele, de maneira alguma, desejava as suas mortes. Muito pelo contrário, ele afirmava ter alertado o Presidente acerca da possibilidade de que “aglomerar os retirantes era matá-los”, utilizando-se, para isso, do seu embasamento teórico como intelectual das secas. Portanto, segundo seu relato, ele participou, inclusive, da tomada de decisões, como protagonista do acontecimento, ao lado do Presidente do Estado. E, mais ainda, quase como um vidente, ele supostamente previra o desastre:

Discutidos os prós e os contras do abarracamento, ficou resolvido que os retirantes seriam recolhidos a uma grande área arborizada e cercada nos subúrbios da Capital. Manifestei-me contra essa resolução.
Esse abarracamento, mesmo ao ar livre, se empestaria e empestaria a cidade no fim de alguns meses.
(TEÓFILO, 1980, p. 53)

Apesar das possibilidades de causar mortes, o campo de concentração foi criado para vigiar os hábitos dos retirantes e controlar os seus movimentos na cidade, de acordo com o que já foi analisado na historiografia (NEVES, 1995; PINHEIRO NETO, 2014; RIOS, 2014). A partir da seção, é possível notar a identidade que Teófilo constrói para si mesmo: aquele que alertou o presidente da província sobre os futuros males do campo, pois, de fato, o

que Teófilo previra, acontecera. Dessa maneira, ele constrói uma legitimidade para si enquanto intelectual, pois sua previsão foi baseada na sua experiência e repertório de estudos sobre as secas, já que, segundo ele, a seca de 1900 deveria ser tomada como exemplo, para evitar a catástrofe.

Em 1900, disse-lhe, não tivemos, pode-se dizer, assistência pública.
Comemos das esmolas que nos deram os nossos irmãos do norte e sul.
O Governo do Estado deixou os retirantes abrigar-se onde bem entenderam,
e estes se agasalharam não só sob as árvores dos subúrbios como também
nas das praças e ruas de Fortaleza.
Findou-se o flagelo e não apareceu uma só epidemia, à exceção da varíola, a
companheira inseparável da seca.
O Dr. Benjamin Barroso não quis tomar o exemplo de 1900, alegando que
assim não poderia fiscalizar a distribuição dos socorros e velar pela honra
das famílias que a seca expatriava.
(TEÓFILO, 1980, p. 52)

Atentando para os dois trechos, é notável a preocupação do autor em evitar a aglomeração de retirantes em um local fechado, pois a chance de ocasionar mortes era quase inevitável. Nesse sentido, ele denunciou o equívoco do governo, no qual o Presidente do Estado, mesmo após ser alertado, insistiu na criação do campo. Desse modo, para Teófilo, o problema não era somente a seca, mas a gestão da seca, que não agia da maneira que considerava correta.

O farmacêutico compreende que “O Ceará é uma terra condenada mais pela tirania dos governos do que pela inclemência da natureza” (TEÓFILO, 1980, p. 32), pois “a seca volta de tempos em tempos, e o governo não socorre como manda a lei” (p. 82). No momento em que fala sobre a reunião, ele dá um exemplo acerca de como os governantes erraram em sua gestão, optando pela criação do campo, mesmo quando ele contrapôs argumentos que previssem os males que aconteceriam depois.

Nessa linha de raciocínio, é pertinente observar como Teófilo constrói uma memória militante. Segundo Portelli (2016), o esquecimento e a falta de memória permitem com que os erros passados sejam cometidos novamente. Afinal, “não recordar os campos de concentração [...] significa permitir que condutas análogas se repitam em outros contextos” (p. 46). Quando Teófilo relatava os erros da gestão governamental, ele o fazia com o intuito pedagógico de instruir as futuras gerações, para que elas não cometessem erros semelhantes. Portanto, a memória que ele traz talvez seja uma memória que, de acordo com Portelli, sirva “para nos incomodar, para colocar em dúvida as certezas que nos tranquilizam” (p. 48).

Contudo, vale lembrar que estudar história requer aceitar a complexidade e, às vezes, o aspecto contraditório dos sujeitos históricos. Teófilo é um exemplo claro sobre isso.

Afinal, de acordo com o que foi visto, ele criticou veementemente a criação do campo e fez uma denúncia sobre a má gestão do governo, pois ela incidiu na morte de retirantes. Entretanto, conforme veremos a seguir, ele insistiu no mesmo argumento que legitimou a criação do campo: a necessidade de controlar e vigiar os retirantes, para impedir seus péssimos hábitos!!

Isso fica bastante evidente no trecho em que Teófilo narra a criação do campo, pois, mesmo que Teófilo denunciasse o equívoco governamental, ele ainda defendia o Presidente do Estado, apesar da mortalidade que aconteceria em seguida. Para Teófilo, “O Governo do Estado errou aglomerando-os [os retirantes], mas errou sem intenção de errar. A sua idéia não era sã, era louvável. O seu fim era impedir o furto e a prostituição” (TEÓFILO, 1980, p. 63). Ou seja, mesmo que Teófilo discordasse do método do Governo do Estado, referente à criação do campo, ele concordava com seus objetivos: controlar e vigiar os retirantes, para que esses não cometessem crimes.

Segundo Giovani Levi (2002), atentar para as trajetórias individuais permite analisar os limites das liberdades dos sujeitos, ao mesmo tempo em que possibilita atentar para o funcionamento dos sistemas sociais e a rede de relações vividas pelos indivíduos. No caso de Teófilo, no âmbito de sua liberdade de ação e pensamento enquanto sujeito histórico, é notável que ele não concordasse com a criação do campo. Entretanto, na medida em que ele possivelmente fazia parte dos mesmos esquemas normativos que permeavam a sociedade cearense de sua época, ele concordava com os motivos que levaram à criação do campo: impedir o furto e a prostituição. Isto é, também construía um discurso que legitima os objetivos que tornaram a criação do campo de concentração algo justificável.

Além disso, conforme já vimos, ele não somente vivia, na experiência, o sentimento de medo coletivo em relação aos retirantes, comum possivelmente para a maioria dos cidadãos da época. Teófilo construía, ele próprio, um discurso sobre os retirantes. Um discurso que, como vimos, considerava que os retirantes eram perversos e perigosos de maneira inata, utilizando um pressuposto racial para desqualificá-los e para justificar sua categorização como indivíduos de segunda categoria, com hábitos bárbaros, advindos da condição racial.

Esse discurso sobre os retirantes é evidente em vários de seus escritos, conforme vimos. Atentando, de maneira geral, para os trechos que foram aqui expostos, é possível afirmar que, no discurso de Teófilo, o retirante não é compreendido como um ser humano igual aos outros, pois sua fome supostamente incide na sua perversão moral e, por isso, esses

migrantes, reduzidos “ao instinto da besta”, “deixavam-se dominar pelas necessidades da animalidade”, conforme as palavras presentes no romance *A Fome*.

O que sustentaria sua argumentação seria, ainda, além de um pressuposto de inferioridade racial, um embasamento intelectual: “Estudei detidamente a calamidade e a psicologia do faminto. A observação dos fenômenos me convenceu de que a miséria tudo dilui de bom na alma humana” (TEÓFILO, 1919/1980, p. 63). Afinal, deve-se lembrar, seu local de fala é o de um homem de ciência! Ele que, formado na Faculdade de Medicina da Bahia, teve contato com as teorias eugênicas sobre a raça e as utilizou para pensar a sociedade cearense a partir delas.

Quando consideramos para o racismo implícito na percepção de Teófilo sobre os retirantes, é possível compreender, também, que ele contribui para a formação de um discurso que coloca os retirantes em uma posição de inferioridade na esfera social. Com efeito, em seu discurso, ele compreende os retirantes como indivíduos bárbaros, propensos ao vício, inferiores racialmente e ofensivos para a sociedade supostamente civilizada que almejava ser consolidada em Fortaleza.

No decorrer do capítulo, vimos como Teófilo, mesmo que criticasse veementemente os retirantes, também os defendia dos maus tratos causados pelos abusos por parte do governo. Entretanto, concomitantemente, ele também construía um discurso que estigmatizava e separava os retirantes como indivíduos de segunda categoria. Coincidentemente, esse mesmo discurso é o que clamava pelo controle dos retirantes, que os submetia ao trabalho e os isolava em abarracamentos e campos de concentração, responsáveis por gerar epidemias que os matam.

Nesse sentido, Teófilo é uma figura bastante contraditória, pois, por um lado, defendia a vida dos retirantes, mas, ao mesmo tempo, insistia num discurso que os estigmatiza e acabava os expondo à morte com as necropolíticas. Afinal, mesmo que a morte dos migrantes não fosse desejada, quando eles eram estigmatizados, tal como no discurso do autor, é dada margem para que sejam tratados sob os mais pesados abusos e arbitrariedades. Portanto, ao insistir no discurso racista em relação aos migrantes, mesmo que Teófilo lutasse para denunciar o governo, ainda que tenha atuado em prol da vacinação dos pobres, ele contribuía, ao mesmo tempo, para sustentar os mesmos argumentos responsáveis por permitir as mortes dos retirantes.

PARTE II. É PRECISO EVITAR AS AGLOMERAÇÕES: PRÁTICAS DE ISOLAMENTO E GESTÃO DA MORTE

4. PROJETOS DE EMIGRAÇÃO FORÇADA E CONTROLE TERRITORIAL (1877-1889)

Depois de tantos sacrifícios, depois de vencer mil obstáculos, atravessando um deserto de muitas legoas, ser obrigado a abandonar o torrão natal para ir morrer adiante como um cão! (THEOPHILO, 1922, p.133)

Na seca de 1877-79, quando as multidões de sertanejos empobrecidos chegavam às cidades litorâneas, os governos provinciais consolidaram como *Socorro Público* a prática de conceder passagens para enviar grupos de retirantes em vapores destinados a outras províncias, com a finalidade de diminuir as aglomerações de famintos. No decorrer da seca seguinte, entre 1888 e 1889, o governo de Caio Prado investiu na emigração como o principal projeto da Comissão de Socorros, de maneira a intensificar o controle com a criação de novas instituições, como a Hospedaria Geral de Emigrantes, a partir da qual se direcionou a emigração, em Fortaleza.

No presente capítulo, objetiva-se analisar o contexto da emigração ao Norte em 1877-79, quando o contato traumático com as multidões configurou um novo sentido para essas práticas, nas quais as demandas de controle se sobressaíram a qualquer pretensão de socorro aos pobres. De maneira recorrente, tornou-se costume a aceitação de submeter multidões de famintos às péssimas condições das embarcações e à incerteza do socorro nos locais de chegada. Nesse sentido, pretende-se observar como a experiência de 1877-9, com todos os seus aprendizados, influenciou a trajetória de aprimoramento dos projetos emigratórios, dessa vez de maneira mais autoritária, no decorrer da seca seguinte, em 1888-89.

Considera-se pertinente analisar as finalidades que os governantes e a imprensa destinaram à emigração, em vistas de exercer domínio sobre as aglomerações no espaço. Desse modo, observa-se que construíram discursos defensórios da necessidade de organizarem a saída de retirantes em vapores, de maneira conivente com a ocorrência de uma série de violências em relação ao cuidado com os migrantes. Em suas práticas, as autoridades pouco dispuseram preocupação humanitária em relação às vidas dos retirantes, enviados, muitas vezes de maneira forçada, para locais desconhecidos, nos quais não teriam o amparo

adequado para sua sobrevivência. Em vista disso, por intermédio do recorte da *Necropolítica* (MBEMBE, 2003/2016), propõe-se observar como a emigração, em suas violências, lidou com mortalidade dos emigrantes, expostos às diversas situações de abuso e abandono.

Realizada sob o pretexto de que os sertanejos obtivessem amparo em outras províncias, a política do governo veio para responder às demandas de evitar as aglomerações nas cidades, consideradas perigosas para a ordem pública. Afinal, a presença dos retirantes nas cidades incomodava bastante os abastados, seja pela convivência com sujeitos considerados sujos e com maus hábitos, seja, sobretudo, pelo medo da peste e da rebelião dos pobres em situação de extrema miséria. Desse modo, aproveitando práticas emigratórias já existentes antes da seca, os governos provinciais a impulsionaram em larga escala, com o objetivo de enviar os pobres para bem longe, independente do estado dos retirantes e das condições em que fosse feita a emigração.

Sobre a temática da emigração, é necessário situar o presente trabalho em relação aos avanços da historiografia. Diversos autores (BARBOZA, 2013; CARDOSO, 2011; LACERDA, 2006; NUNES, 2008) criticaram que estudos sobre o tema, costumeiramente, trataram da emigração como se as políticas governamentais dirigissem todo o processo, de tal maneira que o papel e a agência dos retirantes como sujeitos históricos ficavam apagados, como se a vivência e as decisões desses migrantes fossem estritamente determinadas pelas resoluções governamentais.

Em contrapartida, os autores propõem que a escolha de emigrar, por parte dos retirantes, não pode ser enquadrada como uma decisão somente dos poderes públicos, pois esses sujeitos, nos seus *horizontes de expectativa* (KOSSELECK, 2006) vislumbravam oportunidades de vivência no Norte, de acordo com as suas redes de sociabilidade e os seus imaginários em torno das potencialidades de enriquecimento naquelas províncias.

Segundo Cardoso (2011), os cearenses, muitas vezes, resolviam migrar por sua própria escolha, na qual percebiam, dentro de um campo de possibilidades, vantagens na emigração para o Norte. Desse modo, mesmo que os ordenamentos governamentais influenciassem o processo, por meio do uso da força e da ameaça da fome, as ações dos migrantes não eram estritamente controladas pelas decisões governamentais. Pelo contrário, eles atuavam de forma bastante incisiva no processo histórico, de maneira a intervir e resistir diante de práticas autoritárias por parte do Estado.

Entretanto, na presente pesquisa, embora haja concordância com os apontamentos indicados pelos autores, acerca da agência e das escolhas dos próprios migrantes, propõe-se examinar, precisamente, as ações governamentais, ao conduzirem a distribuição de passagens

e a organização dos transportes durante as secas. Pretende-se analisar como os governantes lidaram com a temática da emigração, de maneira a produzirem práticas autoritárias e coniventes com maus tratos com os emigrantes, seja no embarque, no transporte, ou na chegada aos locais de destino.

Com a pretensão de fazer um levantamento sobre as violências sofridas na experiência migratória, serão utilizados vários documentos. Por um lado, a partir dos relatórios/falas dos presidentes provinciais em gestões no decorrer das duas secas, em 1877-79 e 1888-9, pretende-se evidenciar como as autoridades compreenderam a questão emigratória e organizaram suas práticas, com intenções bastante distintas da finalidade de socorrer os pobres. De maneira conjunta, por outro lado, será feito o diálogo com as denúncias da imprensa e com os escritos de Rodolfo Teófilo, em vistas de compreender o processo histórico por intermédio dos diferentes pontos de vista e indícios expressos por esses discursos.

Bastante pertinente para analisar o contexto é observar o estudo de Rodolfo Teófilo (1922) sobre a seca de 1877-79, no qual ele realiza registros de vários acontecimentos relativos ao momento em que a emigração se torna uma política de Estado. Desde junho de 1877, quando os retirantes passaram a se dirigir, cada vez mais, às cidades litorâneas, o autor afirma que muitos desses migrantes solicitavam passagens para o norte.

A partir de agosto, contudo, a concessão de passagens recebe um incentivo decisivo, diante de diretriz do gabinete imperial, que direcionou ordens para que o governo provincial mobilizasse os contingentes de migrantes em barcos, com destino a outras províncias. O projeto, por parte do Império, consistia em utilizar a necessidade de socorros públicos aos pobres para incentivar a produção econômica nas regiões que tivessem demandas por mão de obra.

Em contrapartida, a emigração não era a solução desejada pelo governo provincial de Caetano Estellita. Ela, certamente, seria a última opção escolhida para diminuir as aglomerações nas cidades. Afinal, por intermédio da verba de socorros públicos, o governo almejava o uso da mão de obra retirante em construções de obras úteis ao progresso da província.

O jornal *Cearense*, de cunho liberal, compartilhava da mesma posição: a emigração é prejudicial à província, pois implica na fuga de trabalhadores úteis e baratos ao trabalho e ao progresso da província. Em artigo intitulado *Transmigração para o Amazonas*, publicado ainda em agosto, antes do ordenamento do gabinete imperial, o jornal deixa claro qual é a sua opinião:

A transmigração motivada pela seca, não tem razão de ser!
 É prejudicial a patria, porque os braços validos que d'aqui se retirão fazem falta a lavoura e a criação, fonte principaes da riqueza da provincia.
 (Cearense, 09/08/1877).

Portanto, trata o problema da emigração como uma questão econômica, vislumbrando as desvantagens que a fuga de braços válidos traria para o progresso da província. Durante o restante do ano, guiado por esse posicionamento, o jornal realiza uma campanha de crítica à “transmigração”, na qual expõe uma série de situações degradantes vividas pelos retirantes nos trajetos migratórios. Nesse sentido, as várias denúncias de maus tratos visam a um objetivo: expor os malefícios da emigração, para que essas práticas não sejam levadas adiante.

Sobre as ações do governo provincial, mesmo diante dessas “desvantagens”, as autoridades investem na emigração, como medida urgente para diminuir as aglomerações. Imprensa e governo compartilhavam o medo em relação à presença considerada perigosa das multidões. Na conjuntura vivida ao final de 1877, quando a população de migrantes chega a ultrapassar a quantia de “população fixa”, nos litorais, é evidente um aumento crescente das tensões e do medo do levante dos mais pobres:

No dia em que negarem soccorros, ou estes não estiverem em proporção com as exigencias da população esfomeada, [...]
 Amanhã, **quem sabe o que o instinto indomavel de nossas massas populares será capaz de fazer?**
 (Cearense, 25/10/1877, grifo nosso)

O trecho se refere a um editorial do jornal *Cearense*, intitulado “A emigração para o Norte”, que busca debater os motivos e as alternativas às práticas de envio de retirantes para outras províncias. O artigo acusa os perigos causados pela presença das multidões de migrantes em Fortaleza, que na ocasião, em outubro, ultrapassavam o número de 30 mil almas, enquanto a “população fixa” se computava em torno de 25 mil. No contexto, o jornal denuncia a possibilidade de ocorrer um levante dos mais pobres, “as scenas de selvatica barbaria de que a França de 93 da-nos tão tristes exemplos”, caso os socorros públicos não sejam suficientes para suprir a fome. Afinal, cada vez mais, os retirantes manifestavam a sua insubordinação nos constantes conflitos com as autoridades, diante da escassez de alimento.

Ao indicar as soluções, o artigo argumenta ser “preciso, pois que o governo dê trabalho aos homens validos, para q' a ociosidade não engendre mais cedo as scenas” tanto temidas pela imprensa. Na sequência, afirma a necessidade de incentivar a emigração, como

alternativa para caso falte os socorros por intermédio do trabalho. Afinal, havia “uma grande dificuldade em arranjar trabalho para um numero tão crescido de homens validos”. Em delicada situação, o redator afirma que “não sendo possivel contemplar todos, melhor seria favorecer a emigração para as provincias do sul” (*Cearense*, 25/10/1877).

Atentando ao contexto revelado pela fonte, referente à situação vivida em Fortaleza, no final de 1877, é evidente que a justificativa da imprensa seja norteadada pelo temor de perigos atribuídos à presença das multidões de retirantes: a peste e os saques. Dessa maneira, em busca de solução para reduzir as aglomerações nas cidades, apelou-se para o projeto da emigração. Portanto, mais do que uma política de socorro público, tratou-se de uma prática de domínio territorial.

Até então, os estudos sobre a temática da emigração concordam que ela foi guiada a partir das pretensões de afastar as multidões de pobres do espaço da cidade. Diante desse ponto de partida, propõe-se analisar sobre como as finalidades de controle territorial seguiram aliadas à produção da mortalidade. Com efeito, muitas das perguntas de investigação vieram a partir da leitura de Achille Mbembe (2003/2016), que indica o necropoder ser exercido fundamentalmente sobre o território.

Para o autor, a necropolítica significa “inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais”, mediante a “produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves”, bem como pela “classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias”. Desse modo, diante da construção de hierarquias, o filósofo situa a “instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço” (MBEMBE, 2003/2016, p. 135).

Na abordagem do material empírico, constatou-se que os retirantes foram visados como uma categoria diferente de humanidade, racialmente inferior, com hábitos maléficos e com a representatividade de múltiplos perigos para a ordem e para os “distintos” cidadãos fortalezenses. No contexto visado, é evidente que o espaço da cidade era um território simbolicamente pertencente aos abastados, enquanto os migrantes figuravam como aqueles que não devem ocupar o território. Com esse fim, construíram-se práticas direcionadas para retirar esses sujeitos do espaço que deveria ser protegido de sua presença. Nesse sentido, entendemos que a produção necropolítica do espaço envolvia dizer quem, efetivamente, tinha direito de viver no espaço da cidade.

O registro de Rodolfo Teófilo acerca de dezembro de 1877 permite observar indícios importantes acerca da situação vivida por esses sujeitos em momentos anteriores à decisão de emigrar. Ele afirma que a distribuição de alimentos, consistente em “meio

kilogramma de carne do sul e dous litros de farinha”, era insuficiente para alimentar a todos os membros das famílias, “às vezes de oito ou dez pessoas”, que chegavam em Fortaleza atrás do Socorro Público. Nesse sentido, conclui que a “restricção de socorros, alem de concorrer poderosamente para augmentar a mortalidade, abriu de um modo extraordinário o campo á emigração para fóra da província” (THEOPHILO, 1922, p. 131-132).

O argumento do autor consiste na ideia de que a insuficiência de socorros impôs a opção de saída aos retirantes, por intermédio do abandono que os forçou a escolher pela emigração. A partir do seu relato, permite-se vislumbrar como, diante da carência de alimentos, a fome atuou como fator que influenciou a decisão última de enfrentar uma viagem longa, para buscar a sobrevivência incerta em região desconhecida.

Contudo, não se deve apagar a agência dos sujeitos, tal como faz Teófilo, que afirma, na sequência, que “O povo [...] victimado [...]; resignado, emigrava para terras estranhas” (THEOPHILO, 1922, p. 131-132). Pelo contrário, a decisão de emigrar era, na verdade, um verdadeiro ato de coragem, de enfrentamento de mais uma penosa viagem em busca da sobrevivência que, na terra natal, parecia não ser possível.

A situação descrita se refere aos últimos meses de 1877 e ao início de 1878, quando Fortaleza vivenciou o período de maior lotação, com a população adventícia ultrapassando 80 mil habitantes e sem disponibilidade de alimentos para todos. Neste cenário, marcado pela insegurança da rebelião dos mais pobres, a gestão do presidente provincial João José Ferreira de Aguiar, iniciada em novembro, priorizou a emigração, como medida urgente para enviar as multidões para longe, em detrimento do investimento na construção de obras públicas.

No relatório presidencial, expedido na ocasião da saída da administração, em fevereiro de 1878, o presidente Aguiar afirma que, no processo emigratório, não foi empregada “nenhuma coacção de qualquer natureza que seja”, isto é, garante que não houve uso da força, nem qualquer tipo de imposição violenta. Pelo contrário, assegurava o livre arbítrio dos retirantes: “proporcionei aos que se deliberaram a deixar a sua terra natal, as facilidades que estiveram ao meu alcance”, por intermédio da concessão de passagens, que “eram pedidas a todo momento” (AGUIAR, 1878, p. 9).

Em justificativa, a autoridade afirma que o abandono da terra natal era “imposto por uma tão triste necessidade”, por ter “reapparecido o verão e, com elle, o desanimo”. Nessa perspectiva, o presidente percebe as causas do problema como naturais, motivadas pelo triste destino da seca. Silencia, portanto, as agruras da fome, não as considerando como fatores determinantes para a opção pela saída. Em viés oposto, apresenta a decisão de emigrar como

livre escolha, sem “nenhuma coacção de qualquer natureza que seja” (AGUIAR, 1878, p. 9).

Entretanto, para a presente pesquisa, é necessário falar da fome. Afinal, na perspectiva de funcionamento do necropoder, submeter à fome, mediante a insuficiência do socorro público, é condição prática do exercício de “expor à morte”. (MBEMBE, 2003/2016, p. 123) No contexto relatado por Teófilo, em dezembro de 1877, o noticiário do jornal *Cearense* (6/12/1877) afirma, sobre o dia 6, no início do mês, que “até essa data n’este mez, elevava-se, já a 130” o número de mortos, sobretudo pela fome. Tratava-se de uma violência, que, diante da insuficiência da distribuição de alimentos, exerceu controle sobre a mortalidade e impôs o triste destino de emigrar como possível fuga para salvar a vida.

Na perspectiva de considerar a fome como fator de pressão sobre a decisão de ir embora, deve-se relembrar que, apesar da situação crítica em que o governo coagia os retirantes a emigrarem, não é possível afirmar que todos saíram de forma forçada. Esses sujeitos agiam em busca de soluções para sobreviverem. Nesse sentido, eles vislumbravam possibilidades de se estabelecerem e terem uma vida melhor em outras províncias.

As práticas migratórias em direção ao Norte já eram comuns desde meados do século XIX, com a ocorrência de diversos casos de cearenses emigrarem para aquela região do Império. No contexto, era evidente que as decisões dos migrantes dialogavam com um imaginário responsável por ressaltar as várias possibilidades de enriquecimento no Norte, considerado o “El Dorado” pela sua riqueza de biodiversidade na exploração de recursos, seja na extração de borracha nos seringais ou na enorme disponibilidade de terras férteis para a agricultura (CARDOSO, 2011).

No governo do presidente provincial João José Ferreira de Aguiar, entre novembro de 1877 e fevereiro de 1878, o relatório da autoridade, expedido na ocasião de sua saída da gestão, afirma que, durante o seu mandato, dentre os 11853 cearenses emigrados para diferentes províncias, “8304 procuraram abrigo nas do Amazonas, Pará e Maranhão”. Sobre o socorro a esses sujeitos nos locais de chegada, é dito que esses cearenses “teem sido acolhidos como verdadeiros irmãos e recebido a protecção e socorros a que lhes dá direito a sua infelicidade” (AGUIAR, 1878, p. 9).

Diversas denúncias, porém, contradiziam essa expectativa de abundância que supostamente os cearenses iriam encontrar em outras províncias. Anterior ao começo da gestão de Aguiar, já eram conhecidas acusações de situações de abandono vividas pelos migrantes. Em outubro, quatro dias antes à publicação do artigo jornalístico exposto anteriormente, no qual houve a defesa da emigração como última solução para caso faltasse o trabalho, o noticiário do dia 21 delatava a fome vivida pelos cearenses no Amazonas:

“os nossos infelizes comprovincianos expulsos do solo natal pelo flagello da secca, tem encontrado ali a fome e a miséria em vez da abundância que esperavam

E’ tempo ainda de suspender a grossa corrente de emigração que se tem estabelecido para aquella província”

(*Cearense*, 21/10/1877, grifo nosso).

A denúncia possibilita evidenciar que era conhecimento público a noção acerca dos riscos de esses migrantes continuarem vivenciando a fome em outras províncias. Ao mesmo tempo, o processo emigratório crescia cada vez mais. O próprio jornal *Cearense*, enquanto no dia 21 expunha a fome, no dia 25 defendia a saída como solução para a convivência com as multidões. O referido trecho permite questionar sobre como estavam sendo cumpridas as finalidades das políticas emigratórias, afinal, no caso citado, a medida não efetivou o suprimento das necessidades físicas dos famintos.

Segundo a acusação exposta, cearenses eram transportados para longe e, muitos deles, continuavam a sofrer com a fome na província do Amazonas. Logo, permite-se inferir que a emigração não representou uma salvação para todos, pois alguns migrantes permaneciam na mesma condição famélica vivida no Ceará. Nesse caso, para os governantes, a diferença, agora, seria que não iriam gerar mais incômodos na capital cearense.

Sobre os cearenses que emigraram ao Pará, eles viveram situações semelhantes aos seus compatriotas que foram em direção ao Amazonas. A dissertação de Francivaldo Nunes (2008), particularmente, reflete sobre as condições de existência desses sujeitos na Colônia Benevides, no interior da província, onde muitos cearenses vivenciaram condições de abandono. Segundo ele, as intenções do governo provincial do Pará de acomodar os cearenses em núcleos coloniais “não deveriam se resumir apenas a interesses humanitários”, no sentido de garantir os socorros públicos, mas residiam em “aliar os princípios humanitários à necessidade de se arregimentar grupos de trabalhadores para atuarem na atividade agrícola” (p. 117).

Nesse contexto, o autor indica que as autoridades paraenses tinham o propósito de incentivar a ida de cearenses para a província, onde era evidente uma demanda por mão de obra nos locais onde estavam sendo implantados os núcleos de Benevides, São José, Caeté e Bom Gosto. Com esse intuito, o governo provincial paraense organizou, desde setembro de 1877, a Comissão de Colonização, responsável pelo recebimento e pela “preocupação com o rápido estabelecimento dos migrantes nas colônias agrícolas”, de maneira justificada “não pelo interesse em prestar um bom acolhimento”, mas pela percepção de que “a presença de migrantes nordestinos em Belém teria como consequência a alteração da ‘ordem pública’”

(NUNES, 2008, p. 114).

Desse modo, com a finalidade de incentivar a ida e a permanência à Colônia Benevides, os governantes promoveram a distribuição de lotes de terra e de auxílios em forma de socorros durante os primeiros seis meses de chegada, quando os retirantes deveriam realizar o trabalho de limparem os lotes e começarem o plantio. Contudo, sobre as condições de vidas de muitos cearenses que se estabeleceram na Colônia Benevides, eles passaram a viver de forma muito distinta da promessa do governo.

Tanto a imprensa do Pará, conforme analisado por Nunes (2008), como também jornalistas do Ceará, ambos denunciaram situações de convivência com a fome, diante da insuficiência da distribuição de alimentos. Em 25 de outubro, o jornal Cearense dizia que os migrantes enviados para Benevides “estão passando por duras provações naquele lugar, onde, se não há seca há falta de tudo”. Descreve que a falta de socorro é generalizada, desde a habitação, “um lugar para agasalhar das intempéries”, até a insuficiência de “gêneros alimentícios” e a “falta de remédios para muitos que têm sido accommettidos de enfermidades” (*Cearense*, 25/10/1877).

É necessário lembrar, no momento em que os retirantes chegavam, eles já vinham de uma viagem bastante longa. Conviveram com a fome no êxodo pelos sertões, vivenciaram a falta nas precárias condições das embarcações rumo ao Norte. Quando alcançaram o seu destino, junto com a insuficiência de alimentos e remédios, encontraram espaços sem lugares para abrigá-los do clima estranho, o que, “D’ahi”, resultou “ficarem expostos a chuva e ao mau tempo”, pois não havia “uma barraca, uma cousa qualquer que [os] abrigue do tempo”. Nesse contexto, como ficariam aqueles que estavam em piores condições, famélicos e doentes?

“Cahiu uma chuva torrencial que pôl-os todos em miseravel estado, inutilizando parte de suas bagagens, e **agravando a moléstia de que sofriam alguns**, que d’aqui seguiram já em estado febril.”.
(*Cearense*, 25/10/1877, grifo nosso).

O trecho narra a situação vivida pelos retirantes que desembarcaram “na becca do tayasshuhy, para d’ahi seguirem por terra para a colônia”. No referido caso, esses migrantes chegaram em péssimo estado de saúde e ficaram desabrigados perante a grande chuva que ocorreu no local de recebimento. Como resultado, a situação piorou “agravando a moléstia de que sofriam alguns”, os quais, na sequência, “seguiram já em estado febril”, na direção da Colônia Benevides, onde supostamente receberiam o socorro.

O caso relatado, ainda em outubro, muito antes da chegada em massa de milhares

de cearenses, serve como um prelúdio para os tipos de situação que esses sujeitos iriam ser submetidos em Benevides. As autoridades prometeram oferecer recursos e lotes que possibilitassem o trabalho, mas o socorro público, em remédios e em alimentos, era insuficiente para suprir as demandas de todos.

Esse procedimento, como estamos vendo, foi responsável por possibilitar a fome e a doença, no “miserável estado” que se encontravam esses sujeitos, após longa viagem. Nesse sentido, entendemos que o projeto governamental possibilitou o trabalho de “expor à morte” (MBEMBE, 2016, p. 123), na submissão às péssimas condições de existência proporcionadas pelo *socorro público*, que produziram mortes por intermédio da permanência da subalimentação e do agravamento de moléstias.

Sobre a mortalidade de cearenses na Colônia Benevides, Nunes (2008, p. 117) expõe vários dados. Entre março de 1877 e abril de 1878, faleceram 111 cearenses, dentre os 12.438 que passaram a viver espalhados nos vários núcleos coloniais. A partir de abril de 1878, com a subida da gestão de José Júlio de Albuquerque Barros no Ceará, a emigração cresce bastante, com a chegada de 6.309 migrantes entre abril de 1878 e fevereiro de 1879. Até o final de 1878, o autor afirma que a população de cearenses na Colônia Benevides teria atingido aproximadamente 8000 retirantes, conforme os cálculos do Governo, expostos por Nunes.

Os números indicam que, diante das condições de lotação, a estrutura de socorros em alimentos, em cuidado médico e em alojamentos não conseguia dar conta das demandas de todos. O resultado foi a fome e a mortalidade. O mês de maio de 1878, particularmente, foi o mês que a colônia mais recebeu migrantes, com a chegada de 2335 novos colonos (NUNES, 2008, p. 117). Sobre as condições de recebimento desses sujeitos, o autor faz uma descrição da situação de insuficiência generalizada:

grande parte desses colonos acabava sendo amontoado em galpões sem quaisquer condições de moradia; [...] tendo que disputar não apenas o local de dormida, mas também a comida, quase sempre insuficiente para satisfazer a todos (NUNES, 2008, p. 117).

Ao mesmo tempo em que perdurava a fome e a falta de abrigo, centenas de cearenses, sobretudo as crianças, faleceram diante do acometimento de doenças. Nunes faz um levantamento referente ao período compreendido entre junho de 1878 e fevereiro de 1879, nos momentos de superlotação descritos, quando o Hospital de Caridade em Benevides não conseguia atender a demanda de todos. A partir de junho de 1878, os retirantes foram atingidos por epidemia de sarampo, responsável por levar ao óbito 70 crianças, somente no

mês de junho. De maneira simultânea, a varíola também fazia vítimas, de modo a matar 197 indivíduos até fevereiro de 1879. No total, segundo o estudo do autor, houve 377 óbitos de retirantes cearenses durante o período referido, somente na Colônia Benevides.

Certamente, se fôssemos observar a totalidade dos óbitos ocorridos no processo migratório, o número de mortos seria expressivamente maior. Entretanto, averiguar esses dados é uma tarefa bastante difícil, pois, a partir do momento em que os migrantes saem do Ceará, eles deixam de ser contabilizados pelos obituários locais. Desse modo, a verificação do conjunto de óbitos desses sujeitos, ainda de forma parcial, somente poderia ser feita a partir de um mapeamento dos seus destinos nos locais de chegada. À título de exemplo, embora não fossem aparecer nos jornais do Ceará, as mortes de cearenses emigrados poderiam constar nos obituários presentes nos jornais paraenses, como sugere Barboza (2013, p. 196).

Além da questão mais imediata sobre como os cearenses seriam tratados/socorridos em outras províncias, também é importante refletir sobre as condições em que esses sujeitos eram transportados nas embarcações. Afinal, os retirantes eram embarcados não no tratamento de passageiros, mas eram transportados quase como se fossem mercadorias, acomodados de forma precária “em porões ou mesmo convés de navios, onde a lotação era a regra, [...] à mercê do sol e chuva”, nas “mesmas embarcações que faziam as rotas comerciais de mercadorias e escravos” (BARBOZA, 2013, p. 133).

Desde 1877, era notória uma série de denúncias que acusavam crimes e ações autoritárias, por parte dos responsáveis pelos vapores. Na edição de 14 de setembro, por exemplo, em um tópico intitulado “Falta de Humanidade”, o *Cearense* afirmou maus tratos vividos em embarcação para o norte, relatando a violência no momento de embarque:

Quando os pobres emigrantes que em nº de 260 começavam a embarcar, o Sr comandante mandou levantar ancora, e partiu aceleradamente, sem atenção alguma aos desventurados que ficavam.
Muitos dos que se foram deixaram aqui esposos, paes, filhos & e sua bagagem na praia (*Cearense*, 14/9/1877).

A situação demonstra crueldade no trato com a vida e o bem estar desses sujeitos. No triste destino de terem que abandonar a pátria para viverem em climas distantes e desconhecidos, pais e filhos foram separados de maneira arbitrária, na qual o comandante do vapor olhava seus destinos “com uma frieza, com uma indiferença de bruto” (THEOPHILLO, 1922, p. 174), mesmo que a justificativa da emigração, como uma política de socorros fosse amparar os atingidos pela seca. Teófilo, em seu livro, relatou o caso, bem como afirmou ser comum ocorrerem cenas semelhantes: “continuava a emigração, e com ella a reproducção de

factos como o que acabamos de narrar”. O relato, portanto, indica ser bastante comum o uso da violência durante os momentos de embarque.

À 8 de novembro, o *Cearense* (8/11/1877), em artigo intitulado Facto horroso, expôs os crimes ocorridos em viagem do vapor *Ceará* com direção ao Pará. Em diálogo com o noticiário do jornal *Diário do Grão Pará*, que acusa o comandante da embarcação, o “Sr. Alcoforado”, de ter violentado mulheres retirantes, o *Cearense* publica uma “carta escripta do Pará por uma Sra. Respeitável que teve a infelicidade de ser passageira”, na qual ela “narra minuciosamente os factos” , isto é, as transgressões de autoridade, acontecidos durante o referido percurso. A partir da carta, é possível perceber, com detalhes, várias práticas de violência: desde a prevaricação no trato com a alimentação dos migrantes, até o assédio e o estupro em relação às mulheres.

A remetente afirma que presenciou cenas horríveis, nas quais “muitas infelizes moças foram violentadas”. Segundo ela, o comandante e os seus subordinados pediam aos pais das moças para “as conduzirem aos camarotes afim de melhorarem”, de modo que “por lá passavam á noite”. De manhã, afirma-se que “essas desgraçadas voltavam mergulhadas no mais doloroso pranto”, o que indica terem sofrido violência sexual por parte daqueles algozes.

A prática, segundo é dito, era bastante recorrente, já que “o commandante e seus subordinados continuavam a ir todos os dias, ás 6 horas da tarde, ao convez para levarem as pobres raparigas aos camarotes”. Além disso, também era habitual o assédio, no qual essas autoridades lhes dirigiam “perguntas e pilhérias atrevidas a senhoras casadas, solicitando-as”. Portanto, na referida travessia, assédio sexual e estupro de mulheres retirantes, em condições de vulnerabilidade, eram fatos cotidianos. Nessa perspectiva, o próprio espaço das embarcações deve ser pensado como um espaço de soberania, de perpetuação de hierarquias, responsáveis por reproduzir violências e ocasionar situações de humilhação.

Além do abuso de autoridade, é notório o abandono, expresso na insuficiência da alimentação destinada aos socorridos, ao ponto em que ocorressem mortes daqueles que estivessem em piores condições. Vale lembrar que “o retirante, onde quer que chegasse, era quasi sempre um homem enfermo” (THEOPHILO, 1922, p. 108), isto é, estava em situação deteriorada de saúde, já que realizara a travessia emigratória dos sertões para os litorais ao mesmo tempo em que convivia com a fome.

Desse modo, no momento em que embarcavam nos vapores, já estavam esqueléticos pela fome e potencialmente doentes. Apesar disso, mesmo que esses indivíduos estivessem em condições de vulnerabilidade fisiológica e necessidade famélica à bordo do navio, era parca a distribuição de socorros. A mesma carta referida anteriormente, além de

denunciar a violência de gênero, descreve como ocorria a alimentação dos retirantes:

comendo pela manhã uma bolacha gorgulhenta com um pouco d'água tinta adoçada e isto só chegava para os mais espertos e já pela tarde um pouco de carne aferventada n'água e sal, e isto tudo em mui pequena quantidade, a ponto de ter succumbido a fome um pobre velho (*Cearense*, 8/11/1877).

O trecho evidencia a escassez de comida a bordo, insuficiente para atender as centenas de retirantes dentro da embarcação. Ao que indica a fonte, a alimentação era realizada uma vez por dia, com “um pouco de carne aferventada n'água e sal, e isto tudo em mui pequena quantidade”. Para obter algo a mais que isso, a referida “bolacha gorgulhenta com um pouco d'água tinta adoçada”, seria preciso que os migrantes elaborassem estratégias, pois o minguido a mais “só chegava para os mais espertos”. Em vista disso, pode-se inferir que, mesmo perante a privação, esses sujeitos buscavam soluções que aumentassem a sua chance de sobrevivência.

Nesse contexto, a remetente destaca que a carência nutricional era tanta, “a ponto de ter succumbido a fome um pobre velho”. Desse modo, é necessário evidenciar que os transportes desses sujeitos nas embarcações, ao mesmo tempo em que foram realizados mediante o abuso de poder por parte das autoridades, caminharam lado a lado com a fome e, por conseguinte, resultaram em mortes de migrantes, longe de ministrar a esses mortos o socorro público em outras províncias.

Diante dessas questões, é necessário questionar sobre como a emigração foi aliada do aumento da mortalidade de retirantes, é preciso “falar da mortandade, em decorrência da emigração”. Afinal, além de serem sujeitados à fome, era preocupante o estado de saúde desses sujeitos como um todo, com enorme potencialidade de ocorrerem mortes. De todas as situações aflitivas vividas pelos migrantes, mais do que a travessia penosa pelas estradas interior ou que a “falta de abrigo e a deficiência de ração na capital”, Teófilo argumenta que, dentre essas crises, aquela que “parece de consequências ainda mais funestas, é a emigração a que eram forçados, no estado de enfraquecimento, de prostração em que se achavam” (THEOPHILO, 1922, p. 166).

Observando o relato do farmacêutico, permite-se evidenciar que não era inusitada a noção de que era uma péssima ideia transportar esses indivíduos nessas condições de fragilidade. Era bastante plausível inferir que eles pudessem morrer durante a travessia. O autor, em suas estimativas, afirmava que “talvez nem dous terços suportassem os incomodos da viagem e a mudança de clima” (p. 166). Apesar disso, contudo, “continuavam

a emigração”, pois “as inúmeras perdas de vida não a embaraçavam” (p. 198). Mesmo diante de possíveis mortes, a política emigratória não cessou. Muito pelo contrário, teve cada vez mais incentivo. Nessa conjuntura, como o governo lidou com essas questões?

Observando a fala do presidente provincial José Júlio de Albuquerque Barros, expedida em novembro de 1878, é possível inferir que o próprio presidente tinha conhecimento da noção de que era uma péssima ideia transportar contingentes enormes de famintos em barcos para lugares distantes, já que eles poderiam morrer nas travessias ou no local de destino. Em determinado trecho, ele afirma que “onde quer que o destino levasse 400,000 indigentes, [...], pela maior parte enfermos, ou invalidos, elles pereceriam á fome” (BARROS, 1878, p. 42), o que demonstra o conhecimento dos riscos e potenciais mortes envolvidas na emigração. Nesse sentido, as palavras da presidência assumem a conivência com a possibilidade de esses sujeitos, em péssimo estado de saúde, morrerem durante o processo migratório.

Independente dos riscos conhecidos e das possibilidades de mortes, a justificativa da autoridade para a continuidade do processo migratório é que, diante da impossibilidade de alimentar a todos, “os interesses da ordem e da saúde pública que sofriam com as grandes aglomerações, [...] determinaram a facilitar a saída para fora da província”. (BARROS, 1878, p. 42). As demandas da ordem pública, por um lado, se referem às necessidades de controlar possíveis revoltas e manter o status quo, enquanto os interesses da saúde pública condizem às exigências de isolar as aglomerações, consideradas vetores de doenças.

Portanto, objetiva-se isolar ou enviar as multidões para longe, com a pretensão de preservar os habitantes das cidades dos possíveis riscos de morrerem por doenças, tal como morriam os retirantes, ao mesmo tempo em que se protegia a propriedade privada de um iminente levante causado pela fome. Nesse sentido, o projeto de facilitar a saída de cearenses da província deve ser enquadrado dentro do conjunto de práticas de isolamento empreendidas pelo governo provincial, que ia desde a construção dos abarracamentos em Fortaleza até o empreendimento da Estrada de Ferro de Baturité. Por isso, continuava a emigração. As mortes não a impediam. As necessidades de controle justificavam as práticas emigratórias, mesmo que elas pudessem aumentar a mortandade de retirantes.

Desse modo, mesmo com o conhecimento claro acerca do risco de morte para os emigrantes, o governante não cessou a concessão de passagens. Muito pelo contrário, com a pretensão de aumentar o controle, criou a Comissão de Emigração, responsável por “alistar os indigentes que quizessem emigrar para fora da província, de dar-lhes agasalho juncto ao porto, de fornecer-lhes alimentação e roupa, e de facilitar-lhes o embarque”. (BARROS, 1878,

p. 48). Portanto, investiu na organização cada vez mais eficiente do projeto emigratório, em vistas de retirar das cidades a presença de milhares de retirantes.

Deve-se lembrar, nesse sentido, que o território é a mediação espacial do poder, perpassada por dimensões simbólicas e culturais, que resulta numa “apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos” (HAESBAERT, 1997, p. 42 APUD HAESBAERT, 2010, p. 94). Como destaca Foucault (2008), é sobre o território que a soberania é exercida, onde ela exerce domínio sobre a circulação e, no caso de poderes biopolíticos e disciplinares envolvidos, sobre a produção do corpo e os processos de vitalidade. Para nós, no recorte da necropolítica, objetiva-se pensar como, no território, é construído um domínio sobre a mortalidade. Afinal, deixar viver e fazer morrer envolve uma relação com o espaço: quem poderia viver na cidade dos civilizados?

Para Achille Mbembe (2003/2016), certamente, a necropolítica envolve uma relação com o território, na qual o poder soberano institui a “apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico” (p. 135), de maneira que a inscrição do necropoder no espaço deve ser entendida como a territorialização do poder e da capacidade de “ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p. 123). Na medida em que essas questões fizeram parte das perguntas de investigação, cabe indicar as “respostas” evidenciadas pelas fontes aqui analisadas.

Com efeito, no contexto estudado, observou-se que a emigração foi empreendida de forma bastante autoritária, mediante a coerção pela fome. Entendemos que, quando governantes exerciam pressão sobre a saída de milhares de retirantes, faziam isso diante da constatação sobre quem são aqueles que “podem viver” no espaço da cidade: a “população fixa”, que deve se proteger das multidões. Desse modo, salvaguardar o território significava expulsar os retirantes, mesmo que, para isso, fosse preciso submetê-los à fome e à violência.

Ao todo, o governo do presidente Barros providenciou a emigração de “23509 pessoas, sendo 15165 para o norte e 8341 para o sul, no período compreendido entre abril de 1878 a junho de 1879”. (BARROS, 1880, p. 66). Durante toda a seca de 1877, apesar de todas as denúncias de maus tratos e a própria noção de que transportar milhares de retirantes em péssimas condições poderia levá-los à morte, o projeto emigratório teve continuidade. Independente das conhecidas situações de violência, fome e mortalidade, a emigração permaneceu como política de Estado. Cabe, na sequência, refletir sobre como essas tendências em expulsar as multidões do espaço urbano, sem considerar os riscos fatais envolvidos no processo, influenciaram a aplicação das práticas emigratórias nas próximas estiagens.

Na seca seguinte, iniciada em 1888, permanece o mesmo debate referente à como

impedir as aglomerações de retirantes. Para os abastados, a experiência de 1877-79 serve como referência. A memória da convivência forçada com os famintos, do medo da rebelião, e da aflição causada pela epidemia de varíola, essas lembranças aparecem como o ponto de partida na discussão sobre o que fazer diante da seca:

Agglomeração

[...]

Essas acumulações de gente falta de todos os recursos não de produzir os mesmos efeitos tristes e deploráveis, que tivemos a infelicidade de observar nos anos de 1877 a 1879, **por isso é da maior conveniência que o governo procure providenciar no sentido de evital-as**, para não serem reproduzidas aquellas horrorosas scenas de peste e miserias que tantas vidas arrebataram (*Cearense*, 16/11/1888).

Desse modo, ao surgir da nova seca, o ponto central do debate não é como socorrer os famintos, mas sobre o que se deve fazer para impedir as aglomerações, consideradas causadoras de inúmeros males. A solução demandada para a situação é bastante semelhante à da seca anterior: trabalho para os retirantes e, caso falte o trabalho, transportá-los em barcos para outras províncias! O editorial do dia 18 de novembro evidencia com bastante propriedade como o *Cearense* coloca suas demandas:

Em taes conjuncturas, **para evitar as agglomerações de retirantes**, e as deploraveis consequencias que necessariamente devem acarretar, **parece-nos indispensavel: - ou desenvolver [...] os serviços que forem compatíveis com os nossos recursos de que dispomos**, no intuito de não deslocar-se a população, que é o principal factor da existencia, da prosperidade e riqueza da provincia: **ou facilitar a emigração por mais repugnante, pungente e dolorosa que seja tal medida**, com tanto que se deixe ao emigrante a liberdade de ir para o sul ou para o norte do imperio. (*Cearense*, 18/11/1888)

A proposta do jornal é que o governo realize obras nos interiores, para, assim, evitar a migração às cidades litorâneas. Desse modo, propõe a construção do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, o prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral, bem como a execução de obras consideradas necessárias de acordo com cada localidade. Essas medidas são consideradas pertinentes pelo jornal, pois, teoricamente, impediriam as aglomerações nas cidades, ao mesmo tempo em que garantiriam os caminhos do progresso. Como última saída, convinha “facilitar a emigração por mais repugnante, pungente e dolorosa que seja tal medida”.

Contudo, no decorrer da seca, não foram essas as ações que o governo provincial adotou como prioridade em busca de impedir os livres movimentos das multidões de migrantes. Na contramão das intenções dos liberais, o presidente provincial Antônio Caio da

Silva Prado aperfeiçoou a prática da emigração, sobretudo para o sul, colocando-a como prioridade no que tange às políticas de socorros públicos. Certamente, não se deve dissociar a diretriz governamental da conjuntura de abolição da escravatura em 1888, pois, no referido contexto, segundo Morais (2003), a campanha emigratória para o sul estava relacionada com a urgente necessidade de substituir a mão de obra escravizada nos cafezais.

Nesse sentido, ao passo que o governo relegou ao segundo plano as medidas propostas pelo *Cearense*, o jornal realizou ferrenha oposição, de modo a denunciar as ações autoritárias e violentas envolvidas na emigração, ocorrida muitas vezes de maneira forçada. Para a presente pesquisa, com o intuito de evidenciar as práticas de controle e genocídio por parte do Estado, serão utilizadas essas denúncias, com a finalidade de expor a política governamental.

Entre dezembro de 1888 e janeiro de 1889, quando já existia uma acentuada corrente migratória de sertanejos para o litoral, o jornal *Cearense* denuncia que a política emigratória, organizada pela gestão de Caio Prado, estava enviando os retirantes de maneira forçada para as províncias do sul do Império, enquanto os migrantes, segundo o *Cearense*, prefeririam seguir a corrente migratória para as províncias do Norte, provavelmente por terem noção de que, caso fossem para o sul, iriam trabalhar no mesmo regime que os ex-escravizados. Em artigo intitulado “Emigração”, o jornal afirma que ela era imposta pelo governo provincial:

E dizemos expatriação forçada, porque desde que **o governo colloca nossos infelizes irmãos no terrível dilemma – morrer a fome aqui, ou seguir para o Sul** – desde que nega-lhes passagem para a região amazonica unica para onde quasi todos desejam seguir, **é facil de concluir logicamente que força-os a expatriarem-se para o Sul.** (*Cearense*, 18/1/1889).

Nesse viés, acusa que a distribuição de socorros era insuficiente para atender a todos, de maneira em que a fome exerceu pressão para obrigar cearenses a saírem da província. Até então, situação bastante semelhante à da seca anterior. Contudo, nesse caso, as autoridades não permitiam aos cearenses escolherem seu local de destino, na medida em que impunham, como única opção, emigrarem para as províncias do Sul, para substituírem os escravizados. Portanto, expõe-se o dilema: “morrer a fome aqui, ou seguir para o sul”.

O cerceamento da liberdade não ocorreu simplesmente pela coerção de saída a um destino forçado, mas também foi produzido pela criação de novas instituições de controle, como a Hospedaria Cearense de Emigrantes, em Fortaleza. Tratou-se de um estabelecimento aonde seriam recebidos e socorridos os retirantes, e, na sequência, encaminhados para as

embarcações com direção a outras províncias. Contudo, segundo as denúncias, a partir desse instituto que a emigração forçada iria ser organizada. Quando fala em “expatriação forçada”, o *Cearense* delata que o socorro só é permitido para aqueles que aceitam embarcar para o Sul:

quando alguns dos infelizes recusam alistar-se para aqueles portos [...] não tem ingresso no asylo, porque é esta a ordem do presidente da provincia!

E, coitados, porque se não sujeitam a vontade de um despota, **ficam privados do pão e abrigo que só aos alistados para o Sul concede o Sr. Caio**. E é com factos desta ordem que se pretende illudir a opinião publica, que quer o governo da provincia fazer crêr que os infelizes não são coagidos a embarcar? (*Cearense*, 20/1/1889).

Portanto, a denúncia do jornal consiste na ideia de que o socorro público, organizado pela Hospedaria Geral de Emigrantes, só poderia ser acessível mediante a aceitação da emigração para o sul. A entrada na instituição só seria permitida para aqueles que aceitassem o destino imposto. Por conseguinte, aqueles que não se submetem são expatriados para o sul, “ficam privados do pão e abrigo que só aos alistados para o Sul concede o Sr. Caio”. Tal acusação, entretanto, é recusada pelo governo provincial, que afirma, em telegrama enviado para o gabinete imperial¹⁵, que os retirantes preferem se dirigir ao sul. Em resposta a esse telegrama, o *Cearense* afirma que “S. Exc. é que força-os a isso. E força-os só concedendo entrada no asylo aos que se alistarem para aquellos portos” (*CEARENSE*, 20/1/1889)

No caso desses sujeitos que se recusam a embarcar para o sul, o jornal afirma que “vivem, mortos de fome, a mendigar de porta em porta um pedaço de pão, porque... se recusaram a embarcar para o Sul!”. Desse modo, longe de ministrar o socorro aos pobres, a instituição produz a fome e, junto com ela, as condições de “expor à morte”. Nesse sentido, evidencia-se que, na situação visada, os momentos de pós-abolição da escravatura culminaram na intensificação da violência direcionada aos pobres livres. Para os retirantes atingidos pela seca no Ceará, significou a mobilização da fome como recurso para garantir o reabastecimento de mão de obra nos trabalhos outrora exercidos pelos escravizados.

Da mesma forma, não é somente a entrada na Hospedaria que é condicionada pela aceitação em ir pelo sul, mas também a permanência em suas dependências. O noticiário do dia 23, por exemplo, afirma que 300 retirantes, já alojados na Hospedaria, ao se recusarem a embarcarem para o sul, “forão despedidos e dispersados, afim de não attrahirem a attenção

¹⁵ A presente pesquisa não teve acesso ao documento na íntegra como fonte de pesquisa. O telegrama em questão é citado pelo noticiário do *Cearense* (20/1/1889), que o refere como “telegramma enviado ao governo geral pelo Sr. Caio, publicado no *Diario Official* de 20 de Dezembro do anno passado”.

dos visitantes do azilo” (*Cearense*, 23/1/1889). Em síntese, eles foram expulsos e ficaram privados da distribuição de alimentos. Portanto, na finalidade de exercer o controle, relegou-se a seguinte opção aos retirantes: “embarcar para o sul ou morrer de fome no Ceará”.

Além das condições de entrada e permanência, a saída da Hospedaria também é rigorosamente controlada. Bastante emblemático é o caso exposto pelos noticiários do dia 24 e 25 de janeiro, que relatam uma situação na qual os parentes de retirantes buscaram realizar um contato com seus familiares que estavam dentro da instituição. A intenção era convidá-los para morarem no Amazonas, onde afirmavam terem recursos financeiros que possibilitassem sua estadia. Contudo, segundo a denúncia do *Cearense*, o acesso à hospedaria foi proibido, de tal maneira que não conseguiram contato com os familiares, sendo necessário pedirem um Habeas Corpus para os seus familiares, vide documento publicado na edição do dia 25:

Illm. Sr. Dr. Juiz de Direito da 2a vara.

Manoel Antonio de Britoo, cidadão Brasileiro, morador nesta capital, vem requerer a V. S., na conformidade do Art. 340 do Cod. do Processo Criminal, uma ordem de habeas-corpus em favor de Francisco Alves dos Santos e sua mulher, Maria da Conceição, que se acham detidos no Asylo de Mendicidade, para embarcarem em um dos vapores que se acham, no porto, com destino ás províncias do sul, por ordem da Presidencia da Provincia.

Tendo os detidos irmãos e outros parentes na província do Amazonas, têm recursos fornecidos para estes para se transportarem áquella provincia; mas acontece que querendo o supplicante avisal-os da existencia de taes recursos e chamados de seus parentes, dirigiu-se aquelle estabelecimento onde seu ingresso foi prohibido, não se consentindo que falasse com esses infelizes, illegalmente retidos.

E como os mencionados Francisco Alves dos santos e sua mulher Maria da Conceição estejam soffrendo constrangimento illegal em sua liberdade, o supplicante vem impetrar de V. S. uma ordem de habeas corpus em favor dos mesmos detidos.

O supplicante jura ser verdade tudo quanto allega [...]

E. R. Mcê.

Fortaleza, 22 de janeiro de 1889. (*Cearense*, 25/1/1889)

Segundo o documento, os familiares foram “illegalmente retidos”, de tal maneira que o estabelecimento agiu “não se consentindo que falasse com esses infelizes”. Desse modo, o Habeas Corpus afirma que os retirantes detidos, Francisco Alves dos Santos e Maria da Conceição sofreram “constrangimento ilegal em sua liberdade”. O resultado dessa história, segundo o noticiário do dia 24, foi que “depois de percorrer o estabelecimento verificou o peticionário já não se acharem alli os parentes, por terem embarcado para o sul no vapor alagoas”. Desse modo, o jornal acusa uma violação das liberdades constitucionais, na medida em que os referidos migrantes ficaram presos no estabelecimento, sem possibilidade de realizar comunicação com seus familiares.

Para além da proibição de saída da Hospedaria, devem-se observar também as condições em que ocorriam os embarques com destino às províncias do sul. No dia 21 de janeiro, o “honrado Sr. Conselheiro Rodrigues Júnior”, deputado na Assembleia Provincial, junto com “mais alguns distintos cidadãos”, foi observar como eram as circunstâncias de embarque no vapor Alagoas, organizadas a partir da Hospedaria Geral de Emigrantes. O noticiário do *Cearense*, publicado no dia seguinte, expôs, a partir da referida vistoria, que o embarque de centenas de retirantes ocorreu mediante escolta policial:

Egual numero de infelises exilados pela fome, pouco antes, ao alvorecer do dia, já tinham passado e estavam accumulados no extremo do immenso e negro viaducto, a cuja entrada estava uma força de 47 praças de linha, que a guardava sob o commando de um alferes, ao lado do qual eram, como em reforço, o ajudante de ordens da presidencia e o commandante do corpo de policia!

[...]

Ficou hontem, portanto, manifesto aos olhos de todos [...]:

Que é forçada a emigração para as provincias do sul,

[...]

Que os emigrantes reclusos, sem liberdade de sahirem da Hospedaria official, são conduzidos escoltados até o porto, donde com soldados á vista são mettidos em lanchões que os transportam para bordo (*Cearense*, 22/1/1889).

Na situação, a função da polícia era garantir a ordem no momento de embarque. A força de 47 praças sob o comando de um alferes, junto com a presença de outras autoridades, como o ajudante de ordens da presidência e o comandante do corpo de polícia, essas autoridades deveriam assegurar que as centenas de sertanejos fossem efetivamente transportados com destino às províncias do sul. Além do rigoroso controle da entrada, da permanência e da saída da Hospedaria de Emigrantes, o uso desse aparato policial demonstra como o uso da força se estende ao momento de entrada à bordo dos vapores.

Em suma, segundo os relatos, o processo de emigração ocorreu por intermédio de um amplo controle territorial, com a divisão do espaço em distritos de segregação, em busca de exercer domínio sobre os movimentos das multidões de retirantes. Começa desde a entrada na Hospedaria Geral de Emigrantes, quando sertanejos são admitidos somente sob a condição de emigrarem. Durante a estadia, segundo as denúncias, ficam reclusos, sem poderem sair. Por fim, no momento de embarcarem nos vapores, são escoltados por grande contingente policial, com o objetivo de que, por um lado, sejam evitadas tentativas de revolta, e, por outro lado, para que de fato sejam embarcados nos vapores. Desse modo, evidencia-se praticamente um processo de deportação desses cearenses, com a finalidade de substituírem os escravizados nos locais com demanda por mão de obra.

O governo relega a liberdade desses sujeitos ao segundo plano, colocando em prática um amplo processo de controle sobre a vida desses indivíduos, em busca de dificultar a livre permanência no território da cidade. O espaço urbano é permitido não aos pobres, que iriam “sujar” o espaço e trazer perigos, mas é destinado ao usufruto por parte do conjunto de profissionais liberais, proprietários e autoridades que compunham a “população fixa” de Fortaleza. Isso demonstra uma relação de soberania com o território, em que claramente é ditado quem são aqueles que têm o direito de “poder viver” (MBEMBE, 2016, p. 123) no espaço da cidade.

Essa forma de ocupação do espaço que delimita aqueles que podem permanecer dentro da fronteira da cidade condiz com a produção de hierarquias entre diferentes categorias de sujeitos. Nesse caso, a soberania se baseia em “definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” e acaba por inscrever o conjunto de relações sociais no território, indicando quem são aqueles que não podem viver nele. Nesse viés, os retirantes deveriam ir embora, mesmo que isso significasse lhes dirigir a violência e os expor aos riscos de morte.

Até mesmo os jornais, que criticam o governo provincial, também não o fazem por considerações humanitárias em salvar a vida dos migrantes. É necessário ver com atenção o teor das denúncias expostas pelo *Cearense*, em acusação ao governo de Caio Prado. Certamente, as diversas reportagens aqui expostas em muito contribuem para evidenciar as práticas autoritárias do governo, mas devemos encarar os objetivos por trás da campanha difamatória conduzida pelo jornal. Afinal, mais do que conduzir uma preocupação humanitária, utiliza-se o sentimento de penúria em relação às condições de privação de liberdade vividas pelos migrantes para, assim, alcançar os interesses do partido liberal, em oposição ao governo provincial. É preciso, portanto, questionar: quais são os interesses por trás das séries de denúncias?

Por um lado, considera-se o projeto emigratório desvantajoso para a província, na medida em que implica a saída de mão de obra considerada útil ao progresso da província. Em contrapartida, a proposta dos liberais é utilizar o trabalho dos retirantes em obras públicas nos interiores, com a pretensão de aproveitar o flagelo para a produção econômica e fixar o povo nos seus locais de residência, de maneira a impedir as aglomerações nas cidades.

Por outro lado, sobre a crítica à emigração para o sul, em que se acusa o governo de dirigir forçosamente os retirantes para lá, deve-se observar como a questão também é motivada por fatores econômicos, nos quais se considera a emigração para o norte como geradora de menores prejuízos para a província. Desse modo, defende-se a migração de

retirantes para o norte, não pela atenção ao “livre arbítrio” desses sujeitos, mas por considerá-la a opção mais rentável para as finanças do Ceará. Em alinhamento com essas finalidades, o artigo intitulado “Emigração”, publicado pelo *Cearense* em 13 de janeiro de 1889, expõe uma série de argumentos em defesa da emigração para o norte.

No referido artigo, são evidentes argumentos que contradizem a campanha que o *Cearense* fez anteriormente, em 1877, quando criticava a emigração para as províncias do Norte. Na seca anterior, falava-se que os cearenses seriam escravizados nos seringais. Agora, no momento em que objetivam atacar a emigração para o sul, dizem, sobre o norte, que é a “região a mais rica do império e do globo, é também a mais despovoada e que maiores fontes de riqueza offerece ao emigrante”. Afirmam que, após se estabelecerem no norte, os migrantes podem voltar ao Ceará, em condições de “uns ricos, outros quasi ricos”.

Dessa maneira, enquanto, no passado, o *Cearense* expôs o abandono que viviam os retirantes no Amazonas e no Pará, agora buscam construir uma imagem de abundância e riqueza para a região. A argumentação, porém, não para por aí. Os próximos argumentos, inclusive, permitem evidenciar os maiores interesses por trás da campanha a favor da emigração para o norte. Segue trecho:

4º Porque emigrados para o norte tem a provincia a esperança de vel-os voltar, terminada aqui a crise a seus lares patrios, uns ricos, outros quasi ricos e finalmente todos arrançados para restaurar as forças depauperadas da provincia e reestabelecer as finanças com vantagem.

[...]

6º Porque o dispendio feito pelo Estado com passagens para o norte é muito inferior ao feito com passagens para o sul, isto é, si para fazer chegar ao colono ao sul o Estado precisa gastar 10, para fazel-o chegar ao norte basta gastar, talvez, apenas 5 ou 6 (*Cearense*, 13/1/1888).

Analisando o trecho, é possível constatar que o envio de retirantes para o norte é mais cômodo por dois motivos: é mais barato do que enviar para o sul, pois a distância é menor, bem como, por ser uma localidade mais próxima do Ceará, permite com que os cearenses retornem com mais facilidade após o fim da seca. A partir disso, é possível concluir que o posicionamento do *Cearense*, em oposição à emigração, tanto de maneira geral como especificamente para o sul, reside na constatação de que economicamente a emigração é prejudicial para a província, pois, assim, o Ceará perderia trabalhadores aptos a levar a província ao progresso.

Portanto, a crítica à emigração não é feita pelo interesse humanitário de proteger os cearenses da expatriação, do abandono ou da fome. Pelo contrário, ela é norteada pela noção de que o desterro do migrante significaria fuga de trabalhadores braçais, ao que

acarretaria prejuízo financeiro. Por isso, na situação em que a emigração seja inevitável, prefere-se a saída para o Norte, diante da consideração de que, se os cearenses se dirigirem àquela região, o processo sairá mais barato e eles poderão voltar para o Ceará em breve.

Enquanto política de Estado, a emigração aparece como proposta para reduzir as aglomerações, altamente indesejadas pela opinião pública. Desde 1877, ela continua, mesmo com a grande exposição de denúncias de maus tratos aos cearenses migrantes. Apesar de ela ser sugerida como política de socorros, é evidente que essa prática visa não ao cuidado com o bem estar dos migrantes, mas ao favorecimento dos interesses daqueles que desejam se afastar das multidões de retirantes, consideradas perigosas pelos mais variados motivos. Ela visa a um desejo de apartheid, mesmo que signifique a expatriação e o abandono para esses sujeitos. Como resultado, é permissiva com os maus tratos em relação aos migrantes.

Na seca seguinte, em 1888-89, mesmo sendo conhecidas as situações degradantes vividas anteriormente, o governo incentiva e investe na prática da emigração, aperfeiçoando seus mecanismos de controle, com uso rigoroso da polícia para cercear as liberdades dos migrantes, muitas vezes sujeitando-os à fome, caso recusem a emigração. Desse modo, novamente, a emigração parece estar alinhada com um desejo de apartheid, que visa expulsar as aglomerações, sem limitar o uso da força e do autoritarismo para alcançar esse objetivo. Até mesmo a imprensa opositora ao governo, quando critica as arbitrariedades envolvidas no processo, é por considerar os prejuízos econômicos advindos da emigração, ao invés de considerar sumariamente o bem estar dos migrantes.

Em suma, o projeto emigratório aparece como saída para diminuir a quantidade de retirantes no espaço da cidade, enviando-os para bem longe, com a finalidade de que não gerem incômodos aos qualificados na cidade. Nesse sentido, evidencia uma relação soberana com o espaço, onde ele é destinado para a ocupação de sujeitos específicos, em detrimentos de outros, considerados indesejados.

Essa relação deve ser compreendida pela ótica da necropolítica, na medida em que institui a vida dos migrantes como se fossem de menor valor. Por isso, mesmo que o processo de saída fosse permeado por uma série de riscos e por várias incertezas, o projeto seguiu adiante, pois o destino dessas vidas, muitas vezes consideradas “descartáveis”, era menos importante do que a salvação daqueles que viam nas aglomerações o perigo.

Observando as práticas governamentais como um todo, é pertinente constatar que a emigração realizou o afastamento de dezenas de milhares de retirantes durante as referidas secas. Mas, para o caso daqueles sujeitos que resistissem e permanecessem ocupando o espaço da cidade, as autoridades tinham outras resoluções para eles, inclusive mais nocivas.

Nesse sentido, os próximos capítulos da segunda parte da Dissertação visam analisar a construção dos abarracamentos como dispositivos de isolamento, responsáveis por influenciar de forma decisiva a mortalidade. Num primeiro momento, será visado o caso da epidemia de varíola de 1878. Na sequência, será analisado como a morte de retirantes pelas mais diversas enfermidades foi uma constante, desde os abarracamentos de 1877 até a criação do campo de concentração em 1915.

5. MORTALIDADE E NECROPOLÍTICA: DESEJO DE APARTHEID NA EPIDEMIA DE VARÍOLA DURANTE A SECA DE 1878

Acaba-se o resto da população, porque cresce o flagelo com uma fúria pasmosa, e a administração da província deixa correr tudo ao abandono!
(*Constituição*, 14/11/1878)

O período de maior mortalidade, em um curto espaço de tempo, certamente ocorreu nos meses finais de 1878, em que vigorou a epidemia de varíola, responsável por matar centenas de pessoas diariamente nos meses de novembro e dezembro. A partir de outubro, mais do que no ano inteiro, a morte assolou o cotidiano. Pois, principalmente nesse momento, as mortes deixaram de se restringir quase que somente aos retirantes e passaram também a atingir em grandes números os abastados.

O ápice da varíola ocorreu em dezembro, quando “foi de 500 a média de óbitos por dia em Fortaleza”, segundo o Barão de Studart (1909/1997, p. 45). A ocasião de maior mortalidade foi o “dia dos mil mortos” (8/12/1878). Nesse dia, Studart afirma que 1008 cadáveres foram enterrados no cemitério da Lagoa Funda, enquanto muitos outros não eram contabilizados, pois morriam abandonados e insepultos nas ruas e nos arredores da cidade.

O referido episódio é bastante divulgado na atualidade por jornalistas e professores historiadores, mas, se observarmos o conjunto das mortes, infelizmente, será possível constatar que esse dia não foi uma exceção, mas o ápice de um obituário crescente responsável por matar centenas de pessoas diariamente. Em novembro, segundo a imprensa conservadora, já chegavam a morrer até 600 pessoas em único dia e mais de 800 em vários dias de dezembro. No total, segundo Studart (1909/1997, p. 9), morreram em Fortaleza, durante o ano de 1878, 57.780 pessoas, pelas mais variadas moléstias e pela fome. Inscrito nesse quadro mais amplo de obituário, 24.844 foi o número de vítimas da varíola.

No presente capítulo, pretende-se analisar a experiência de convívio com a mortalidade causada pela varíola sob a perspectiva de que a morte de milhares de retirantes empobrecidos tenha se tornado algo banalizado no cotidiano. Precisamente, objetiva-se refletir sobre o contexto observando-o como uma experiência *Necropolítica* (MBEMBE, 2003/2016), no sentido que as camadas aburguesadas que faziam parte “população fixa” tenham demandado a sua sobrevivência, como pauta mais importante do que a salvação dos retirantes pobres. Desse modo, tanto a prática governamental como também os discursos

jornalísticos se destituíram de preocupação humanitária durante os momentos mais críticos da epidemia, de maneira a influenciarem no crescente obituário de retirantes.

Compreende-se que as políticas de socorros realizadas durante a gestão de José Júlio de Albuquerque Barros e a opinião pública expressa pelos jornais não tinham como prioridade impedir a mortalidade do contingente de migrantes que habitavam Fortaleza, mesmo que eles morressem aos milhares, mensalmente, desde o começo do ano de 1878. Ao contrário, a “opinião pública”¹⁶, evidenciada tanto pela imprensa conservadora e liberal, como pelos discursos dos governantes, esteve alinhada na necessidade, considerada urgente, de impedir o contágio variólico à “população fixa”, ao passo que definia como principal objetivo da gestão provincial o afastamento dos grupos de retirantes para longe do “coração da cidade”.

Trata-se de uma tendência das práticas e dos discursos da *Comunidade de Semelhantes* (MBEMBE, 2017), composta por vários sujeitos – comerciantes, letrados, profissionais liberais e autoridades públicas – que repercutiram medos comuns em relação aos retirantes adventícios em Fortaleza. Apesar da radical oposição política entre os jornais conservadores e o governo liberal, é notável haver semelhanças em suas ações, pois esses grupos, desde o começo, demandaram atitudes com ênfase no controle e no isolamento dos retirantes.

Durante toda a vigência da seca, a preocupação dos abastados era a de se afastar do contato com a multidão retirante, considerada “a causadora de tantos insustentáveis sofrimentos” (MBEMBE, 2017, p. 73), nos quais se condenava tanto a “imoralidade” dos costumes sertanejos como também era temida a possibilidade de as aglomerações propagarem doenças aos habitantes das cidades. Nesse sentido, segundo Neves (2000), o medo da *Classe Perigosa* (CHALHOUB, 1996) orientou as práticas governamentais, no sentido de demandar controle, trabalho e isolamento em relação a esses sujeitos.

Essa tendência, nos momentos críticos da epidemia da varíola, se manifestou mediante um discurso público e uma prática governamental direcionados com a prioridade de evitar o contágio epidêmico à cidade de Fortaleza como um todo, enquanto relegava a salvação das vidas de retirantes ao segundo plano. Portanto, mais do que impedir a morte dos empobrecidos, objetivou-se preservar a vida da referida comunidade de semelhantes.

Ao constatarem a propagação da varíola à “população fixa” de Fortaleza, os jornais conservadores *Pedro II* e *Constituição*, opositores ao governo liberal, criticaram o

¹⁶ Compreende-se, aqui, o termo “opinião pública” como os posicionamentos comuns aos grupos citados, no que se refere às suas considerações sobre as “aglomerações”.

abandono, a inércia e o descaso do poder público como fatores que contribuíram para o crescimento e a perpetuação da epidemia de varíola. Ambos os jornais sustentaram um discurso de acusação ao governo como responsável pela enorme quantidade de mortes, vide o seguinte trecho do *Pedro II*:

A molestia que se manifestou á principio por casos isolados, desde logo encontrou na desidia do presidente da provincia gordo pasto para alimentar-se, crescer até as proporções em que a vemos horrorisados; **encontrou na ausencia quasi absoluta de efficazes providencias um meio facil de prorrogar-se.** (*Pedro II*, 10/11/1878, grifo nosso)

O discurso da imprensa conservadora sugere que a ausência de ação governamental resultou na mortalidade e no contágio pela varíola. Certamente, não se trata, na pesquisa, de adotar *ipsis litteris* o discurso da imprensa partidária em oposição ao governo da situação. Mas, observando o contexto de enorme propagação da varíola, deve-se analisar como a gestão pública estabeleceu práticas determinantes na experiência da epidemia, no qual o direcionamento político das atitudes em relação aos migrantes pode ter influenciado na propagação e nas mortes causadas pela doença.

A varíola não deve ser vista como algo natural, nem muito menos como uma calamidade inevitável. É preciso historicizá-la, no sentido de observar o funcionamento das ações de combate à epidemia na complexa realidade empírica vivenciada pelos sujeitos. A doença deve ser analisada em relação “à história profunda dos saberes e das práticas”. (LE GOFF, 1985). Como uma prática cultural, ela é um fenômeno social que deve ser historicamente situado no conjunto de estruturas que exercem limites sobre as ações dos sujeitos em suas experiências.

Com o intuito de analisar o caso específico visado, deve-se examinar o contexto dos serviços de saúde como um todo, de acordo com os avanços trazidos pela pesquisa do professor Francisco Carlos Barbosa (2002). Segundo o autor, os serviços de saúde pública eram precários no Ceará da segunda metade do século XIX, com insuficiências estruturais que impediam atender a todos. Desse modo, durante as epidemias, os governantes administravam a precariedade: “ao mesmo tempo em que buscava concretizar [...] as mínimas condições de salubridade, [...] parecia não lhes restar nada a fazer, a não ser improvisar, diante da precariedade” (p. 124).

Em suas práticas, as autoridades elaboravam várias estratégias, que “giravam em torno da nomeação de Comissões Sanitárias, do fornecimento de remédios e dietas, do envio de médicos e enfermeiros às localidades atingidas por alguma epidemia” (BARBOSA, 2002,

p. 93). Desse modo, improvisavam-se enfermarias e se organizavam distritos sanitários, para atender e isolar os doentes. No caso da varíola, o autor argumenta que, “na confusão cotidiana, [...] buscava-se, sem muito êxito, a organização de serviços de saúde, que pudessem, senão conter, pelo menos minorar os efeitos devastadores da doença” (p. 228).

Vários estudos refletiram sobre os serviços de saúde pública e o cuidado aos pobres durante a epidemia de varíola de 1878 (BARBOSA, 2002; COSTA, 2012; LACERDA, 2012). De maneira geral, estão de acordo que as políticas de combate à doença andaram aliadas com práticas de controle em relação aos retirantes, mas não consideram a possibilidade de tanto os governantes como também a imprensa, em seus discursos e práticas, terem facilitado condições de propiciar o crescimento da epidemia e da mortalidade.

Deve-se partir da noção de que, nos momentos críticos da estiagem, modifica-se toda a postura em relação aos pobres, na qual o medo das multidões sobrepõe os pretextos da caridade (NEVES, 2000). Por isso, é preciso visualizar o combate à varíola de 1878 sob uma ótica distinta de quando ocorreram, em décadas anteriores, as epidemias da Febre Amarela e da Cólera. Afinal, no contexto visado, a superlotação de Fortaleza por dezenas de milhares de migrantes foi determinante para influenciar as práticas de cuidado aos pobres. Nesse momento, as finalidades de preservação da “população fixa” direcionaram as políticas de socorros de maneira a influenciar no aumento das mortes.

Compreende-se que, em busca de impedir os supostos males advindos das aglomerações, o governo provincial tenha efetivado práticas de controle e isolamento dos pobres, com o objetivo de defender os interesses dos grupos abastados. Desde o começo da seca, os habitantes da cidade repudiaram a presença dos migrantes, ao que se efetivou nas ações do poder público em remover os pobres das ruas e isolá-los nos abarracamentos, de maneira paralela ao empreendimento de retirar milhares de retirantes da cidade por intermédio do projeto emigratório e da construção da Estrada de Ferro de Baturité.

Dessa maneira, entende-se que a prioridade política do Estado não foi a finalidade humanitária de salvar da morte os retirantes que morriam pela fome e pela doença. Em contrapartida, a prática do governo visou a impedir o contágio aos abastados e a isolar os migrantes nos abarracamentos ao redor da cidade. O problema, contudo, é que esses alojamentos, construídos para distribuir abrigo e socorros em alimentos e em remédios, ao realizarem a contenção de grandes quantidades de sujeitos em espaços pequenos e pouco arejados, possibilitaram com facilidade a propagação de doenças entre os migrantes, de maneira a matar milhares deles, desde o final de 1877.

É precisamente esse enviesamento das políticas públicas que permite considerar

as práticas de controle social como dispositivos disciplinares contribuintes para a enorme mortalidade de retirantes. Nesse sentido, deve-se rejeitar a ideia de que a ocorrência da epidemia com suas elevadas taxas de óbitos fosse algo inevitável, dada a dificuldade da situação e a precariedade do sistema de saúde.

Na presente pesquisa se propõe atentar, ao contrário, para um entendimento que considera a ocorrência do surto de varíola a partir de condições muitas vezes propiciadas pela anuência da gestão pública e pelo discurso jornalístico responsável por demandar o isolamento dos migrantes como pauta principal em detrimento do salvamento das vidas retirantes. Desse modo, propõe-se a hipótese de que as políticas governamentais e a opinião pública, direcionadas para a preservação dos interesses dos grupos abastados, atuaram como fatores que influenciaram o aumento da mortalidade dos migrantes, causada tanto pela fome como pelas doenças.

Compreende-se que os jornais conservadores, opositores ao governo liberal de José Julio de Albuquerque, mantiveram posicionamentos semelhantes em relação ao trato com as multidões de milhares retirantes que habitavam as cidades. Apesar de serem veementemente críticos do governo provincial, os jornais da oposição utilizaram os mesmos argumentos da situação: a necessidade de isolar os migrantes para que não propagassem doenças. O teor da crítica jornalística, responsável por apontar o governo como culpado pelas mortes, se refere à consideração das falhas do governo em alcançar por completo os objetivos de isolamento das aglomerações, consideradas responsáveis por espalhar a varíola pela cidade inteira.

Deve-se, então, analisar a atuação do governo e o discurso jornalístico como forças que contribuíram para a enorme mortalidade de retirantes durante a epidemia. Com essa finalidade, torna-se necessário refletir sobre a postura das autoridades e da imprensa desde o começo do ano, observando como lidaram com a mortalidade de retirantes que, cada vez mais, tornou-se algo banalizado. Afinal, no obituário de 1878, as mortes causadas pelas mais diversas moléstias são constantes desde o início, já que os migrantes, em condições de fragilidade imunológica, morriam todos os dias.

Se explorarmos o contexto geral, em que mortes e doenças foram comuns durante todo o ano, atingindo sobremaneira os retirantes, é possível perceber que elas se tornaram naturalizadas na opinião pública. Ao mesmo tempo em que aconteciam as mortes, no momento em que elas se tornaram acontecimentos comuns no dia a dia, as autoridades públicas tinham outras demandas no momento: impedir as aglomerações na cidade e remover os abarracamentos considerados focos de infecção. Por isso, elas continuavam a acontecer,

pois o foco era preservar o espaço dos abastados.

Com pretensão de analisar a prática governamental da gestão de José Julio de Albuquerque Barros (1878-1880), deve-se examinar a *Falla* com que o gestor abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial, em 1º de novembro de 1878, no momento em que a varíola já começava a assumir um caráter epidêmico em Fortaleza e os jornais de oposição acusavam o governo de ser ineficiente na prevenção do contágio, ao ponto em que morriam diariamente de 100 a 300 pessoas por causa da moléstia, segundo os dados dos jornais.

A publicação do relatório visou realizar uma prestação de contas, com fins de expor as políticas empreendidas durante o primeiro ano de governo provincial, de maneira a também defender a gestão diante das acusações da oposição. Nesse sentido, dentre outros objetivos, veio para justificar a quantidade enorme de gastos e amenizar a culpa do governo em relação ao aumento da epidemia de varíola.

O documento argumenta que, em abril, no momento em que José Julio de Albuquerque Barros assumia a presidência provincial, “mais 200 mil emigrados do interior existiam agrupados nas cidades e villas do littoral.”, referindo-se ao contingente de multidões de retirantes residentes nas ruas e nas praças em cidades do litoral. Particularmente, sobre o contexto vivido em Fortaleza, Barros afirma que a capital “carecia de asseio, suas praças e travessas estavam convertidas em abarracamentos”, bem como prédios como “o lyceu, o quartel de policia, as eschololas publicas [...] serviam de alojamento de retirantes”, no quais “em cada um delles se apinhavam centenas de indivíduos quasi inanidos”. (BARROS, 1878/1879, p. 37)

Critica-se, portanto, o fato de a cidade estar povoada por milhares de migrantes empobrecidos a ocuparem as ruas, as praças e os prédios. Sobre os abarracamentos, construídos sob o pretexto de abrigar os retirantes e distribuir os socorros públicos, o presidente provincial afirma que “eram immundos, e não tinham commodos sufficiente, nem enfermarias”. Nesse sentido, considera que “tudo fomentava a propagação das epidemias reinantes” (BARROS, 1878/1879, p. 37).

Situação semelhante era vivida em outras cidades interioranas como “Sobral, Granja, Quixeramobim, Acaracú, Aracaty, Baturité, Pacatuba e Maranguape”, nas quais existiam “várias moléstias de feição epidêmica”, com “crescido numero de victimas”. Por sua vez, em Fortaleza, “onde a agglomeração era maior”, o presidente considera que se destacaram “proporções extrardinárias no aumento do obituário”. (BARROS, 1878/1879, p. 36)

No começo da gestão de Barros, em abril de 1878, era um momento em que, segundo os dados referidos no relatório de novembro, “faleciam de 3 a 4 mil pessoas por mês” principalmente em Fortaleza, mas também em Aracaty com “quase igual número”. Diante do contexto de ocorrência de epidemias responsáveis por matar mensalmente milhares de migrantes, quais atitudes tomou o governo para remediar a situação e impedir as mortes? No decorrer do relatório, o presidente provincial expõe as ações que o governo realizou com vistas a resolver o problema das aglomerações na cidade:

Immediatamente tractei de promover por todos os meios á meu alcance a limpeza da capital, de retirar para fóra della os indigentes;
[...]
mandei remover para sotavento da cidade todos os abarracamentos existentes do lado opposto;
Em circular de 29 de abril recommendei a todos os commissarios de soccorros: [...] 6º que se prohibisse a mendigação de grupos de indigentes nas ruas da cidade (BARROS, 1878/1879, p. 36).

Foi empreendido, portanto, a “limpeza da capital”, um conjunto de práticas de controle no território da cidade, que iam desde a remoção dos abarracamentos, até a expulsão de retirantes das ruas e dos prédios públicos. Em outra seção do relatório, a presidência justifica que a “limpeza” teve a pretensão de “evitar que a cidade continuasse repleta de uma multidão de mendigos, que trazia desassossego a todos os habitantes, e gravemente prejudicava o estado sanitário” (BARROS, 1878/1879, p. 48).

Embora essas habitações reunissem condições que favorecessem o crescimento de epidemias, tal como é expresso na continuidade da propagação de moléstias, diante da aglomeração de milhares de famintos e doentes em espaços insuficientes, quando o gestor se refere à chegada do vírus da varíola, ele culpa os péssimos hábitos dos migrantes: “a população advéncia pronunciou-se contra a vacinação, [...] que entendia ser antes a causa do mal do que um salutar preservativo” (BARROS, 1878/1879, p. 38).

Dessa maneira, a autoridade omite sua responsabilidade no crescimento da epidemia, indicando que os retirantes possibilitaram o crescimento da varíola por causa de seus péssimos costumes e de sua recusa à vacinação. Entretanto, o próprio presidente, em sua fala, denota que as vacinas foram impostas de maneira coercitiva. Afinal, ele recomendara aos comissários que “obrigassem à vacinação até sob pena de suspensão de rações” (BARROS, 1878/1879, p. 38).

Em tal situação, podemos entender que a não-aceitação da vacina se referia a uma postura de desconfiança por parte dos sertanejos, não como uma aversão somente à vacina em si, mas como uma atitude de revolta em relação ao que se entendia ser uma prática autoritária

do Estado. Afinal, nos meses seguintes à chegada do presidente José Júlio ao cargo, não apenas houve uma tentativa de forçar a vacinação, como é dito, mas empreendeu-se uma “limpeza da cidade”, responsável por expulsar os retirantes do centro¹⁷. Desse modo, em meio a uma experiência marcada por várias tentativas de controle por parte das autoridades, os retirantes resistiam diante da imposição de uma tática de prevenção que lhes era estranha.

Analisando o todo, permite-se inferir que, a partir do referido relatório, o governante buscou expor as soluções adotadas para reduzir a ocupação dos migrantes nas ruas e para “higienizar” os abarracamentos, com fins de afastar as aglomerações, consideradas vetores de doenças. Apontou-se a existência da mortalidade, mas o foco não era resolvê-la, e, sim, impedir que ela se propagasse para outros grupos sociais residentes nas cidades. Objetivou-se proteger esses grupos, de maneira concomitante em que se buscou realizar o isolamento dos migrantes para longe, e não nas ruas da cidade, onde potencialmente espalhariam doenças aos habitantes dela.

Portanto, a gestão de Barros buscou efetivar o isolamento dos retirantes nos abarracamentos. Além disso, o presidente afirma ter realizado a remoção dos abarracamentos a barlavento, potencialmente considerados vetores da epidemia em direção ao coração da cidade. Em contrapartida, sobre os discursos da imprensa conservadora, é perceptível que ela critica que o governo aplicou essas medidas de maneira falha, ao passo que considera esses erros como as causas fatais de propagação da epidemia na cidade.

Atentando para a atuação dos jornais conservadores *Pedro II* e *Constituição* durante o mês de outubro, eles apontam como ineficiente a atuação do governo em “retirar os abarracamentos para os bairros á sotavento da cidade”. Nesse sentido, o jornal *Pedro II* indica o abarracamento do “Pajehú” como o foco dos males: “onde é extraordinária a aglomeração dos retirantes, de especuladores, comboeiros, muito breve teremos ali a bexiga em larga escala”. Solicita-se, então que o “Sr Dr. José Julio, por amor as nossas vidas, tratasse de dividir o pessoal indigente, e fizesse retirar com urgencia todos abarracamentos existentes para as bandas do meirelles, S. Luiz e Pajehú” (*Pedro II*, 27/10/1878).

Sob as justificativas de “por amor as nossas vidas”, é exigida a remoção do “pessoal indigente”. Com efeito, a retirada dos abarracamentos significaria a remoção das habitações dos migrantes, mas as vidas desses sujeitos pouco importavam. Pelo contrário, o redator deixa bem claro, em sua fala, que a expulsão dos retirantes se trataria de um ato feito

¹⁷ Embora não sido, aqui, o foco de nossa análise, vale lançar questionamentos que poderiam ser investigados em outra oportunidade de estudo: até que ponto a “limpeza da cidade” foi feita mediante o uso da força? Em meio aos processos de “remoção” e de proibição da mendicância, como foi praticada a violência contra esses sujeitos?

“por amor as nossas vidas”, isto é, por amor às vidas dos habitantes que compunham a “população fixa” de Fortaleza. Nesse viés, evidencia-se, desde já, como o caráter político da campanha contra a varíola impunha favorecer a salvação de uns, em detrimento de outros.

De maneira semelhante, ambos os jornais, *Pedro II* e *Constituição* criticam a “falha” do governo em evitar que os retirantes ocupassem as ruas centrais de Fortaleza. O *Pedro II* afirma, sobre a mão de obra retirante, ser “preciso evitar também a passagem d’esses trabalhadores pelas ruas mais públicas”, e indica que ela passe “por fora das ruas”, considerando que seria um melhor trajeto “por terem com mais liberdade gritar e saltar” (*Pedro II*, 27/10/1878)

O jornal *Constituição*, por sua vez, acusa, sobre o governo, que “todos dormem o sono profundo de uma indiferença criminosa”, diante da ocupação de retirantes na rua General Sampaio, considerada central em Fortaleza. Afirma-se que “tudo se faz n’essas malditas calçadas: bebe-se, come-se, joga-se, dorme-se; assim o consente a nossa polícia!”. Reclama, portanto, que a polícia remova esses indivíduos das ruas, com o objetivo de “deixar transitar o cidadão”. (*Constituição*, 3/10/1878).

O incômodo e a ojeriza em relação ao convívio forçado com os migrantes ocorrem desde que estes chegavam às cidades, ao final de 1877, quando os abastados passaram a conviver intensamente com a insegurança e o medo em relação às multidões. É evidente, portanto, que o foco da crítica aos jornais não é o fato de estarem morrendo centenas de retirantes diariamente, mas a presença desses mesmos migrantes nas ruas centrais da cidade e em abarracamentos considerados “a barlavento”. Em suma, o problema não é os retirantes morrerem, mas as possibilidades de contágio e a presença incômoda para os habitantes residentes na cidade.

Isso é exposto com bastante explicitude na edição do *Pedro II* em 7 de novembro de 1878. Na referida publicação, em um tópico intitulado “Bexiga”, presente na 2ª página, afirma-se que morrem diariamente de 150 a 200 pessoas por causa da varíola no segundo mês de casos da doença. Contudo, na notícia com maior evidência na primeira página, intitulada “Varíola”, pouco se fala em medidas para atenuar as mortes. Pelo contrário, solicita-se, novamente, a necessidade de remover os abarracamentos a barlavento:

A remoção desses abarracamentos, ha tanto tempo reclamada pela imprensa, é sem contestação a medida hygienica de maior alcance dentre todas as que instantemente pede o nosso deploravel estado sanitario. (*Pedro II*, 7/11/1878)

Considera que o abarracamento do Pajehú se transformou em um “vasto foco de

contágio variolico”, responsável por levar a doença pelo vento ao restante da cidade. Portanto, mais do que um lamento pelas perdas de centenas de vidas, a referida edição do *Pedro II* clama por proteção em relação ao contágio da varíola. No lugar de requerer medidas para salvar as vidas dos milhares de migrantes que habitavam os abarracamentos pela cidade, solicita-se que o abarracamento do Pajehú seja removido para que ele não infeccione o restante da cidade com os “ventos de L’este que sopram sobre as nossas casas”.

No momento em que a imprensa conservadora clama por salvação, em relação a quem, precisamente, ela solicita a proteção do contágio? Para responder essa questão, acerca de quem são os indivíduos reais que buscam se afastar dos retirantes, é pertinente observar o noticiário do dia 17 de novembro de 1878 do *Pedro II*.

Na referida edição, momento de crescente mortalidade causada pela varíola, ao ponto de o contágio atingir também os abastados, o jornal acusa o governo de ter ignorado uma “representação, [...], assignada pela elite da sociedade cearense, inclusive o corpo comercial”. Nesse documento, a autointitulada “elite da sociedade cearense” solicitou a remoção dos abarracamentos. O jornal, por sua vez, afirma que o “ingresso do mal no interior de nossas casas” foi causado pela “imprevidência da administração, que despresou o poderoso recurso do isolamento” (Pedro II, 17/11/1878).

Portanto, as preocupações da “elite da sociedade cearense”, em nome da qual fala o *Pedro II*, requerem o estabelecimento de um “cordão sanitário”, com pretensões de impedir “toda a comunicação entre os affectados e os não affectados”, entre “o pessoal do lazareto[...] e a cidade”, tudo com o objetivo de “salvar as nossas vidas de uma moléstia tão hedionda”. Nesse sentido, recomenda, em nome da “população fixa”, a vacinação, o “maior aceio nas casas e nas ruas” e a construção de “maior número de lazaretos e mais amplos” (Pedro II, 17/11/1878).

No próximo noticiário, em 19 de novembro, quando o jornal afirma que “morrem diariamente só e só de bexiga quinhentos retirantes”, reclama-se que “nada se tem feito, até este momento, no sentido de supprimir os numerosos focos de infecção de que estamos sitiados”. Sobre o “nós” que busca se proteger do contágio, o *Pedro II* afirma que “seremos nós, a população fixa ou da cidade de pedra, serão as nossas esposas e os nossos filhinhos que pagarão o último tributo á ineptia do Sr. José Julio”. Portanto, novamente, mais do que impedir as mortes e realizar um lamento pelas perdas de centenas de migrantes da “população adventícia”, propõe-se a adoção de medidas de isolamento que restrinjam o contágio a essa “população fixa” (Pedro II, 19/11/1878).

Na mesma edição, em um tópico intitulado “página gloriosa da administração do

Sr. José Júlio”, enumera-se uma série de casos de cadáveres insepultos pela cidade, comunicados por “distintos” cidadãos da cidade. O “Sr. sollicitador João Manoel de Britto”, por sua vez, afirma que os moradores da rua da Palma, onde jazia o corpo de um retirante morto pela varíola, “estavam soffrendo muito com o fedor insupportavel que o mesmo cadáver exhalava”.

A redação, após enumerar casos de dezenas de mortos insepultos pela cidade, conclui o tópico afirmando que “enterrar os mortos é uma obra de misericórdia, e salvar da morte os que ainda restam, é dever imprescindível da primeira autoridade da província” (*Pedro II*, 19/11/1878). Analisando esses noticiários, percebem-se com evidência os interesses pelos quais a imprensa conservadora age em defesa. No ápice da varíola, durante a primeira metade de dezembro, o jornal *Constituição* deixa bem claro qual é o seu lado:

Já não é somente a população adventícia e desprotegida da fortuna que cahe victima de seu envenenado vírus, é tambem a população fixa [...] De um canto a outro da cidade estremecem-se todos os corações, abatem-se todos os espíritos, e a mortalidade cresce descommunalmente para attestar a omnipotência do mal! [...] O governo [...] deixou que o terrivel flagello dominasse impavido a cidade, penetrasse em todos os lares e levasse o terror e a morte ao seio de todas as famílias; e já hoje se sente impotente para refriar-lhe a fúria! (*Constituição*, 6/12/1878).

Em consonância com o discurso do *Pedro II*, o jornal *Constituição* demonstra os interesses da “população fixa”, que agora tem seus lares invadidos pela varíola, em sentimentos generalizados de insegurança. A argumentação não é contra a mortalidade de retirantes. Pelo contrário, o problema é o contágio das mortes também se estenderem à referida “população fixa”. Portanto, esses discursos instituem a vida dos retirantes como de menor importância em relação à preservação dos habitantes das cidades: deve-se proteger a “população fixa”, pois “já não é somente a população adventícia e desprotegida da fortuna que cahe victima de seu envenenado vírus” (*Constituição*, 6/12/1878).

Observando o teor desses discursos, é possível notar correspondências com as descrições de Achille Mbembe sobre o funcionamento do necropoder. Para o autor, a necropolítica classifica pessoas de acordo com diferentes categorias, de tal maneira que a soberania atua como “a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2003/2016, p. 135). Nesse sentido, o “princípio necropolítico”, isto é, a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, requer que, “por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da perda” (MBEMBE, 2017, p. 65)

Já, na experiência da varíola de 1878, evidencia-se que, em nome daqueles que se sentiam sitiados pelo flagelo, a imprensa e as autoridades produziram discursivamente o entendimento de que as aglomerações de retirantes poderiam trazer a mortalidade também aos habitantes das cidades. Nesse contexto, quando solicitavam o afastamento dos famintos e dos doentes como forma de preservar a sobrevivência da referida “população fixa”, construíam uma hierarquia que definia quem, efetivamente, deveria ser salvo do flagelo, em meio a uma epidemia que matava sem distinguir classes sociais.

Atentando aos enunciados aqui expostos, percebe-se que a prioridade era salvar esses sujeitos, em detrimento do impedimento da morte dos retirantes, consideradas como vidas de menor valor. Desse modo, por intermédio da análise do material empírico, em diálogo com a teoria de Mbembe, evidencia-se a atuação de um discurso necropolítico, responsável por construir hierarquias e estabelecer prioridades de salvação em meio à varíola.

É pertinente considerar que, na epidemia, os fatores responsáveis pela mortalidade não foram somente a precariedade do sistema de saúde pública em atender a todos. Pelo contrário, tanto a opinião pública como também a prática governamental consideraram a salvação dos retirantes como segunda opção, diante da necessidade primeira de preservar a “população fixa”. Nesse sentido, ao defenderem o isolamento, por intermédio da construção dos abarracamentos, possibilitaram as condições de crescimento da varíola.

Até mesmo na hora de anunciar os óbitos, percebe-se que existiam diferenças entre a forma de noticiar as mortes da “população fixa” e da “população adventícia”. Entre os meses de outubro e dezembro, nas edições dos jornais *Constituição* e *Pedro II*¹⁸, constatou-se ser bastante comum a publicação de seções intituladas “falecimentos” e “óbitos”, nas quais a imprensa noticiava a morte daqueles aos quais ela atribuía algum tipo de distinção. Com efeito, observa-se que a diferença atribuída ao valor da vida também se expressava na forma de nomear as mortes.

No cotidiano da epidemia, enquanto morriam centenas de pessoas diariamente, os jornais destacavam a morte de apenas alguns sujeitos, lembravam os seus nomes, às vezes reconheciam suas qualidades e, em casos mais especiais, faziam homenagens e declarações de luto. Enquanto isso, os demais mortos, pertencentes sobremaneira ao contingente de retirantes, mas também, certamente, aos habitantes da cidade que não mereciam tanta

¹⁸ Para a análise proposta, foram observadas as seguintes edições dos respectivos jornais: *Constituição* (3/10/1878, 10/10/1878, 13/10/1878, 17/10/1878, 10/11/1878, 14/11/1878, 17/11/1878, 21/11/1878, 6/12/1878, 8/12/1878, 12/12/1878, 15/12/1878, 19/12/1878, 21/12/1878); *Pedro II* (7/11/1878, 17/11/1878, 21/11/1878, 24/11/1878, 27/11/1878, 29/11/1878, 1/12/1878, 5/12/1878, 10/12/1878, 12/12/1878, 15/12/1878, 22/12/1878, 25/12/1878).

evidência, eles apareciam somente como partes dos números que compunham as cifras do obituário do dia.

Dentre aqueles que se destacavam em meio ao conjunto dos falecidos, os jornais atribuíam várias características a eles, eram citados como "amigos", filhos ou parentes de indivíduos notáveis, "dignas" e "virtuosas" esposas. Constantemente, eram referidas ocupações e ofícios, a maior parte de respeitadas posições sociais. Muitos desses indivíduos ocuparam ilustres cargos na sociedade, fosse atuando em profissões de prestígio, como médicos, advogados, delegados, juízes e escrivães, ou fazendo parte da política institucional, como vereadores das câmaras municipais e deputados da assembleia provincial, ou, ainda, em cargos cujo letramento era requisitado, como no caso de professores, secretários, etc.

Comparando com a maioria dos mencionados, pouco apareceu ocupações mais humildes. Na única ocasião em que foi citado um agricultor (*Pedro II*, 15/12/1878), ele mereceu o destaque não por causa de sua distinção social, mas pela sua atuação política como membro do partido conservador. Foram mencionados, ainda, "operários" (*Constituição*, 8/12/1878) que trabalhavam na redação dos jornais conservadores, e também o caso do porteiro da relação do distrito, um "excelente empregado" (*Constituição*, 19/12/1878).

Observando pela questão do gênero, as mulheres apareciam como esposas e filhas de sujeitos que ocupavam posições de destaque na sociedade. Continuamente eram referidas as suas excelentes qualidades como honrosas e virtuosas esposas. Quando eram mães, os jornais faziam questão de dizer quantos filhos haviam se tornado orfãos. Mas, no caso de mulheres que compunham as multidões de famintos, pouco se falava sobre os seus filhos que ficavam sem a maternidade.

Com efeito, atentando ao conjunto de indivíduos que tiveram destaque no noticiário de seus óbitos, pode-se inferir que eles compunham, a grosso modo, a "população fixa" da cidade, tanto aludida nos momentos em que se pedia proteção diante da "população adventícia". Desse modo, percebe-se que, ao passo em que eram nomeados aqueles que eram dignos, pelos mais variados motivos, de ter algum tipo de consideração, os demais mortos ficavam no anonimato, seus nomes não tinham porque ser mencionados.

Em suma, enquanto a maioria fazia parte somente dos números de obituário, uns poucos notáveis mereciam ser nomeados. Evidencia-se, de tal forma, como a linguagem indicava aqueles que importavam, em detrimento de alguns, cujas mortes talvez pouco fossem sentidas, como no caso dos retirantes, que enquanto figuravam na contagem dos mortos, eram visados por discursos que solicitavam o seu afastamento como uma prioridade maior do que o impedimento de seus óbitos.

No ápice da varíola, era comum que os cadáveres de retirantes variolosos ficassem abandonados e apodrescessem nas ruas. Por outro lado, alguns mortos mereciam singelas homenagens, é o caso da morte da sra. Marietta Raja Gabaglia, esposa do presidente provincial José Júlio de Albuquerque Barros, falecida em 31 de dezembro de 1878, cujo óbito foi divulgado pelo jornal liberal *Cearense* (3/1/1879), defensor da gestão de Barros.

Na edição em que sua morte foi noticiada na primeira página, junto com 33 linhas escritas em homenagem a sua “tão preciosa existência”, artigo na página seguinte indicava que, no mesmo dia, tinham sido enterradas 179 pessoas no cemitério da Lagoa Funda. De maneira oposta, enquanto muitos cadáveres eram enterrados ou ficavam insepultos pela cidade, sem direito a qualquer tipo de sacralidade cristã, a esposa do presidente teve direito a várias cerimônias.

Conforme indica a edição seguinte do jornal (*Cearense*, 6/1/1879), foi realizada, na capela do colégio da Imaculada Conceição, “uma missa pelo eterno descanso da Exm^a Sra. D. Marietta Gabaglia”, junto com a presença das irmãs de caridade e das orfãs do estabelecimento. Ainda, no dia 7 de janeiro, deveria ocorrer na catedral da cidade mais um sufrágio pela “alma da Exma^a Sra. D. Marietta”.

Por outro lado, nem todos mereciam tantas homenagens. Muitos, na verdade, morriam abandonados inclusive em frente ao próprio palácio da presidência, tal como descreve José do Patrocínio¹⁹, em seu romance *Os Retirantes* (PATROCÍNIO, 1879/1973): “era de feito o cadáver de Eulália, que havia morrido abandonada no largo a alguns passos do palácio do governo e aos sons da música que todas as quintas e domingos ia acompanhar a digestão da presidência” (p. 368).

Por fim, após ter realizado a análise documental, cabe expor algumas conclusões. Com efeito, no decorrer do capítulo, constatou-se, por um lado, a atuação de um discurso necropolítico, responsável por diferenciar o valor da vida, e, por outro lado, uma prática governamental direcionada para a preservação da vida dos abastados. Desse modo, evidenciou-se como a produção discursiva e as políticas de socorros construíram uma hierarquia entre aqueles que importavam e aqueles que não importavam. Com efeito, essas tendências culminaram em práticas concretas de isolamento, por intermédio dos abarracamentos, inicialmente, e, posteriormente, com a criação do campo de concentração, a serem analisados no próximo capítulo.

¹⁹ Em tom de denúncia sobre os crimes perpetrados na estiagem, após viagem ao Ceará como correspondente do jornal *Gazeta de Notícias*, o jornalista carioca José do Patrocínio escreve o romance naturalista *Os Retirantes*, no qual narra a trajetória ficcional da protagonista Eulália, cuja morte ocorrera por causa da varíola.

6. SOCORRO PÚBLICO E GESTÃO DA MORTE: TRAJETÓRIA DAS PRÁTICAS DE ISOLAMENTO DESDE OS ABARRACAMENTOS ATÉ O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO (1877-1915)

No presente capítulo, propõe-se analisar a trajetória das políticas de *socorros públicos* destinadas à habitação e ao “acolhimento” dos migrantes, observando a existência de uma continuidade, desde os primeiros abarracamentos em 1877-79, dispostos de maneira mais ou menos improvisada, até a criação do campo de concentração em 1915, como uma medida premeditada para evitar as aglomerações de migrantes nas cidades.

Compreende-se que essas práticas de habitação, legitimadas com a finalidade de distribuir o socorro aos retirantes, atuaram como dispositivos de isolamento na experiência histórica da seca, ao mesmo tempo em que exerceram controle sobre a mortalidade de retirantes na cidade. Portanto, pretende-se observar como os socorros públicos aliaram a atuação de poderes biopolíticos e disciplinares ao exercício do necropoder na relação de inimizade conduzida pelo medo da presença das aglomerações.

Deve-se considerar como ponto de partida a pesquisa do professor Frederico Neves, cujas análises, desde o começo de minha investigação, foram referência e inspiração. O autor reflete sobre como, a partir de 1877, acumularam-se aprendizados e práticas de socorros que, na experiência histórica da seca de 1915, efetivaram-se na criação de novas instituições, como o Campo de Concentração do Alagadiço. Com efeito, o desenvolvimento de uma série de saberes sobre os retirantes, junto com noções médicas e urbanísticas vigentes na época, produziram o Campo como prática concreta de isolamento (NEVES, 1995).

Na presente pesquisa, pretende-se contribuir ao debate realizando uma reflexão sobre como o medo das aglomerações de “população adventícia”, consideradas vetores de doenças e revoltas, construiu uma *relação de inimizade* (MBEMBE, 2017) diante da presença de migrantes em Fortaleza, de maneira a colocar como prioridade a salvação da “população fixa”, isto é, os comerciantes, profissionais liberais e servidores públicos residentes do centro, em detrimento de socorrer efetivamente os retirantes, que viviam o abandono, a fome e a doença nos abarracamentos, legitimados discursivamente para distribuir alimentos, habitação e remédios aos migrantes, mas que, na prática, atuaram como dispositivos de isolamento, responsáveis por causar mortes decorrentes da insuficiência do amparo.

Nesse viés, percebe-se que, na seca de 1915, a criação do Campo foi perpassada não somente por vários investimentos de saberes disciplinares, médicos e urbanísticos, mas também por uma relação necropolítica estabelecida diante da presença das multidões. De tal

maneira, procura-se problematizar como foi mobilizado o necropoder, responsável por permitir a continuidade da fome e por criar possibilidades para o crescimento de epidemias entre as aglomerações de retirantes, como resultado das condições de abandono a que estavam expostos tanto nos abarracamentos como no campo de concentração.

Desse modo, objetiva-se contribuir observando como o medo, além de produzir saberes, também constituiu uma relação de inimizade, encarregada da aceitação e da convivência em expor os retirantes à morte, diante da consideração de que suas vidas seriam de menor valor do que a salvação dos habitantes do centro. Nesse sentido, propõe-se atentar para como, junto com o investimento de saberes urbanísticos, médicos e disciplinares, a efetivação do Campo de Concentração foi perpassada também por uma relação necropolítica, responsável por permitir a mortalidade nos perímetros de isolamento, em vistas da finalidade de preservar a vida qualificada dos habitantes das cidades.

Observando o conjunto das práticas de habitação, é evidente que elas responderam muito mais a demandas de controle, do que ao socorro e ao amparo aos pobres. Afinal, no contexto de lotação das cidades, em 1877, as autoridades governaram de acordo com os interesses dos abastados, de maneira a buscar controlar e isolar as aglomerações no espaço da cidade. Desse modo, na referida seca, investiu-se na emigração e na construção da Estrada de Ferro de Baturité como medidas para retirar contingentes de retirantes de Fortaleza. No caso daqueles que permanecessem no litoral, os abarracamentos serviriam para isolá-los longe do centro, onde residiam os “distintos” cidadãos fortalezenses.

Desde a organização dos abarracamentos nos arredores da cidade, até a criação do primeiro campo de concentração, efetivado 38 anos depois, na seca de 1915, é notório que pretenderam o afastamento dos pobres do convívio com os abastados. De maneira permanente, no decorrer dessas práticas de isolamento, as mortes de migrantes sempre foram constantes e, de certa maneira, previsíveis, mas resolvê-las e impedi-las não era a prioridade do projeto em curso. O objetivo das autoridades era afastar o convívio das multidões, atendendo aos interesses da referida “população fixa”, mesmo que isso significasse “expor à morte” (MBEMBE, 2003/2016, p. 123) milhares de retirantes.

Com pretensão de refletir sobre a questão, é preciso iniciar a análise observando a experiência de organização e aprimoramento dos abarracamentos nas gestões da seca de 1877-79, a partir da qual é possível evidenciar o caráter do projeto político em construção, cujas tendências e saberes/aprendizados continuaram a influenciar/engendrar práticas de isolamento até 1915.

Os primeiros abarracamentos começaram a ser construídos em julho de 1877,

durante o mandato do presidente provincial Caetano Estellita. Segundo as palavras da autoridade em seu relatório, os abarracamentos foram organizados diante da preocupação, dita indispensável, de fixar a sua atenção “sobre o destino dos migrantes, que se recolhiam à capital nas mais peníveis condições” (ESTELLITA, 1877b, p. 20).

Como indica Teófilo, o governante provincial, “reconhecendo a urgente necessidade de construir alojamentos para os retirantes , [...] ordenou que se levantassem palhoças” (THEOPHILO, 1922, p. 102), isto é, barracas de palha, para abrigar os retirantes. Desse modo, a criação desses alojamentos nasceu justificada como uma prática de amparo, de cuidado com as vidas desses sujeitos, o que é reconhecido pelo farmacêutico. Sob esse pretexto, o governante afirma:

Com relação aos emigrantes, que se recolhiam á Capital, **regularisei os serviços necessários á sua recepção**, - alojamento, socorros e tratamento. Nomeei á cidadãos prestimosos a quem incubi especial da distribuição dos socorros, **mandando construir abarracamentos nas imediações da cidade** (ESTELLITA, 1877b, p. 21, grifo nosso).

Portanto, desde o começo, o discurso legitimador dos abarracamentos foi ministrar o socorro público, por intermédio da organização de moradias, da administração de alimentos e do cuidado médico para os emigrantes adventícios que chegassem à Fortaleza. Aparentemente, uma causa de caráter humanitário, mobilizada pela caridade pública em dar amparo aos pobres.

Contudo, no relatório de Estellita, a primeira menção aos abarracamentos não ocorreu no tópico *Seca*, onde é apresentado o conjunto de práticas de socorros, mas na seção *Saúde Pública*, como uma medida para impedir a propagação de doenças, diante da compreensão de que “a aglomeração do povo em diversas localidades [...] parecem haver despertado os focos de infecção”. Em face da necessidade de resolver “as causas mórbidas que conspiram contra a salubridade pública” (ESTELLITA, 1877b, p. 11), o governante destaca as medidas empregadas para resolver a questão:

N'esta Capital, onde a maior affluencia de emigrantes fez desenvolver com mais intensidade o mal, dividi-a em 5 districtos, comprehendendo os abarracamentos dos retirantes, de cujo tratamento se tem incubido o Dr. inspector da saúde e todos os medicos militares (Op. Cit. p. 12, grifo nosso)

Portanto, antes de aparecerem no relatório como ações de socorros, os abarracamentos vieram como medida para resolver os problemas de saúde pública, diante do aparecimento de “alguns casos de varíola” e de febres com “caracter de certa gravidade”.

Observando a divisão dos abarracamentos em cinco distritos, a historiadora Ana Karine Garcia (2006) destaca que a construção dessas habitações aconteceu nos arredores do centro da cidade para realizar “o afastamento da população emigrante do convívio com os cidadãos” (p. 72). Nesse sentido, em estudo bastante importante sobre a construção/ordenamento desses estabelecimentos, a autora aponta que essa distribuição visou “intervir e controlar a população que chegava a Fortaleza” (p. 75), no enviesamento de atender aos “interesses do poder público” em “impedir as grandes aglomerações e a desordem nos espaços urbanos” (p. 73).

Além de realizarem a distribuição de alimentos aos migrantes, conforme destaca Garcia (2006), os abarracamentos organizaram “enfermarias, pagadorias, escolas e outras estruturas que fortaleceram as tentativas de controle” (p. 79), com a finalidade de disciplinar “determinados hábitos dos retirantes considerados nocivos ao processo de higienização da cidade” (p. 79). Portanto, junto com a preocupação de controlar os movimentos das multidões no espaço, os corpos dos retirantes também eram visados pelas práticas de poder, no sentido higienista de que “as normas apresentadas pelo governo [...] tinham como pretensão impor e transformar os costumes dos sertanejos” (p. 86).

Na presente pesquisa, considerando as pertinentes reflexões já realizadas pela historiografia, convém propor o seguinte recorte: além de uma imposição disciplinar, como os abarracamentos lidaram com a morte dos retirantes, ao ponto de socorrê-los efetivamente da fome e do desenvolvimento de doenças? Afinal, o estudo da necropolítica implica pensar não somente sobre as formas de “fazer viver” (FOUCAULT, 1988), características da ideia de biopolítica, mas refletir as condições de ocorrência do exercício de “deixar viver ou expor à morte” (MBEMBE, 2003/2016). Nesse sentido, é preciso levantar as seguintes questões: por um lado, até que ponto os abarracamentos distribuíram os socorros públicos de maneira a “deixar viver”? Por outro lado, como as condições de insuficiência estrutural desses alojamentos foram responsáveis por “expor à morte”?

A conjuntura vivida no final de 1878 permite evidenciar um momento de viragem, no qual, diante da lotação nas cidades, se sobrepujaram interesses maiores do que a necessidade de amparar os pobres. Na gestão provincial de João José Ferreira de Aguiar, o governante restringiu as remessas de gêneros para o interior e, por “acto de 28 de novembro, [...] suspendeu a construção dos abarracamentos, que se estavam levantando por ordem de seu sucessor” (THEOPHILO, 1922, p. 127). Os decretos do presidente estavam de acordo com o projeto imperial de incentivar a emigração em prol do abastecimento de mão de obra para o progresso de outras províncias.

Desse modo, a diminuição efetiva do socorro público nos interiores forçou, cada

vez mais, a saída dos sertanejos em direção ao litoral. Quando chegavam às cidades, as possibilidades de socorros eram limitadas, diante da desestruturação da construção de alojamentos. O resultado foi a superlotação de cidades como Fortaleza e Aracati, onde a disponibilidade de socorros era insuficiente para atender as necessidades famélicas de migrantes em péssimo estado de saúde, após rigorosa viagem. Certamente, esse cenário coagiu milhares de cearenses à emigração. Além disso, sobretudo, permitiu a produção das condições de abandono que fomentaram o desenvolvimento de epidemias nos abarracamentos.

Teófilo (THEOPHILO, 1922), em seu livro, culpa o governo de Aguiar pela entrada de 42 mil migrantes em Fortaleza, ao ponto de totalizar a população adventícia em 83 mil almas: “Tínhamos, portanto, mais de 40 mil pessoas inteiramente desabrigadas” (p. 140) ao final de 1877. Nesse viés, critica que as autoridades permitiram a ocupação de retirantes nas ruas públicas da cidade e nos edifícios públicos, acusando que “eram verdadeiros focos de infecção” (p. 158). Observando dentro de uma ótica higienista, ele enumera as condições que possibilitaram a propagação, cada vez maior, de “febres maliciosas” entre os migrantes:

a falta do menor asseio nas habitações, o despejo de matérias fecaes á pouca distancia dos dormitórios, [...] a grande agglomeração de pessoas em espaços insufficientes ás necessidades essenciaes á vida (THEOPHILO, 1922, p. 158-159).

Nesse sentido, em crítica tanto aos costumes dos sertanejos como também, principalmente, à ineficiência da ação governamental, Teófilo propõe que, diante da “incúria dos mais simples preceitos hygienicos”, “as febres de máocaracter começaram a grassar entre os habitantes d’esses alojamentos immundos e a dizimal-os de um modo espantoso” (THEOPHILO, 1922, p. 159). Portanto, considera que os isolamentos de grande quantidade de indivíduos em espaços pequenos, junto com as péssimas condições de limpeza e higiene desses espaços, culminaram nas circunstâncias que possibilitaram o crescimento, cada vez maior, de febres maliciosas entre os migrantes.

No relatório do presidente provincial, expedido em janeiro, no momento em que sai do cargo, o governante afirma que buscou “fazer com que em todos os abarracamentos se conservasse o asseio possível e se evitassem essas aglomerações de indivíduos nos mesmos compartimentos”. Além disso, indica que concluiu enfermarias e construiu “um grande abarracamento composto de vastas palhoças, no lugar denominado Aldeiota” (AGUIAR, 1878, p. 7).

Contudo, aponta que essas medidas eram ineficazes, considerando que os efeitos

de “um tão grande accrescimo de população” não poderiam deixar de causar mortes. Desse modo, em sua defesa, diminui a sua influência na possibilidade de melhorar as condições sanitárias e diminuir o obituário, “pois que, dadas certas circunstancias, não estava ao alcance do governo, nem das commissões, nem da caridade particular remediar males irremediáveis” (AGUIAR, 1878, p. 7).

Portanto, a autoridade considera a ocorrência dessas mortes como um destino inevitável, causado não pelas ações do governo, mas por algo mais próximo da providência divina. Em janeiro, Aguiar organizou o plano de socorros, mas, ao mesmo tempo, pensava que “não era possível que um tão grande accrescimo de população”, junto com a “alteração nas boas condições da salubridade”, “deixassem de influir sobre o aumento da mortalidade” (AGUIAR, 1878, p. 7). Nesse sentido, a autoridade isenta sua culpa no agravamento da situação, direcionando a causalidade para as aglomerações de retirantes.

Teófilo, por sua vez, tem um posicionamento diferente. Além de acusar a responsabilidade do governante pela lotação em Fortaleza, considera que a reorganização do plano de socorros ocorreu com atrasos fatais: “o conselheiro Aguiar [...] tratava de attenuar os efeitos do mal, depois de tel-os deixado crescer á vontade”, pois somente “depois de mais de dous mezes de governo, lembrou-se de organizar um plano para a distribuição dos socorros públicos” (THEOPHILO, 1922, p. 159). No contexto, ao mesmo tempo em que veio com atraso a elaboração de um plano para socorrer devidamente 80 mil retirantes, o farmacêutico afirma que pioraram as condições de insalubridade nos abarracamentos, com a superlotação de pessoas em pequenos compartimentos, responsáveis por gerar epidemias entre os retirantes.

Além da perpetuação de ambientes favoráveis para o crescimento de doenças, o farmacêutico denuncia a insuficiência do plano de socorros, na ideia de que “as condições da população indigente reclamavam outras medidas, que não fossem pequenas rações para escapar á fome” (THEOPHILO, 1922, p. 160). Para Teófilo, “era preciso socorrel-os, não com a ração unicamente, porém com o médico, remedios e dietas” (p. 159). Desse modo, o autor encara que as necessidades de socorros eram maiores do que somente suprir a fome, pois era preciso também disponibilizar cuidados médicos para impedir a mortalidade por doenças.

No contexto delatado, é notória uma alteração na causa das mortes. Enquanto, no início, elas eram causadas principalmente pela fome, elas passam, progressivamente, no ano de 1878, a serem ocasionadas por doenças. O autor faz questão de detalhar, em sua exposição, sobre como, cada vez mais, em consequência das péssimas condições dos abarracamentos, as

epidemias se tornam a principal causa das mortes, em detrimento de falecimentos pela fome. Na descrição dos meses de 1878, ele destaca o número das mortes provocadas “exclusivamente pela fome”, em quantias irrisórias, inferiores a menos de 1%, se comparando com o obituário provocado por moléstias. Após fichar os dados citados por Teófilo, é possível elaborar a seguinte tabela, sobre a mortalidade em Fortaleza:

Tabela 1 - Quantidade mensal de mortes em Fortaleza – 1º semestre de 1878

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Totalidade das mortes	1582	1736	3159	3801	5566	5739
Mortes somente pela fome	2	1	3	7	11	2

Fonte: THEOPHILO, 1922.

Observa-se que, cada vez mais, a fome deixa de ser a causa única das mortes. Em contrapartida, as mortes pelas febres passam a se tornarem dominantes, responsáveis por ceifar as vidas daqueles que são enterrados nos cemitérios de Fortaleza. Certamente, a fome e as moléstias atuam juntas, de maneira que a insuficiência de nutrientes age como fator determinante para levar ao óbito milhares de indivíduos em condição de inanição. Com os corpos fragilizados, eles podem morrer com facilidade, diante do aparecimento de alguma enfermidade. Desse modo, os abarracamentos, ao distribuírem o socorro de modo insuficiente e ao isolarem grandes contingentes de migrantes em espaços pequenos, possibilitam as condições de expor à morte milhares de retirantes por intermédio das doenças.

A permanência desse cenário de falta e insalubridade fez crescer os índices de mortalidade em Fortaleza, que passaram de 480 óbitos em novembro de 1877, quando assume a gestão de Aguiar, até o ponto de morrerem mensalmente mais de 3000 pessoas em março de 1878, no início do governo do presidente provincial José Julio de Albuquerque Barros. Na circunstância em que o presidente começa a administrar o conjunto das políticas de socorros, as doenças já afetavam a todas as classes, não somente aos retirantes.

Ainda em fevereiro, antes da chegada do novo gestor, Teófilo (THEOPHILO, 1922) afirma que “as febres, classificadas pelos medicos de *biliosa*, passaram do immundo abrigo do retirante, ás habitações mais confortáveis” (p. 167). Além das “febres de máo carácter”, as baixas condições imunológicas vividas pelos migrantes propiciavam a formação de outras enfermidades, como o beribéri e a hemeralopia. O beribéri não atingia apenas os retirantes: “não era somente nos abarracamentos, [...] era ainda na classe favorecida da fortuna

que elle fazia victimas” (p. 168). O farmacêutico afirma que essas moléstias, quando atingiam um indivíduo, ele “podia considerar-se perdido” (p. 182), pois elas matavam com rapidez, e dificilmente os médicos conseguiam salvar os doentes.

Portanto, o presidente Barros, que ficará responsável pela gestão até o final da seca, assume a província em um contexto no qual as mortes atingem também a classe alta de Fortaleza, como no caso de falecimento do “Dr Antonio Mendes da Cruz Guimarães, distinto medico e membro de uma importante família do Ceará” (THEOPHILO, 1922, p. 190). No contexto, a autoridade governou diante da necessidade de lidar não somente com os socorros aos pobres, mas, sobretudo, com as demandas de preservação da vida dos abastados.

Nesse sentido, importava não apenas dirigir cuidado aos retirantes, que morriam cotidianamente nos abarracamentos, mas impedir o contágio epidêmico à burguesia fortalezense. Com essa pretensão, o governante direcionou ações de higienização e isolamento, em buscas de restringir os contágios aos pobres e impedir que a mortalidade chegasse aos distintos habitantes do centro de Fortaleza. No entendimento de que “tudo fomentava a propagação das epidemias reinantes”, o presidente provincial, em seu relatório, afirma o norte das medidas realizadas: “tractei de promover por todos os meios á meu alcance a limpeza da capital, de retirar para fóra della os indigentes” (BARROS, 1878, p. 37).

Em abril, foram reorganizados os abarracamentos e construídos novos distritos em locais distantes das ruas principais, com a pretensão de diminuir a quantidade de migrantes em Fortaleza. Por ato de 16 de abril, o governo provincial ordenou que se “mudassem para os abarracamentos levantados [...], os indigentes domiciliados nos armazéns, lyceu, quartel de policia, e casas particulares” (THEOPHILO, 1922, p. 190). Desse modo, o Estado buscou realizar a remoção dos retirantes que viviam nos prédios públicos, bem como “remover do centro da cidade os retirantes” (p. 190). Concomitantemente, em circular de 29 de abril, recomendou aos comissários de socorros “que se prohibisse a mendigação de grupos de indigentes nas ruas da cidade” (BARROS, 1878, p. 37).

O objetivo dessas resoluções era que a distribuição de socorros fosse feita somente nos abarracamentos, de maneira a restringir o trânsito dos migrantes pelas ruas principais. Na prática, essas medidas aumentaram o isolamento e o controle direcionados aos pobres na cidade, ao mesmo tempo em que intensificaram as mortes de migrantes. Apesar de o governante afirmar que construiu enfermarias nos abarracamentos, é pertinente constatar, observando os dados referentes à mortalidade de abril a junho, que os falecimentos subiram a índices cada vez maiores, saindo de 3801 óbitos em março e chegando a 5739 mortos em junho, a maioria deles causados por doenças.

Desse modo, o conjunto de resoluções tomadas pelo governo não tiveram resultados efetivos em diminuir as epidemias, mas em isolá-las o máximo possível, para que não atingissem a população de Fortaleza. Portanto, houve uma gestão da morte no território, restringindo-a prioritariamente aos abarracamentos, onde permaneciam as condições propícias para se desenvolverem doenças. Nesse sentido, evidencia-se a atuação do necropoder, em que se permite a continuidade da morte dos migrantes, quando a finalidade das ações governamentais é impedir o contato entre os habitantes de Fortaleza e a pobreza adventícia, na intenção de preservar a vida dos abastados.

No segundo semestre de 1878, a permanência do péssimo estado dos abarracamentos possibilitou a ocorrência da epidemia de varíola como um acontecimento histórico. Para Teófilo, “as condições em que se achavam os retirantes na capital, eram todas favoráveis à invasão da peste”. Mesmo após a reorganização dos abarracamentos, a partir da qual o presidente afirma haver tido vários investimentos em cuidados médicos, o farmacêutico indica que ainda persistem a “falta de asseio nas habitações, a aglomeração de indivíduos em sitios pouco espaçosos, o enfraquecimento de que ainda se resentiam os indivíduos” (THEOPHILO, 1922, p. 220). A imprensa conservadora, em oposição ao governo provincial, também culpava a presidência pelo desenvolvimento da epidemia. O jornal *Pedro II* (10/11/1878), por exemplo, dizia que a varíola “encontrou na ausencia quasi absoluta de efficazes providencias um meio facil de propagar-se”.

Observando o todo, a gestão de Barros empreendeu até mesmo a construção do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, mas não conseguiu resolver a situação de insuficiência nos abarracamentos, onde faltavam desde acomodações adequadas até a nutrição precisa para evitar o estado de enfraquecimento que viviam os migrantes. Desse modo, a prática governamental, direcionada para os interesses dos abastados, resultou na permanência das condições que possibilitaram o crescimento e a disseminação da varíola, responsável por aumentar exponencialmente os índices de mortalidade.

Reunindo os dados coletados por Teófilo, foi possível elaborar tabela presente na página a seguir, acerca da curva do obituário na segunda metade de 1878:

Tabela 2 - Quantidade mensal de mortes em Fortaleza – 2º semestre de 1878

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Mortes por “diversas moléstias”	*	*	1285	1213	1205	861
Mortes pela “varíola”	*	*	45	592	9721	14491
Totalidade das mortes	3520	2231	1330	1805	10.926	15.352
* números não informados						

Fonte: THEOPHILO, 1922.

Observando a curva de mortalidade, percebe-se que houve uma diminuição das mortes no começo do segundo semestre de 1878, mas, com a chegada da varíola, os falecimentos voltaram a crescer, agora de forma exponencial. Particularmente, os meses de novembro e dezembro foram os momentos de maior extermínio, com o ataque da varíola que não distinguia classes, que “passara da palhoça do emigrante para a casa do opulento” (THEOPHILO, 1922, p. 228). Nesse contexto, os fortalezenses viveram momentos de terror, pois viam morrerem centenas de pessoas diariamente pela epidemia. Ao mesmo tempo, como vimos no último capítulo, a principal medida demandada pela imprensa conservadora era o isolamento e a remoção dos migrantes. De maneira clara, salvar a vida da “população fixa”, em detrimento dos migrantes, que morriam à míngua, desde o começo do ano.

Entretanto, se o problema das doenças e da mortalidade nos abarracamentos tivessem tido maior atenção, como seriam as circunstâncias de contágio da epidemia? É preciso ressaltar, a varíola se alojou na capital diante de condições específicas de abandono, em que primeiro o vírus se espalhou pelos alojamentos de retirantes, para, na sequência, afetar também os abastados.

A situação, em que “mui poucos eram os abarracamentos que tinham enfermarias” (THEOPHILO, 1922, p. 221), pois muitos eram os que estavam lotados, sem acomodações para doentes, certamente foi determinante para que, em outubro, o vírus houvesse “se desenvolvido em quasi todos os abarracamentos” (p. 223). Portanto, propõe-se a hipótese de que, na medida em que os presidentes provinciais, desde o início do ano, não governaram com a finalidade de salvar a vida dos pobres nos abarracamentos, eles possibilitaram as condições de desenvolvimento da varíola.

Deve-se, ainda, salientar que, segundo os dados recolhidos a partir do estudo de

Teófilo, a maior causa da mortalidade em Fortaleza durante o ano de 1878 não foi a varíola, responsável por ceifar a vida de 24.489 pessoas, mas foram as diversas moléstias que atingiam os abarracamentos as maiores encarregadas de produzir a morte, pois elas mataram durante todo o ano, enquanto a varíola teve sua maior atuação sobretudo nos meses de outubro a dezembro.

A maioria dessas mortes ocorrera antes da chegada da varíola, quando os retirantes morriam cotidianamente nos abarracamentos, mas as prioridades governamentais era outras. A diferença da epidemia de varíola foi que ela matou com mais rapidez, atingindo com muito mais amplitude os abastados. Se a mortalidade nos abarracamentos, comum desde o início do ano, não houvesse sido negligenciada pelos governos, com que facilidade a varíola teria se alojado em Fortaleza?

A situação permite refletir sobre como a tendência em atender aos interesses da “população fixa” foi responsável por permitir a mortalidade de migrantes. Dentre os saberes produzidos na seca de 1877-79, certamente, ficou aprendida a noção de que a aglomeração de grandes quantidades de migrantes em espaços pequenos possibilitava a fácil propagação de epidemias. Na análise de fontes, observando o conjunto de enunciados produzidos sobre a seca, constatou-se que governantes, jornalistas e intelectuais, todos eles diziam, em seus discursos, que os retirantes eram culpados pela formação de doenças.

Mas, além desse aprendizado, é preciso ressaltar que, no tratamento com os migrantes, foi também construída uma relação em que o poder público permitia e aceitava a mortalidade, se o objetivo maior fosse impedir o contágio às elites ou incentivar o progresso da província. Com base nos escritos de Achille Mbembe (2017), propomos defini-la como uma *relação de inimizade*, diante da constatação de que o medo construía uma hostilidade direcionada aos migrantes, de maneira alinhada com práticas de controle e de exposição a morte. Nesse sentido, objetiva-se identificar como, no decorrer das próximas secas, essa relação de inimizade teve continuidade, se aperfeiçoando de diferentes maneiras.

Na seca seguinte, em 1888-89, fizeram-se bastantes presentes as lembranças aterradoras de convivência com as multidões de famintos e com a mortalidade, que influenciaram de maneira determinante as ações do governo provincial de Caio da Silva Prado. De um lado, foram construídas obras públicas como o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité e da Estrada de Ferro de Sobral, para impedir os deslocamentos ao litoral. Por outro lado, no caso daqueles que se deslocassem a Fortaleza, priorizou-se, como proposta dominante, o isolamento por intermédio da emigração, em conformidade com o projeto imperial de substituição da mão de obra escravizada pelo trabalho livre. Na capital, foi

fundada uma nova instituição, a Hospedaria Geral de Emigrantes, com o objetivo de distribuir o socorro público e direcionar a saída de cearenses com destino a outras províncias, sobretudo as do sul.

A proposta do governo era realizar a remoção dos retirantes que fossem se acomodando em Fortaleza. Desse modo, de acordo com os interesses de preservar a vida da “população fixa”, as multidões, consideradas causadoras de mortalidade, iriam para outras províncias. Nesse viés, esperava-se impedir revoltas e novas epidemias, que poderiam atingir também os abastados. Aqui, os saberes construídos sobre as aglomerações fazem perpetuar relações de socorro cada vez mais autoritárias, em que a emigração ocorre mediante práticas de controle e violência. Várias denúncias acusam que a distribuição de alimentos não era para todos, mas somente para aqueles que aceitassem sair da província. Portanto, os governantes impunham a decisão: “embarcar para o sul ou morrer de fome no Ceará” (*Cearense*, 23/1/1889). De tal maneira, era impedido entrar e permanecer na Hospedaria, caso o retirante não aceitasse emigrar para o sul, conforme argumenta a imprensa de oposição.

Nessa conjuntura, os poderes dominantes, em suas reformulações, continuaram a atuar com a finalidade de evitar as grandes aglomerações. Permaneceu a relação de inimizade com as multidões, que ao considerar a vida dos migrantes como de menor valor, buscou controlar seus destinos de maneira autoritária, em face da necessidade de preservar as elites urbanas dos males que se compreendiam serem advindos dos hábitos de higiene dos sertanejos. Nesse sentido, entre as estiagens de 1877-79 e 1888-89, percebe-se a continuidade de um *Desejo de Apartheid* que, ao buscar o afastamento e o isolamento das aglomerações, se reformulou e gerou um controle socioespacial que buscou ser mais efetivo do que o da seca anterior, quando morreram milhares de membros da classe favorecida e não somente os retirantes.

Por outro lado, no que se refere à seca seguinte, ocorrida em 1900, constata-se uma diferente atuação do necropoder. Embora o êxodo para o litoral tenha sido menor, ainda assim “havia em Fortaleza uma população de retirantes superior a cinco mil almas”. Nesta seca, ao contrário das anteriores, o governo não estruturou a construção de abarracamentos e hospedarias em buscas do controle socioespacial das multidões, mas deixou a população advinda abandonada, “vivendo completamente desabrigada e da caridade pública”. Na ocasião, a maior parte da “infeliz gente arranchou-se nos subúrbios da cidade a sombra das poucas árvores”, enquanto outros “armavam as rêdes a sombra das frondosas mongubeiras de todas as praças da cidade” (THEOPHILO, 1904, p. 51/52).

Segundo a denúncia de Teófilo, quando a varíola começou a grassar

epidemicamente entre os retirantes, a partir de agosto de 1900, o governo “deixou somente entregues a caridade pública os famintos e os bexigosos que se mirravam de fome e apodreciam por todos os cantos da cidade” (THEOPHILO, 1904, p. 54), de modo que “abandonados completamente se viram os variolosos dentro de uma cidade com foros de civilisada” (p. 54). Em tal situação, desabrigados, no final de janeiro de 1901, quando ocorreram fortes chuvas, “os variolosos morriam e apodreciam nas praças públicas” (p. 57).

Na praça Senador Castro Correia, a atual Praça da Estação, onde se achava edificada a Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité, Teófilo indica caso em que “um dos doentes de varíola confluyente, foi retirado, ja agonisando; e abandonado sobre uma das dunas a sotavento da cidade para lá se acabar bem longe dos desalmados vizinhos que o conduziram”. No relato do fim que teve o varioloso, o autor destaca a indiferença do governo:

Avisada a policia e as auctoridades sanitarias, pouca importância deram ao caso. Se não fossem os particulares da rua próxima, por medo a fedentina do cadaver mais do que por obra de misericordia, mandarem sepultar o morto, os urubus o comeriam, se mostrando assim activos agentes da Hygiene Publica do Ceará (THEOPHILO, 1904, p. 58).

Na situação, dada a falta de socorro a um indivíduo acometido pela varíola, que se encontrava próximo à habitação dos demais migrantes, o varioloso foi removido pelos próprios retirantes e, na sequência, deixado para morrer nas dunas. Enquanto a “fedentina do cadáver” incomodava os moradores da rua próxima, as autoridades públicas não se dispuseram nem mesmo a enterrar o corpo do morto, de tal maneira que os próprios particulares “mandaram sepultar o morto”.

Ao considerar a denúncia de Teófilo, é possível evidenciar, na experiência da estiagem de 1900, um exercício do necropoder distinto do exposto anteriormente. Se, na construção dos abarracamentos, em 1877, procedia-se ao isolamento de milhares de migrantes em um espaço responsável por potencializar a proliferação de doenças; aqui, o próprio abandono ao qual estavam expostos os famintos, diante da falta de assistência do Estado, fora responsável por influenciar na ocorrência de suas mortes. Desse modo, ao observar as duas distintas secas, permite-se constatar diferentes maneiras de expor os retirantes à morte: por um lado, aglomerando-os nos abarracamentos; por outro, privando-os de formas efetivas de socorros que impedissem suas mortes.

Já na estiagem de 1915, verifica-se novamente a atuação de dispositivos de isolamento. No insurgir da seca, as levas de migrantes que foram chegando à Fortaleza passaram a se acomodar no Passeio Público, ambiente destinado à sociabilidade das elites

fortalezenses, projetado no contexto do processo de aformoseamento da cidade. Ao testemunhar a transformação desse espaço em um “improvisado abarracamento”, Teófilo descreve que “todas as árvores estavam ocupadas, de quase todas pendiam redes sujas, que exalavam um fartum de imundice” (THEOPHILO, 1980, p. 51). Certamente, a sujeira e o fedor trazido por esses sujeitos contrastava bastante com o Passeio Público, expoente do projeto de modernização urbana.

Diante da ocupação dos pobres em um espaço que simbolicamente não lhes pertencia, as autoridades necessitavam tomar enérgicas ações. É notório que, desde a grande seca de 1877, no decorrer dos 38 anos que se passaram até a seca de 1915, se constituíram uma série de saberes e práticas sobre como lidar com as aglomerações de retirantes. No momento em que era preciso retirar milhares de pobres do Passeio Público, o presidente estadual apostou em uma medida inovadora: a criação do campo de concentração.

Como indica Andrea Pitzer (2017), os campos de concentração surgiram no final do século XIX, em guerras coloniais na América Latina e na África, como medidas para prender, sem julgamento, aqueles considerados suspeitos de cometer potenciais crimes. No geral, segundo a autora, as justificativas para os campos faziam parte de uma missão civilizatória para elevar supostamente culturas inferiores e raças²⁰.

No Ceará, em seu contexto particular, em meio ao empreendimento das políticas de socorros, o campo aparecia como uma inovação, de acordo com parâmetros modernos de confinamento, cuja referência e exemplo eram demonstrados nos espaços coloniais. Tratava-se de uma reformulação discursiva, na qual o discurso da necessidade de isolamento se revestia de uma nova roupagem, justificada por saberes médico-sanitaristas, que pregavam a assepsia urbana.

Modificar o nome do que antes eram conhecidos como abarracamentos, para tornar-se o Campo de Concentração, um único local, fechado e vigiado dentro da capital, certamente envolve legitimação por conhecimentos que argumentam novidades e vantagens na assistência aos pobres. Nesse sentido, importava “substituir os ‘abarracamentos’ dos retirantes que enfeiavam e contaminavam os ares da cidade que vaidosamente se modernizava” (NEVES, 1995, p. 94).

Dessa forma, as experiências de socorros, desde os abarracamentos, como tentativas de isolamento, realizadas de forma improvisada, produziram aprendizados que

²⁰ “Only rarely have governments publicly acknowledged the use of camp as deliberate punishment, more often promoting them as part of a civilizing mission to uplift supposedly inferior cultures and races” (PITZER, Op. Cit. P 6)

culminaram na criação do Campo de Concentração do Alagadiço, em 1915, como uma instituição baseadas nas emergentes técnicas urbanísticas e higienistas, direcionadas na pretensão de neutralizar os “péssimos hábitos” dos sertanejos (NEVES, 1995).

A proposta do governante era que, ao retirar os retirantes do Passeio Público, e “localizá-los em um vasto terreno no Alagadiço, cercado”, com instalações de energia elétrica, “que facilitava a fiscalização a noite”, houvesse “lugar a que não fossem registrados actos de desrespeito ao pudor” (BARROSO, 1916, p. 7). De acordo com Teófilo, “o seu fim era impedir o furto e a prostituição” (THEOPHILO, 1980, p. 63). Portanto, isolar a pobreza urbana, longe dos espaços de convivências da elite fortalezense.

Contudo, esse aprimoramento discursivo envolve uma série de interdições fatais. Afinal, é pertinente observar que, dentre os saberes constituídos sobre a seca, também estava cristalizada a noção de que aglomerar os retirantes poderia levá-los a morte. Teófilo demonstra isso com evidência em seu livro *A Seca de 1915*, no qual ele afirma, inclusive, ter avisado ao governador do Estado que “aglomerar os retirantes era matá-los” (THEOPHILO, 1980, p. 52). Entretanto, o presidente do Estado, apesar de conhecer os riscos, insistiu no seu projeto, alegando a necessidade de criar o campo para poder “fiscalizar a distribuição dos socorros e velar pela honra das famílias” (p. 52).

Portanto, na decisão governamental, os saberes andavam lado a lado com a relação de inimizade responsável por permitir as mortes. Apesar de toda a proposta inovadora, o Campo reproduziu uma prática muito antiga: aceitar que os pobres morressem. A necessidade de isolar a pobreza e produzir corpos dóceis, junto com a aceitação dos riscos envolvidos, foi responsável por produzir a mortalidade por intermédio da propagação de doenças no Campo. Em sua exposição, Teófilo detalha como, no decorrer do ano, o novo “abarracamento [...] se empestaria e empestaria a cidade no fim de alguns meses” (THEOPHILO, 1980, p. 53).

Ao observar as condições do novo estabelecimento, era bastante claro para o farmacêutico “a certeza de que em breves dias teríamos aí um ‘Campo Santo’”. Na sua primeira visita, ele afirma que “em um quadrilátero de quinhentos metros de face estavam encurralados cerca de sete mil retirantes”. Estes se abrigavam às sombras dos cajueiros, expostos à luz solar (THEOPHILO, 1980, p. 57).

Sobre a alimentação distribuída, Teófilo afirma ser de péssima qualidade, com verduras ditas “esquisitas” e com carnes de qualidade “só digna de urubus”. Segundo informou-o “pessoa idônea”, “as reses que morriam de magras ou do mal, eram mandadas para o ‘Campo de Concentração’” (THEOPHILO, 1980, p. 57). Ou seja, os piores alimentos

seriam aqueles destinados aos retirantes presos no Campo.

O principal problema, segundo Teófilo, era o depósito dos materiais fecais, uma pequena área coberta de arbustos, à sotavento do Campo, “onde os famintos, [...], defecavam, ficando as fezes expostas às moscas”. Para o olhar higienista do autor, “aquele atentado à saúde higiene não podia deixar de ter consequências desastrosas”, pois, no decorrer dos meses seguintes, as moscas serão responsáveis por propagar doenças entre os sertanejos. Dessa maneira, estão reunidas as condições de produção da morte de retirantes: “a vida em promiscuidade no abarracamento, sem os mais rudimentares preceitos de higiene, havia de ser fatal àquela gente” (THEOPHILO, 1980, p. 60-61).

As principais vítimas seriam as crianças. Desde sua primeira visita ao Campo, o farmacêutico já tinha a noção de que elas “iam a caminho da morte, que não tardaria” (THEOPHILO, 1980, p. 63). A profecia se fez como previsto, meses depois, ao final de 1915, quando “os micróbios patogênicos foram proliferando naquela esterqueira humana, e a morte começou a sua tarefa pelas crianças” (p. 68). No contexto, conforme destaca Pinheiro Neto (2014), as moscas foram responsáveis por espalharem as doenças pelo Campo de Concentração e, na sequência, pelo restante da cidade.

Diante da percepção de que o Campo foi responsável por propiciar a formação de epidemias, o governo o dissolveu, após terem morrido 2727 pessoas em Fortaleza durante toda a estiagem. Pertinente é observar a fala da presidência do Estado, que justifica o “efeito assombroso na elevação da curva de mortalidade” como motivado por fatores naturais: “phenomeno este observado por toda parte em que havia accumulo da população flagelada” (BARROSO, 1916, p. 8).

Desse modo, tal como fez o presidente provincial José Júlio D’Albuquerque Barros, na epidemia de varíola de 1878, os próprios migrantes foram considerados os culpados pela propagação da moléstia. Novamente, os efeitos da fome e do isolamento ao quais eles estavam submetidos são apagados do processo histórico como fatores de influência no obituário. Portanto, a autoridade omite o papel fundamental do Campo de Concentração em produzir a mortalidade no espaço cercado e vigiado, onde mais de 8 mil retirantes viviam confinados.

Deve-se, ainda, ressaltar, a decisão de desativar o Campo ocorreu no entendimento de que a morte pelas doenças poderia atingir não somente os pobres, mas também a “população fixa”. Portanto, mesmo que não fosse dito explicitamente no relatório, considerava-se os riscos advindos do Campo. Mas esses eram silenciados, quando se acreditava ficarem restritos somente aos “flagelados”.

Em suma, desde os abarracamentos até a criação do Campo de Concentração, acostumou-se com a morte no cotidiano. Mesmo que esses dispositivos de isolamento produzissem a mortalidade de milhares de migrantes, os riscos possibilitados pela prática dominante eram silenciados, até o ponto em que se aprendeu a aceitar os óbitos, como se esses fossem causados mais pela suposta má índole dos retirantes do que pelas ações/omissões das autoridades, em sua missão de salvar a vida dos qualificados.

Trata-se de uma relação necropolítica estabelecida diante da presença dos retirantes, em que as vidas desses sujeitos foram concebidas como de menor importância, se comparadas com a necessidade de preservar os abastados. Eram visados por práticas de segregação semelhantes às aquelas dirigidas aos sujeitos colonizados: “A cidade do povo colonizado (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como” (FANON, 1991, p. 37-39). Tudo isso, por intermédio da consideração de que, ali, no distrito da “população flagelada”, residiam vidas de menor valor, que morriam como culpa de seus péssimos hábitos de higiene, e não por parte do abandono ao qual eram submetidos pelo governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória de pesquisa, com a finalidade de investigar as condições em que ocorreram as mortes de dezenas de milhares de migrantes, observamos como a produção discursiva do medo se relacionou com a formação de políticas direcionadas para o controle das aglomerações. Após ter realizado a análise documental, pretende-se trazer conclusões de pesquisa e sinalizar questionamentos que possam ser aprofundados em estudos futuros.

Em comparação às ocupações coloniais descritas por Achille Mbembe, abordamos aqui uma situação bastante distinta, mas possível de contribuir para os estudos sobre o funcionamento do necropoder. Notadamente, diferente do regime de Apartheid da África do Sul e da ocupação israelense na Palestina, observamos uma experiência onde aqueles que morriam não faziam parte de um povo estrangeiro, subjugado militarmente, mas eram indivíduos que compunham o mesmo “povo” e falavam a mesma língua.

No caso estudado, observou-se a atuação do poder necropolítico em meio a uma sociedade em processo de transição do escravismo para o trabalho livre, na qual as diferenças sociais definiam o horizonte de aplicação dos direitos. Na formação social brasileira, como indica José Murilo de Carvalho (2001), vários fatores, como a herança colonial, o escravismo e a desigualdade no acesso à terra se constituíram como obstáculos para o exercício da cidadania. De tal maneira, em uma experiência de conflito, onde a presença de alguns poderia ameaçar aqueles que figuravam em uma posição superior na hierarquia social, priorizava-se salvar uns, em detrimento de outros.

Em uma reflexão sobre a garantia dos direitos em sociedades de herança escravista, a partir do caso norte-americano, Achille Mbembe (2017, p. 34) propõe que a democracia de escravos é caracterizada como uma sociedade cindida, na qual coexistem duas ordens: de um lado, “uma comunidade de semelhantes, regida, no mínimo teoricamente, pela lei da igualdade”, e, de outro, “uma categoria de não-semelhantes, ou ainda de sem lugar, também ela instituída pela lei”. Desse modo, com base no preconceito racial, indica que “os sem lugar não tem qualquer direito a ter direitos”, pois “são regidos pela lei da desigualdade”.

Com efeito, no Brasil oitocentista, mesmo que a constituição imperial garantisse a existência dos direitos civis, nem todos eram considerados seres humanos da mesma maneira. Enquanto o direito à vida dos escravizados era excluído em nome do direito à propriedade de seus senhores, os sertanejos eram privados do direito à terra, submetidos à fome e coagidos a formas compulsórias de trabalho.

Constituía-se, então, com base no escravismo e na desigualdade fundiária, um corpo social rigidamente hierarquizado, no qual, como assevera Laura de Mello (MELLO E SOUZA, 2015, p. 24), “se existe uma ordem classificadora, o seu reverso é a desclassificação”, que figura na situação dos homens livres pobres, cuja posição social não apresenta “grandes vantagens com relação ao escravo” (p. 25).

No caso do Ceará, entre fins do século XIX e início do século XX, em meio à crise do escravismo, percebe-se a existência de múltiplos processos de desclassificação social, direcionados sobremaneira para os pobres livres, com a finalidade de garantir a subalternização e a submissão desses sujeitos ao trabalho das lavouras, em substituição ao trabalho escravizado. Nesse sentido, como indicam estudos de professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFC, era comum a perpetuação de diversos tipos de violências para garantir as hierarquias sociais.

Por um lado, é evidente a atuação de discursos que construíam a desclassificação dos sertanejos. É o caso do discurso de combate à vadiagem, que julgou os costumes sertanejos como fatores de atraso para o crescimento da província (PINHEIRO, 2020; REIS JÚNIOR, 2014). Em uma perspectiva racial, a miscigenação também poderia ser entendida como fator de inferioridade, como propõe o estudo da professora Ana Sara (CORTEZ, 2015) sobre o Cariri da segunda metade do XIX, onde os trabalhadores rurais eram visados a partir de uma hierarquia de raça e classe, a partir do conceito de *cabra*, que considerava a miscigenação desses sujeitos como um fator de subalternidade.

Por outro, percebe-se a atuação de mecanismos de submissão a formas de trabalho compulsório. As tentativas de coerção iam desde a existência de leis que punissem aqueles que fugissem ao trabalho, como é o caso da Lei do Passaporte e do Recrutamento Militar, descrito por Pinheiro (2020), até a imposição da fome como forma de obrigar os pobres livres a uma situação de dependência em relação aos proprietários. De maneira dolorosa, estamos falando de uma sociedade em que, para a classe senhorial, a segurança alimentar propiciada pela estrutura camponesa poderia dificultar as práticas de dominação.

Como demonstra o professor Darlan Reis Júnior (2014), a fome tinha um papel primordial no processo de submissão dos camponeses aos senhores que detinham a posse da terra. No contexto do Cariri oitocentista, a falta da fome era um empecilho à coerção ao trabalho, era problemática a “facilidade com que [os pobres livres] proveem suas primeiras necessidades”, pois, de tal maneira, “não sentiam os estímulos da fome”²¹.

²¹O ARARIPE, Jornal O Araripe, Crato, 02 de abril de 1859, p.1, Coleção Digital, CEDOCC. APUD REIS JÚNIOR, 2014, p. 15.

A situação de segurança alimentar dificultava a disponibilidade da mão de obra para os interesses da classe senhorial. Por isso, de acordo com a finalidade de “garantir a subordinação das pessoas que vivenciavam a condição de pobreza”, era preciso ter o “controle efetivo sobre a terra” (REIS JÚNIOR, 2014, p. 15). Nesse sentido, privar o acesso a terra e produzir a fome tinha um papel nas práticas de coerção ao trabalho.

Desse modo, em uma sociedade rigidamente hierarquizada, na qual era comum o uso da violência com a finalidade de garantir as diferenças sociais, percebeu-se que as desigualdades existentes influenciaram de forma decisiva a mortalidade dos sertanejos durante os períodos de secas, pois, nos momentos de lotação das cidades, constatou-se que alguns sujeitos eram mais importantes de serem salvos do que outros. Evidenciou-se, portanto, que a prioridade das políticas de socorros era preservar a vida daqueles que compunham os segmentos abastados, ao invés de impedir as mortes dos homens pobres livres, considerados ameaçadores para a ordem social e para a saúde pública.

Diante disso, a análise documental permitiu expor como o medo engendrou a atuação de um discurso necropolítico, responsável por classificar os migrantes como indivíduos de segunda categoria, cujas vidas eram consideradas de menores valores do que a dos ditos “civilizados”. Efetivou-se, portanto, uma hierarquia entre aqueles que deveriam ser salvos e entre aqueles que poderiam morrer. Nesse caso, a produção discursiva sustentava a posição de subalternidade atribuída aos retirantes.

Atentando aos discursos da imprensa, é notável que tanto a imprensa liberal como também a conservadora se referiam aos migrantes de maneira semelhante, como perigosos e ofensivos. Desde o início da seca, quando os famintos, em grande número, ocupavam as ruas das cidades interioranas, membros das classes médias e das elites sentiram o medo de que as multidões tanto atacassem a ordem da propriedade privada como também se tornassem epicentros de propagação de epidemias. Diante do temor de perda da própria vida, as demandas de suprir a fome dos miseráveis eram menos urgentes do que as necessidades de proteção dessa parcela da “população fixa”.

No debate sobre a construção dos alojamentos, a questão principal não era como ministrar o socorro da maneira mais efetiva, para impedir as mortes por doenças ou pela inanição, mas construir os abarracamentos longe do centro, com a finalidade de proteger os abastados da presença ameaçadora dos pobres. Era evidente, nos noticiários da imprensa, um medo guiado pela “percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida” (MBEMBE, 2017, p. 128.).

Quando solicitavam a “limpeza” da cidade, pouco relevante seria o possível destino dos retirantes, se eles iam morrer pela fome, ou pelas epidemias, a necessidade era proteger-se do contato com o flagelo. No decorrer da epidemia de varíola de 1878, é possível observar com clareza como as demandas eram proteger algumas vidas em detrimento de outras. Nos momentos em que morriam centenas de pessoas diariamente, a pauta dos jornais conservadores era remover os abarracamentos a sotavento e impedir o trânsito de retirantes pelas ruas, para impedir que a varíola se propagasse à “população fixa”.

Com efeito, na situação visada pela presente pesquisa, ao passo que os retirantes foram considerados ofensivos para a moral e a sobrevivência dos “civilizados”, construiu-se uma relação de inimizade que solicitava a expulsão desses sujeitos, no entendimento de que o sentimento de segurança à vida só poderia ser reestabelecido caso a presença desses indivíduos fosse retirada do horizonte de convivência. Nesse sentido, o necropoder operou por intermédio de um *Desejo de Apartheid*, que solicita a segregação socioespacial desses sujeitos, mesmo que isso os expusesse à morte.

No discurso dos presidentes provinciais/estaduais, percebe-se que, tal como foi feito pela imprensa, as aglomerações também eram associadas à difusão de epidemias. Quando os governantes julgavam as causas da mortalidade de migrantes, entendiam os óbitos como naturais, causados mais pela providência divina – a falta de chuva – do que pelas ações das autoridades. Ainda, como agravante, os retirantes eram considerados culpados pelas suas próprias mortes, de acordo com uma ótica – possivelmente racista – que alegava seus péssimos hábitos de higiene, sua falta de educação e sua recusa à vacinação.

Diante dessas concepções, ao passo em que as mortes dos retirantes eram consideradas inevitáveis pelos governantes, salvar aqueles considerados “civilizados” era possível. De tal maneira, repercutia-se um discurso que diminuía o valor da vida dos migrantes, ao mesmo tempo em que solicitava a assepsia urbana, com a finalidade de permitir a sobrevivência dos abastados.

Atentando para a prática governamental, é notório que o discurso referido anteriormente andava lado a lado com um controle territorial e com uma gestão da mortalidade, no sentido de buscar disciplinar os movimentos dos migrantes no espaço da cidade e de restringir as mortes aos retirantes. Desse modo, as políticas de socorros foram direcionadas de acordo com a busca da preservação da vida das elites urbanas, em detrimento do impedimento dos óbitos dos retirantes.

Enquanto os retirantes morriam cotidianamente, o objetivo era afastar e isolar as aglomerações, para que elas não trouxessem a morte também àqueles que eram considerados

“classificados” na ordem social. Nesse viés, é possível evidenciar o funcionamento do necropoder – por intermédio de um *Desejo de Apartheid* – na atuação da comissão de socorros em produzir e gerenciar a mortalidade de migrantes durante as secas.

Desde o começo da seca de 1877, diante de debates liberais e moralistas acerca de como deveriam ser feitos os socorros, é notório que a distribuição de alimentos esteve atrelada ao trabalho, não somente por interesses econômicos, mas, sobretudo, por questões de controle. Para ter acesso a ração, era preciso trabalhar! Afinal, o trabalho tinha uma função disciplinadora: impedia o ócio, considerado a fonte dos crimes e de possíveis atos de revolta...

Desse modo, as verbas de socorros públicos eram direcionadas para o financiamento de obras consideradas úteis ao progresso da província e à manutenção da ordem, mesmo que milhares morressem de fome. Mas somente ocupar o tempo desses sujeitos não era suficiente para impedir os supostos efeitos de sua presença, era necessário controlar os movimentos das multidões, isolá-las, ou mandá-las para bem longe. Com essa finalidade, empreendeu-se um uso radical da soberania, na efetivação de uma série de práticas de controle territorial.

Como uma solução imediata para retirar enormes contingentes de migrantes do espaço da cidade, os projetos de emigração fizeram embarcar milhares de indivíduos em vapores com destino a outras províncias. Desde 1877, foram comuns mortes e violências no decorrer dos processos de embarque, de transporte e de chegada aos locais de destino. Antes de embarcarem, a maioria desses sujeitos estava em péssimas condições de saúde, de tal maneira que pudessem morrer tanto durante as travessias como também após a chegada, diante da mudança de clima.

Apesar disso, a prática teve continuidade e aprimoramento na seca seguinte, em 1888, quando o projeto emigratório aconteceu de forma muito mais autoritária do que na experiência anterior. A partir da criação da Hospedaria Geral de Emigrantes foram aperfeiçoados os dispositivos de controle, de maneira alinhada, novamente, com a violência no trato com esses sujeitos, agora a partir de uma instituição cujo acesso, permanência e saída eram rigorosamente controlados pela força policial.

De consequências ainda mais funestas do que as práticas de emigração, devemos situar a trajetória das políticas de isolamento na cidade, desde os abarracamentos de 1877 até o Campo de Concentração de 1915. A partir desses dispositivos, legitimados discursivamente para ministrar alimentos, remédios e habitações aos retirantes, compreende-se que os governos objetivaram empreender o confinamento desses sujeitos, de maneira alinhada a um controle da mortalidade, responsável por afastar o risco de contágio dos abastados, mas por

expor os migrantes a potenciais riscos de morte.

Nos 38 anos que passaram desde a primeira experiência com os abarracamentos até a criação do campo de concentração, é notório o aprimoramento das práticas de confinamento. Se, em 1877, os abarracamentos não conseguiam impedir por completo a movimentação de retirantes no espaço da cidade; em 1889 o uso da força policial já fora intensificado na criação da Hospedaria Geral de Emigrantes. Já, em 1915, formulou-se um confinamento rodeado por cercas de arame farpado e iluminado por luz elétrica durante a noite, com pretensões de vigília, legitimado por um aperfeiçoamento discursivo sustentado por saberes médicos e urbanísticos.

Como já destacaram grandes mestres que servem de referência para este trabalho (NEVES, 2000; RIOS, 2014), esses dispositivos buscaram disciplinar os corpos dos retirantes, seja pela via de controlar os seus movimentos no espaço urbano, como objetivaram os abarracamentos de 1877, seja pela intencionalidade de modificar os hábitos dos sertanejos, em buscas do controle biopolítico do “fazer viver” e da produção disciplinar de corpos dóceis, como exposto no projeto dos campos de concentração, iniciados em 1915, em uma primeira tentativa, e aperfeiçoados, sobretudo, na experiência de 1932.

Entretanto, não somente poderes disciplinares e biopolíticos foram exercidos no decorrer das práticas de isolamento. Com efeito, os indícios expostos no decorrer da pesquisa indicam um fatal exercício do necropoder nas práticas de confinamento. Trata-se do conhecimento e do consentimento, por parte das autoridades, de que o acúmulo de migrantes em locais fechados poderia gerar morte entre esses sujeitos, por causa do forte risco da proliferação de epidemias. Desse modo, quando governantes submetiam retirantes a esses perigos, evidencia-se o uso soberano do direito de matar:

É, claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc (FOUCAULT, 1999, p. 306).

Ainda em 1877, articulistas do jornal Cearense já denunciavam as possibilidades de os abarracamentos virarem ninhos de epidemias. Por isso, solicitavam a remoção dos alojamentos construídos a barlavento de Fortaleza. Já existia, portanto, a noção de que os abarracamentos pudessem propiciar a propagação de doenças, mas a prioridade não era impedi-las e, sim, restringi-las aos migrantes, para que não atingissem os qualificados.

Na viragem para 1878, quando Fortaleza ficou superlotada de retirantes, cada vez mais, como documentou Teófilo, a proliferação de febres entre os retirantes passou a ser a

maior causa da mortandade nos abarracamentos, pois esses alojamentos, na medida em que confinavam milhares de indivíduos em espaços insuficientes e de baixa higiene, reuniam as condições propícias para o contágio entre os próprios migrantes. De tal maneira, no decorrer do ano inteiro, as moléstias matavam milhares de retirantes, mês a mês.

Certamente, atentando ao conjunto de epidemias – cólera, febre amarela, varíola – que ocorreram na segunda metade do XIX, conforme indica Barbosa (2002), decisivo para a mortalidade era a insuficiência dos cuidados com a saúde, que não conseguiam atender a todos os doentes, pois, no improviso e na falta de estrutura médica, realizavam uma administração da precariedade. Contudo, deve-se refletir sobre como mais determinantes foram, ainda, as diretrizes governamentais, em suas contribuições para multiplicar as condições propícias de crescerem os óbitos.

Em abril de 1878, em um contexto que milhares morriam de doenças nos abarracamentos, as ruas de Fortaleza e os locais públicos estavam lotados de retirantes e as doenças também afetavam membros das classes abastadas. Nesse momento, quando o liberal de José Júlio de Albuquerque Barros assume a presidência da província, o governante realiza a “limpeza da cidade”, no sentido de “retirar para fóra dela os indigentes”, compreendidos como as “causas que maleficamente actuavam no estado sanitário da província” (BARROS, 1878, p. 37).

De acordo com os dados expostos no capítulo 6, observa-se que as medidas governamentais, responsáveis por expulsar os retirantes dos espaços públicos e confiná-los em novos abarracamentos ao redor da cidade, fizeram aumentar a mortalidade em Fortaleza durante o primeiro semestre de 1878, na mesma proporção em que eram erguidos novos alojamentos, insuficientes e infectos.

Desse modo, em um projeto de controle territorial, responsável por buscar isolar milhares de sujeitos, como um prelúdio para os campos de concentração nas secas do início do século XX, criavam-se as condições para o crescimento das doenças que iriam ocasionar as mortes de milhares de migrantes.

Em outubro, poucos meses depois do início da gestão de Barros, a chegada do vírus da varíola encontrou terreno fértil para sua propagação, pois os abarracamentos reuniam fáceis condições de difusão da bexiga. Depois de passado um mês do primeiro caso da doença, centenas já morriam diariamente em Fortaleza. No curto intervalo de dois meses, morreram 24.489 pessoas, entre retirantes e abastados.

Pelo fato de as condições de classe não escaparem à varíola, as elites urbanas vivenciavam cotidianamente o medo de serem contagiados pelo vírus. Contudo, se formos

observar a totalidade das mortes por doenças, a varíola não foi a maior causa dos óbitos. Pelo contrário, 31.872 pessoas morreram por causa de outras doenças.

Enfim, após ter analisado o conjunto das epidemias na seca de 1877-79, conclui-se que as práticas governamentais, direcionadas no sentido de impedir os óbitos aos abastados – “limpar” os retirantes da cidade e confiná-los nos abarracamentos –, tiveram como resultado aumentar as epidemias e contribuir para a varíola. Desse modo, uma tentativa de gestão da mortalidade, cujo princípio era buscar restringir as mortes aos migrantes, possibilitou as condições de crescimento de um vírus que, ironicamente, afetou enormemente também os “distintos” cidadãos fortalezenses.

Em 1888, no insurgir de nova seca, estava cristalizada a noção de que as aglomerações estavam relacionadas com o crescimento de doenças. Diante das lembranças traumáticas da epidemia de varíola e da cidade rodeada de abarracamentos, aperfeiçoaram-se as políticas de controle territorial. Dessa vez, compreendia-se que somente confinar os retirantes nos abarracamentos não era suficiente, era preciso apostar em algo que removesse, de maneira mais efetiva, a presença desses sujeitos do espaço da cidade. Por isso, investiu-se no projeto emigratório, revestindo-o de um aprimoramento do uso da força, por intermédio da Hospedaria Geral de Emigrantes, cujo acesso e a saída eram rigorosamente controlados pelas autoridades, para efetivar a emigração.

Já, em 1915, as práticas de contenção receberam um incremento decisivo, com a criação do primeiro campo de concentração no Ceará. Tratava-se de uma renovação discursiva, legitimada por saberes científicos que colocam o campo como uma inovação de acordo com os parâmetros modernos de confinamento, cuja referência e exemplo são demonstrados nos espaços coloniais.

Contudo, ao passo que o campo aparece como uma prática inovadora de isolamento, a decisão governamental foi também perpassada por fatais interdições. Afinal, nos 38 anos que se passaram até a criação do Campo de Concentração, em 1915, observa-se que, dentre os aprendizados adquiridos sobre a seca, estava consolidado a noção de que aglomerar os retirantes poderia levá-los a morte. Teófilo demonstra isso com evidência em seu livro “A Seca de 1915”, no qual ele afirma, inclusive, ter avisado ao governador do Estado que “aglomerar os retirantes era matá-los” (TEÓFILO, 1980, p. 52).

Entretanto, apesar de serem conhecidos os riscos de grassarem epidemias entre os migrantes, caso eles fossem isolados em espaços fechados, o presidente do Estado, Cel. Benjamin Barroso ignorou os avisos, pois os retirantes lotaram o passeio público de Fortaleza, espaço de sociabilidade das elites e das classes médias urbanas. Diante da necessidade de

afastar dos ditos civilizados o “acrescimento apavorante na curva de mortalidade humana”, o governante relevou sumariamente os riscos de que o confinamento expusesse os migrantes a um risco de morte.

Desse modo, a autoridade optou por isolá-los em um terreno cercado, iluminado por luz elétrica durante a noite, com finalidade vigiar esses sujeitos. Após o confinamento de mais de 8 mil retirantes em um espaço onde eles ficariam aglomerados, o resultado não foi outro, em poucos meses, o Campo propiciou a formação de epidemias entre os retirantes. Após terem morrido 2727 pessoas, o governo o desativou.

Observando a trajetória dos abarracamentos ao campo de concentração, percebe-se que eram conhecidos os riscos de que o confinamento pudesse aumentar a mortalidade de retirantes. Contudo, os riscos eram aceitos, pois as mortes desses sujeitos já eram compreendidas, pelas autoridades, como inevitáveis. Aprendeu-se, nesse sentido, a aceitar que os retirantes morressem, enquanto se buscava salvar os abastados e preservar o espaço das cidades da presença ameaçadora das multidões. Efetivava-se, enfim, um exercício do controle territorial aliado a um processo de gestão da mortalidade.

Diante dessas considerações, percebe-se a insuficiência do modelo da biopolítica, pois não se tratava somente de uma questão de controle e disciplinamento, mas de decisões governamentais responsáveis por influenciar decisivamente no aumento da morte de alguns corpos considerados degenerados. Na medida em que, discursivamente, alguns indivíduos eram entendidos como perigosos para a vida dos habitantes da “pólis”, estabelecia-se uma relação de inimizade, que solicitava o afastamento desses sujeitos, mesmo que acabasse os expondo à morte.

Por fim, diante do exposto, constatou-se a atuação de um discurso necropolítico alinhado a um uso radical da soberania, cujos efeitos culminaram no acréscimo da mortalidade de retirantes. Após os resultados da pesquisa, conclui-se que se mostrou bastante frutífero o uso do conceito de necropolítica como instrumento de análise para o processo histórico das secas. Nesse sentido, foi dado um passo inicial em direção à incorporação das reflexões sobre o necropoder, mas ainda há muito que investigar. Afinal, entendemos que, após 1915, continuam a ser perpetuadas práticas de genocídio direcionadas aos sertanejos.

Com efeito, na presente etapa da trajetória de pesquisa, observamos sobremaneira o discurso do medo e sua relação com a efetivação de práticas de isolamento, responsáveis por expor à morte. Cabe pesquisar, em outras oportunidades, como não somente houve uma continuidade na atuação do necropoder, mas como esse poder foi incrementado por novos saberes e efetivado em novas práticas de confinamento.

REFERÊNCIAS

FONTES HISTÓRICAS

PERIÓDICOS

- ☐ *Constituição*, Fortaleza, 1878-1889.
- ☐ *Cearense*, Fortaleza, 1877.
- ☐ *Pedro II*, Fortaleza, 1878.
- ☐ *A Lucta*, Sobral, 1915

RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS

AGUIAR, João José Ferreira de. *Relatorio com que o exm. Sr. conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao ex.mosr.dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província, em o dia 22 de fevereiro de 1878.* (13 pag). Publicado como anexo dos officios 4 mar. 1878 e 8 mar. 1878. Fortaleza, Typographia Brasileira, 23, rua formosa, 1878.

BARROS, José Julio de Albuquerque. *Falla com que o ex.mosr.dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da provincia do Ceará, abriu a 1.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878.* (66 pag) Fortaleza, Typographia Brasileira, Rua Formosa, n. 23, 1879.

BARROSO, Benjamin Liberato. *Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1916 pelo Presidente do Estado Coronel Benjamin Liberato Barroso.* Ceará-Fortaleza, 1916; (34 pag).

D'ÁVILA, Henrique. *Falla com que o exm. sr. senador Henrique Francisco d'Avila presidente da provincia do Ceará abriu a 2.a sessão da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de julho de 1889.* Archivo Publico Nacional. (9pag). Pyp. Da Gazeta do Norte

D'ÁVILA, Henrique. *Relatorio com que o exm. Snr. Conselheiro Henrique d'Ávila, Senador do Império e Presidente do Ceará, passou a administração desta província ao exm. Sr. Antonio de Aguiar Barros.* (13 pag) Fortaleza, TypographiaEconomica, 1889.

ESTELLITA, Caetano Cavalcanti Pessoa. *Falla com que o ex. mo Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 2 de julho de 1877* (41 pag). Fortaleza, Typographia do Pedro II, Praça do Ferreira, n. 34, 1877^a.

ESTELLITA, Caetano Cavalcanti Pessoa. *Relatorio com que o Ex.mo Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do ceará ao ex.mo. sr. conselheiro João José Ferreira d'Aguiar, presidente da mesma província, em o dia 23 de novembro de 1877* (76 pag). Fortaleza, Typographia do Pedro II, Praça do Ferreira, n. 34, 1877b.

CRÔNICAS MEMORIALÍSTICAS

THEOPHILO, Rodolpho. **Variola e vacinação no Ceará**. Edição fac-similar. [1904] Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 .

THEOPHILO, Rodolpho. **Historia da secca do Ceará (1877 a 1880)**. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. [1919] Fortaleza: Edições UFC, 1980.

LITERATURA

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome: Cenas da seca no Ceará**. [1890] Tordesilhas, 2001.

PATROCÍNIO, José do. **Os Retirantes**. [1879] São Paulo: Editora Três, 1973.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua**. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo, Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **"Conserve-se a palavra senhor": abolição, racialização e a cidadania**

dos "homens de cor". Centro de estudos africanos, Universidade do Porto. 2008.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Falas de astúcia de angústia:** a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922). Dissertação (Mestrado). SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1988.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. As Imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e início do século XX. Belo Horizonte, **Varia História**, vol. 33, n. 61, p. 225-251, jan/abr 2017.

ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. **A Fome:** um romance do naturalismo?. Dissertação (Mestrado em Letras). CE: Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Literatura. 2007.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica:** teoria e método. Bauru/SP: EDUSC, 2006.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense:** Rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. **CAMINHOS DA CURA:** A experiência dos moradores de Fortaleza com a saúde e a doença (1850-1880). Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2002

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. [1921] In: BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921).** Org. e apres. Jeanne Marie Gagnebin. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Ed. 34, Duas Cidades, 2013.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. In: PECHMAN, R. M. (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Ufrj, 1994, p. 9-42.

BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: As Faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Ed. ANPUH. Vol. 5, nº 8/9, p. 35-68, set. 1984/abr. 1985.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). Tese (Doutorado). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da seca**: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984

CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso**: A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Le discours hygieniste et l'aménagement nord de l'espace urbain de Fortaleza, au Brésil**. Tese (Doutorado). Université Sorbonne Nouvelle - Paris III. Paris, 2012.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Teorias médicas e gestão urbana**: a seca de 1877-79 em Fortaleza. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 11 (1): 57-74, Jan-Abr. 2004.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **O Cabra do Cariri Cearense**: a invenção de um conceito oitocentista. 2015. 354f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. – tradução de Alda Porto – Rio de Janeiro: Record, 2002

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente (1300-1800):** Uma cidade sitiada. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos:** escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A Imprensa em pauta:** entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. 2004.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. **“Lazaropolis”:** a lepra entre a piedade e o medo (Ceará, 1918-1935). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

GARCIA, Ana Karine Martins. **A sombra da pobreza na Cidade do Sol:** o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do Século XIX. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade:** a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1993.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1916). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2006.

LE GOFF, Jacques. **As Doenças têm história**. Ed. Terramar. Lisboa, 1985.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram.” **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº6, 1984, p. 7-46.

LINHARES, Maria Yedda Leite & Da Silva, Francisco Carlos. **História da Agricultura**: combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

MARQUES, Rodrigo de Albuquerque. **A nação vai à província**: do romantismo ao modernismo no Ceará. 2016. 173f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Fortaleza, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: contexto, 2009.

MARTINS, Leticia Lustosa. **Variola em Fortaleza**: marcas profundas de uma experiência dolorosa (1877-1881). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

MARX, Karl. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. [2003]. **Arte & Ensaios**. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, nº 32,

dezembro 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução: Marta Lança. Lisboa, Antígona, 2014

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Tradução: Marta Lança. Lisboa. Antígona. 2017.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986

MENDONÇA, Erika Gonçalves de. **Literatura, história e ciência no século XIX: a visão naturalista de Rodolfo Teófilo sobre o povo cearense**. Dissertação (mestrado acadêmico), Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras, Quixadá, 2020.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989

MORAES, Antonio Robert de. O Sertão – um outro geográfico. **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003

MORAIS, Viviane Lima de. **Razões e destinos da migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasi no final do século XIX**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2003.

NETO, Isac Ferreira do Vale. **Batalhas da memória: a escrita militante de Rodolfo Teófilo**. Dissertação (mestrado em História). CE: Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). São Paulo: **Revista Brasileira de Historia**, v.15, nº29, pp.93-122, 1995.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. **"Desbriamento" e "Perversão": olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877**. São Paulo: Projeto História, 2003.

NUNES, Francivaldo Alves. **A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.

PINHEIRO NETO, Armando. **De curral da fome a campo santo: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

PORTELLI, Alessandro. Sobre os usos da memória: memória-monumento, memória involuntária, memória perturbadora. In: PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. Editora Brasiliense, 1985.

REIS JR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese de doutorado em História Social, UFC, 2014

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Jeovah Lucas. **As bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880)**. Dissertação de Mestrado: UFC-CE, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STUDART, Guilherme Barão de. **Climatologia epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Função Waldemar Alcântara, 1909/1997.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou uma planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, [1978], 1981.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e Escravidão: Uma Proposta de Periodização para a História dos Cultivadores Pobres Livres no Nordeste Oriental do Brasil: c. 1700-1875. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 3, 1987, p. 325 a 356.

PINHEIRO, Francisco José. **BROTANDO DA TERRA:** A subordinação dos pobres-livres, no Ceará, sob a vigência da escravidão (1780-1880). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2020.

PINHEIRO NETO, Armando. **De curral da fome a campo santo:** o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque:** reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf Editora Ltda., 1993.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

WOLFF, Francis. “Quem é bárbaro?” in. NOVAES, Adauto (Org.). **Civilização e Barbárie.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.